

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

***“WIR SCHAFFEN DAS”:*  
O REFÚGIO ATUAL NA ALEMANHA SOB A LUZ DA  
ACOLHIDA HUMANITÁRIA DA CRUZ VERMELHA**

**Juliê Makumbi Pontes Zola**

Santa Maria, RS, Brasil  
2021



**Juliê Makumbi Pontes Zola**

***“WIR SCHAFFEN DAS”:***  
**O REFÚGIO ATUAL NA ALEMANHA SOB A LUZ DA ACOLHIDA**  
**HUMANITÁRIA DA CRUZ VERMELHA**

Texto de dissertação da pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra em Ciências Sociais**

**Orientadora: Prof. Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini**

Santa Maria, RS  
2021

Zola, Juliê Makumbi Pontes  
"WIR SCHAFFEN DAS": O REFÚGIO ATUAL NA ALEMANHA SOB A LUZ DA  
ACOLHIDA HUMANITÁRIA DA CRUZ VERMELHA / Juliê Makumbi Pontes Zola.-  
2021.

171 p.; 30 cm

Orientadora: Maria Catarina Chitolina Zanini Dissertação (mestrado) -  
Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais, RS, 2021

1. Refúgio 2. Acolhida humanitária 3. Organismos não governamentais 4.  
Alemanha I. Chitolina Zanini, Maria Catarina II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor (a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

**Juliê Makumbi Pontes Zola**

**“WIR SCHAFFEN DAS”:  
O REFÚGIO ATUAL NA ALEMANHA SOB A LUZ DA ACOLHIDA  
HUMANITÁRIA DA CRUZ VERMELHA**

Texto de dissertação da pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra em Ciências Sociais**

**Aprovado em 5 de agosto de 2021:**



---

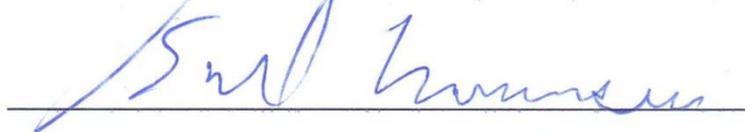
**Maria Catarina Chitolina Zanini, Dra. (UFSM)**

(Presidente/Orientadora)



---

**Giuliana Redin, Dra. (UFSM)**



---

**Karl Martin Monsma, Dr. (UFRGS)**

Santa Maria, RS  
2021



## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter me dado uma missão especial que envolve a temática do trabalho, isto é, uma grande curiosidade pela Alemanha. Acredito que nada é meramente por acaso, e que há uma força superior que nos guia e explica em seu próprio tempo porque acontecimentos tinham que se dado de determinadas maneiras. Desde 2011, primeira ida à Alemanha, sinto-me atraída pelo país. Dez anos depois, entendo a causa.

Agradeço à Beatriz, Gasparina e Gasparina (*in memorium*), conhecidas como minhas três mães. Graças ao esforço delas, pude ter as melhores oportunidades para uma educação de qualidade em termos profissionais, mas, sobretudo, uma educação baseada no exemplo de mulher forte que elas sempre foram. Se hoje sou a mulher que sou que busca fazer o ordinário extraordinariamente, é devido a elas.

Agradeço a Johannes Müller, que mais que meu parceiro de vida, é o rosto humano pelo qual vejo a Alemanha diariamente. Obrigada por me mostrar a Alemanha sob as lentes de um nativo, por trocar conhecimento comigo, por me auxiliar com traduções e, principalmente, por me relevar o lado social do amor. Nosso amor sempre foi político em vários aspectos, e agradeço muito por estar disposto a vivê-lo independente das circunstâncias.

Agradeço à Prof. Dra. Maria Catarina – a Prof. Cata – pela excelente orientação, mas também pela confiança. Agradeço por estar disposta a se desafiar comigo em um campo de pesquisa geograficamente distante do Brasil, por todo o amparo teórico e as correções detalhadas para com meu texto.

Agradeço ao NECON e aos colegas que, com discussões e temáticas variadas, fizeram com que eu adentrasse mais no ambiente das Ciências Sociais e nele me sentisse em casa.

Agradeço a meus amigos que se alegraram com a pesquisa e direta ou indiretamente, sempre atuaram como suporte, acolhendo angústias e anseios, mas também compartilhando sonhos e momentos fora da vida acadêmica.

Por último, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento financeiro que permitiu a ida ao campo de pesquisa, e à Universidade Federal de Santa Maria, juntamente com todo o corpo docente responsável por parte de minha trajetória de seis anos entre graduação e pós-graduação. Graças a tal instituição de excelente qualidade e ao preparo dos professores tenho a oportunidade de crescer profissionalmente fora do Brasil, explorar novos ambientes e, sobretudo, lutar por um mundo mais justo e desigual.



*“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,  
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre  
aquilo que todo mundo vê.”*

*(Arthur Schopenhauer)*



## RESUMO

### **“WIR SCHAFFEN DAS”: O REFÚGIO ATUAL NA ALEMANHA SOB A LUZ DA ACOLHIDA HUMANITÁRIA DA CRUZ VERMELHA**

AUTORA: Juliê Makumbi Pontes Zola  
ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Catarina Chitolina Zanini

O presente texto de dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais traz um entrelaçamento de estudos na área da Antropologia e das Relações Internacionais, tendo como proposta temática o refúgio na contemporaneidade e a assistência humanitária. Utiliza-se da análise da atuação do centro da Cruz Vermelha Alemã Kappler Knoten da cidade de Freiburg para refletir acerca da relevância de organismos não governamentais de assistência humanitária no contexto atual de refúgio na Alemanha. Parte do pressuposto de que a era globalizada se apresenta ambígua, visto que promoveu o encontro entre sociedades diversas em torno da dinâmica econômica, política e social global, mas ao mesmo tempo, acentuou as diferenças locais e dividiu povos de acordo com suas capacidades produtivas e seus atributos culturais. O resultado disso foram crises políticas, guerras pelo poder e, sobretudo, busca por refúgio. Nesse sentido, a pergunta que norteia a pesquisa é: por que a atuação de organismos não governamentais como o dormitório Kappler Knoten da DRK: Flüchtlingssozialdienst de Freiburg se faz necessária para o acolhimento e inserção de refugiados contemporâneos na Alemanha? O trabalho como um todo objetiva identificar e analisar de que forma o centro da Cruz Vermelha, conhecido como Kappler Knoten na cidade de Freiburg, atua no processo de acolhida do refugiado atual na sociedade alemã. Isso é melhor retratado nos objetivos específicos, que mostram que a acolhida envolve o sujeito deslocado, o Estado que o recebe e a sociedade que o acolhe. Para isso, a pesquisa de cunho qualitativo foi desenvolvida no método indutivo, contando com procedimentos diversos, como pesquisa documental, observação participante, entrevista semiestruturada e etnografia virtual quando o campo se tornou inacessível por decorrência da pandemia do COVID-19. Por meio dessa pesquisa, observou-se que há uma demanda do Estado, do refugiado e da sociedade em relação à acolhida humanitária, com aspectos particulares, mas que legitima a atuação de organismos não governamentais como o centro Kappler Knoten de Freiburg. Conclui-se que o contexto alemão da atualidade está sujeito a certas transformações de cunho político, o que poderá impactar na acolhida humanitária. Porém, apesar de um futuro próximo incerto, e outras mudanças já presentes, organismos não governamentais desempenham um papel relevante de acolhimento, educação e inserção no meio social da Alemanha contemporânea.

**Palavras-chave:** organismos não governamentais, acolhida humanitária, refúgio contemporâneo, Alemanha.



## ABSTRACT

### **“WIR SCHAFFEN DAS”: THE CURRENT REFUGEE IN GERMANY UNDER THE LIGHT OF THE HUMANITARIAN WELCOME TO THE RED CROSS**

AUTHOR: Juliê Makumbi Pontes Zola  
ADVISOR: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Catarina Chitolina Zanini

The present text of the Master's thesis of the Postgraduate Program in Social Sciences brings an intertwining of studies in the area of Anthropology and International Relations, having as thematic proposal the refugee in contemporaneity and humanitarian assistance. It uses the analysis of the performance of the German Red Cross Kappler Knoten center in the city of Freiburg to reflect on the relevance of non-governmental humanitarian relief organizations in the current context of refugee in Germany. It assumes that the globalized era is ambiguous, as it promoted the encounter between different societies around the global economic, political and social dynamics, but at the same time, it accentuated local differences and divided peoples according to their productive and its cultural attributes. The result of this was political crises, wars for power and, above all, the search for refuge. In this sense, the question that guides the research is: why is the action of non-governmental organizations such as the Kappler Knoten dormitory at DRK: Flüchtlingssozialdienst in Freiburg necessary for the reception and inclusion of contemporary refugees in Germany? The work in its totality aims to identify and analyze how the Red Cross center, known as Kappler Knoten in the city of Freiburg, acts in the process of welcoming the current refugee into German society. This is best portrayed in the specific objectives, which show that reception involves the displaced person, the State that receives and the society that welcomes them. For this, the qualitative research was developed using the inductive method, using several procedures, such as documental research, participant observation, semi-structured interviews and virtual ethnography when the field became inaccessible as a result of the COVID-19 pandemic. Through this research, it was observed that there is a demand from the State, the refugee and society in relation to humanitarian relief, with particular aspects, but which legitimizes the performance of non-governmental bodies such as the Kappler Knoten center in Freiburg. It is concluded that the current German context is subject to certain changes of a political nature, which may have an impact on humanitarian reception. However, despite an uncertain near future, and other changes already present, non-governmental bodies play an important role in reception, education and inclusion of refugees and asylum seekers in the social environment of contemporary Germany.

**Keywords:** non-governmental organizations, humanitarian welcome, contemporary refugee, Germany.



## ZUSAMMENFASSUNG

### “WIR SCHAFFEN DAS”: DIE AKTUELLE FLÜCHTLINGSSITUATION IN DEUTSCHLAND UNTER DEM LICHT DER HUMANITÄREN AUFNAHME DES ROTEN KREUZERS

AUTORIN: Juliê Makumbi Pontes Zola

BETREUERIN: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Catarina Chitolina Zanini

Der vorliegende Text der Masterarbeit des postgradualen Studiums im Fach Sozialwissenschaften stellt eine Verschränkung von Studien im Bereich Anthropologie und Internationale Beziehungen dar und hat als Thema die gegenwärtige Fluchtthematik und deren humanitäre Hilfe. Die vorliegende Arbeit analysiert die Leistungsfähigkeit des Zentrums Kappler Knoten des Deutschen Roten Kreuzes (DRK) in der Stadt Freiburg, um die Relevanz nichtstaatlicher humanitärer Hilfsorganisationen im aktuellen Kontext der Flucht nach Deutschland zu reflektieren. Sie geht davon aus, dass die gegenwärtige Zeit des Globalismus unterschiedlich zu betrachten ist, da der Globalismus die Begegnung zwischen verschiedenen Gesellschaften um die globale wirtschaftliche, politische und soziale Dynamik förderte, aber gleichzeitig lokale Unterschiede akzentuierte und Völker nach ihren produktiven und ihren kulturellen Eigenschaften spaltete. Die Folge davon waren politische Krisen, Machtkämpfe und vor allem die Fluchtbewegungen. In diesem Sinne ist die forschungsleitende Frage: Warum ist das Handeln von Nichtregierungsorganisationen wie dem Wohnheim Kappler Knoten des Flüchtlingssozialdienst in Freiburg des DRKs für die Aufnahme und Inklusion aktuell Geflüchteter in Deutschland notwendig? Die Arbeit in ihrer Gesamtheit zielt darauf ab, zu identifizieren und zu analysieren, wie das Zentrum des DRK, bekannt als Kappler Knoten in der Stadt Freiburg, bei der Aufnahme der aktuell Geflüchteten in die deutsche Gesellschaft vorgeht. Dies wird am besten in den spezifischen Zielen dargestellt, die zeigen, dass die Aufnahme der Vertriebenen, durch den aufnehmenden Staat und Gesellschaft einbezieht. Dazu wurde die qualitative Forschung nach der induktiven Methode mit mehreren Verfahren entwickelt, wie zum Beispiel Dokumentenrecherche, Teilnehmende Beobachtung, Leitfadeninterviews und virtual ethnography, als das Untersuchungsfeld durch die COVID-19-Pandemie nicht mehr zugänglich wurde. Durch diese Forschungen wurde festgestellt, dass ein Bedarf von Seiten des Staats, für Geflüchteten und die Gesellschaft in Bezug auf humanitäre Hilfe in bestimmten Aspekten besteht, der so die Arbeit von Nichtregierungsorganisationen wie dem DRK in der Einrichtung Kappler Knoten in Freiburg legitimiert. Es wird mitberücksichtigt, dass die gegenwärtige Lage in Deutschland gewissen Veränderungen politischer Natur unterliegt, die sich auf die humanitäre Aufnahme auswirken können. Trotz einer ungewissen nahen Zukunft und anderer bereits vorhandener Veränderungen spielen nichtstaatliche Einrichtungen jedoch eine wichtige Rolle bei der Aufnahme, Bildung und Inklusion von Geflüchteten und Asylbewerbern im sozialen Umfeld aktuell in Deutschland.

**Schlüsselwörter:** Nichtregierungsorganisationen, humanitäre Aufnahme, gegenwärtige Fluchtbewegungen, Deutschland.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Elementos que se relacionam à acolhida humanitária .....	43
Figura 2 - Rota Munique-Salzburgo que correspondente ao trajeto de trem feito em 2016 ....	49
Figura 3 - Residenzplatz com parte da Catedral .....	49
Figura 4 - Rota utilizada por refugiados sírios para chegarem à Áustria e, posteriormente, à Alemanha.....	50
Figura 5 - Foto minha tirada no desfile de Carnaval de 2018, na Alemanha .....	53
Figura 6 - Johannes, um refugiado egípcio que auxilia no conserto de bicicletas e eu.....	54
Figura 7 - Mapa da localização de Freiburg na Alemanha.....	63
Figura 8 - Mapa do perímetro urbano de Freiburg .....	64
Figura 9 - Caminho das margens do Dreisam, rio que atravessa Freiburg.....	64
Figura 10 - Freiburg vista de Kanonenplatz, um dos pontos mais altos da cidade .....	65
Figura 11 - Organograma sobre o processo de requerimento de asilo baseado no Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) .....	71
Figura 12 - Esquema explicativo sobre atores internacionais .....	82
Figura 13 - Relação entre a acolhida humanitária de entidades não governamentais e o Estado .....	89
Figura 14 - Cartões informativos destinados ao público feminino presentes no centro Kappler Knoten .....	97
Figura 15 - Cartões por mim levados, com slogan de ministérios do Estado alemão .....	97
Figura 16 - Organograma sobre o processo do refúgio explicado pela assistente social .....	99
Figura 17 - Centro da Deutsches Rotes Kreuz: Flüchtlingssozialdienst Kappler Knoten (vista do prédio administrativo) .....	101
Figura 18 - Montagem de fotos que mostra os demais dormitórios da DRK: Flüchtlingssozialdienst de Freiburg.....	102
Figura 19 - Descrição (traduzida para o português no tradutor automático) da atuação da DRK Kappler Knoten .....	111
Figura 20 - Relação entre a acolhida humanitária de entidades não governamentais e o refugiado.....	120
Figura 21 - Montagem de fotos do local de homenagem a Maria Ladenburger, onde seu corpo foi encontrado.....	148
Figura 22 - Relação entre a acolhida humanitária de entidades não governamentais e a sociedade .....	151
Figura 23 - Relação entre a acolhida humanitária de entidades não governamentais com os três elementos que com ela se relacionam.....	156



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de decisões positivas de asilo na Alemanha (2015-2019).....	28
Gráfico 2 - Média dos países de procedência mais acolhidos na Alemanha nos últimos 5 anos (%) .....	31
Gráfico 3 - Distribuição de quotas por estado federal apresentadas em 2019 sobre o ano de 2018, baseado no sistema EASY .....	76



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma metodológico e organizacional antes e durante a pandemia .....	34
Quadro 2 - Distribuição de quotas por estado federal apresentadas em 2019 sobre o ano de 2018, baseado no sistema EASY .....	75
Quadro 3 - Identificação das meninas presentes no grupo, de acordo com informações que me passaram durante conversas.....	104
Quadro 4 - Dados de aplicações de asilo na Alemanha (2015-2019).....	124



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AfD	<i>Alternative für Deutschland</i>
AKN	<i>Ankunftsnachweis</i>
AZR	<i>Ausländerzentralregister</i>
BAMF	<i>Bundesamt für Migration und Flüchtlinge</i>
BüMA	<i>Bescheinigung über die Meldung als Asylsuchender</i>
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CONARE	Conselho Nacional para os Refugiados
DRK	<i>Deutsches Rotes Kreuz</i>
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EASY	<i>Erstverteilung Asylbegehrenden</i>
EUA	Estados Unidos da América
GG	<i>Grundgesetz</i>
GPM	<i>Great Power Management</i>
MILo	<i>Migrations-InfoLogistik</i>
NECON	Núcleo de Estudos Contemporâneos
NPD	<i>Nationaldemokratische Partei Deutschlands</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RFA	República Federal da Alemanha
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UNHCR	<i>United Nations High Commissioner for Refugees</i>
WG	<i>Wohnungsgemeinschaft</i>



## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>2 DO BRASIL À ALEMANHA, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: O DESPERTAR DE UMA PESQUISA INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINAR .....</b>	<b>47</b>
2.1 UMA BREVE STORYTELLING DOS PRIMEIROS ENCONTROS COM UM POSSÍVEL CAMPO DE PESQUISA .....	48
<b>2.2 MIGRANDO DE ÁREA: DE INTERNACIONALISTA A CIENTISTA SOCIAL ..</b>	<b>55</b>
2.2.1 A “objetividade” do conhecimento na escolha do objeto de estudo	56
<b>2.3 DE LÁ PARA CÁ: A TRAJETÓRIA QUE MARCA O REFUGIADO .....</b>	<b>66</b>
2.3.1 Tornar-se refugiado: de um status a uma mudança identitária	66
2.3.2 O processo burocrático por trás do refugiado	70
2.3.3 Procedimento de solicitação de asilo na Alemanha	74
2.4 PARA ALÉM DO ESTADO.....	80
2.4.1 Das transformações na percepção do Estado à globalização	81
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	88
<b>3 NA BUSCA POR UM LAR: DOS PROCESSOS BUROCRÁTICOS PARA A REALIDADE DO REFUGIADO E A QUESTÃO DA ACOLHIDA.....</b>	<b>91</b>
<b>3.1 A QUESTÃO HUMANITÁRIA E OS DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>91</b>
3.2 PRIMEIRAS PERCEPÇÕES EM CAMPO.....	94
3.3 IDA AO CAMPO: SEGUNDA PARTE .....	100
3.3.1 Sobre as “crianças”	103
3.4 A LÓGICA DA ACOLHIDA HUMANITÁRIA.....	107
3.4.1 Um retorno às origens: a história da Cruz Vermelha	108
3.4.2 O lado prático da acolhida humanitária	111
3.4.3 Autonomia entre aspas: a expectativa estatal expressa na Cruz Vermelha	116
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	120
<b>4 A PASSAGEM PARA A SOCIEDADE: A ALEMANHA CONTEMPORÂNEA E A VISÃO DO REFÚGIO DENTRO DELA.....</b>	<b>121</b>
4.1 A IDEIA DE ASILO E O (NÃO) LUGAR:.....	121
4.2 ESTRANGEIROS E ESTRANHADOS EM SEU PRÓPRIO PAÍS .....	125
4.2.1 A “alta cultura”	130
4.3 O (TRANS)NACIONALISMO ALEMÃO.....	133
4.3.1 A nação diante das diferenças em seu meio	136
4.3.2 Nacionalismo, Populismo e Xenofobia	140
4.4 A VISÃO SOCIAL DO REFÚGIO EM FREIBURG.....	146
4.4.1 O contraponto na sociedade de Freiburg	148

4.5 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO .....	151
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO A - Glossário alemão-português por ordem de aparecimento no texto .....</b>	<b>167</b>
<b>ANEXO B – Modelo de entrevista aplicado .....</b>	<b>169</b>
<b>ANEXO C - Termo com as explicações sobre a entrevista apresentado.....</b>	<b>171</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS<sup>1</sup>

Tudo começou com uma viagem de trem que ia de Salzburg à München (Munique). Era setembro de 2016, ano em que a Alemanha acolhia um contingente histórico de refugiados, fruto da decisão da chanceler alemã, Angela Merkel, de 31 de agosto do ano anterior, que autorizou a abertura das fronteiras do país para pessoas em situação de deslocamento forçado que chegavam na Hungria. O discurso de Merkel é lembrado até os dias de hoje quando os alemães tratam de refúgio pela expressão “*wir schaffen das*” (nós vamos conseguir) que, naquela situação, foi sinônimo de mudança na sociedade. A Áustria passou a ser um país de passagem, visto que está territorialmente localizado entre Alemanha e Hungria – e Salzburg, cidade fronteiriça, marcava a trajetória de milhares de indivíduos que na ocasião buscavam asilo por razões humanitárias. Na época eu não tinha tal conhecimento, mas o simples percurso que estava realizando marcava o início de uma nova vida para muitos – e, conseqüentemente, implicava em transformações no meio social alemão também.

A história da humanidade é uma história de constante movimento e mobilidade. Desde os primórdios da humanidade ocorrem deslocamentos e migrações. Alguns são restritos a esfera local ou regional, ou partem para a perspectiva nacional – enquanto outros, os quais atualmente ganham lugar de destaque, desenrolam-se em nível global. No continente europeu, por exemplo, a prática simbolizou, de início, uma barreira, mas se converteu eventualmente numa solução para os múltiplos problemas da Europa moderna: as guerras, a fome, a perseguição<sup>2</sup> política (ORTEGA, 2007, p.1). Na atualidade, o mesmo continente responsável pelos mais estudados movimentos populacionais dos séculos passados, é referenciado por seu grande número de refugiados recebidos nos últimos anos – sobretudo com procedência do Oriente Médio – os quais buscam melhores oportunidades, condições de vida e meios de sobrevivência.

De acordo com dados do relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) de 20 de junho de 2016, a Síria possuía as maiores taxas de refugiados dentre os países do Oriente Médio, pois 4,9 milhões de pessoas haviam deixado o país desde 2011 até a data. A Alemanha, por outro lado, dos 1,2 milhão de solicitações de asilo na União

---

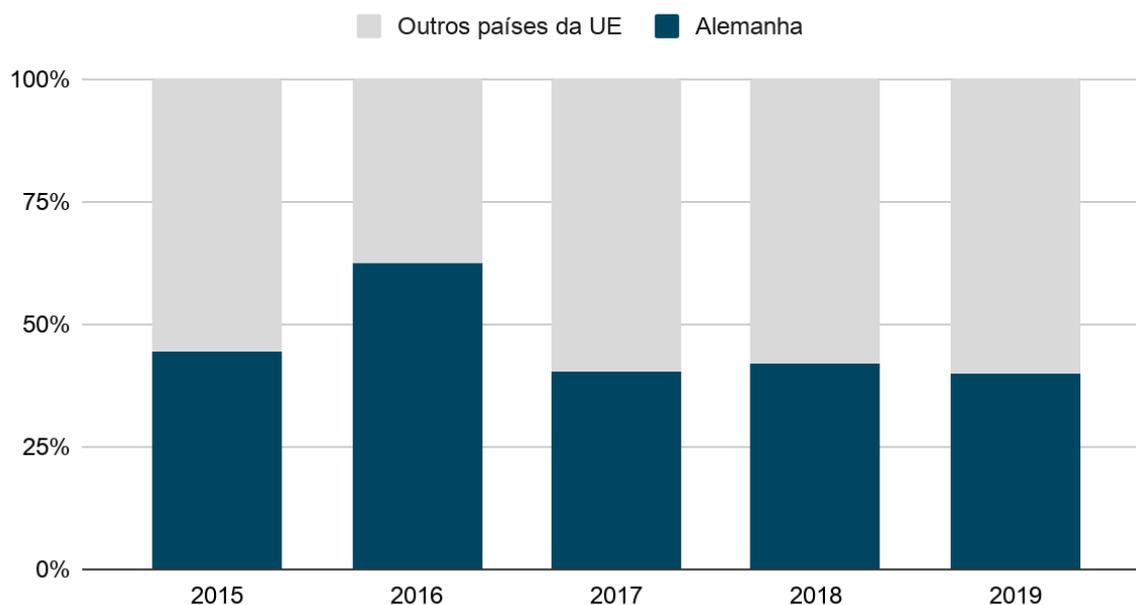
<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> No texto original, proferido em português Portugal, a expressão utilizada é “persecução”. A escolha pela troca de terminologias facilita o entendimento na visão dos autores.

Europeia em 2016, havia recebido cerca de 60,5% delas, segundo a Eurostat<sup>3</sup>, ou seja, a maior parte.

Gráfico 1 - Porcentagem de decisões positivas de asilo na Alemanha (2015-2019)

### Decisões positivas de asilo na Alemanha (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados estatísticos da Eurostat.<sup>4</sup>

No mesmo ano de 2016, o bloco emitiu mais de 710 mil decisões positivas das solicitações de asilo e a Alemanha foi responsável por quase 63%, como se pode perceber no gráfico acima. De fato, o país assinalou que conseguia assumir tal responsabilidade, e os números mostram que vem cumprindo a promessa. Entretanto, por detrás de tal decisão de emergência, há diversos órgãos e organismos que atuam no processo de acolhida e na gama de situações que transcendem a esfera burocrática do Estado.

Emergência, segundo Eric James (2017) consiste em ser, por definição comum, um evento ou uma gama de circunstâncias que requerem ação imediata. O mesmo autor explana que, ao se tratar do refúgio, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

<sup>3</sup>Informações retiradas do livro “Eu venho de Aleppo”, que, além de dados sobre a guerra na Síria e os refugiados, traz a trajetória real do autor do livro, Joude Jassouma, um refugiado que saiu de Aleppo e foi acolhido na França.

<sup>4</sup>Informações de 2020 a 2016 com base na busca de dados pela palavra-chave “asylum”. Disponível em: [https://ec.europa.eu/eurostat/web/main/search?p\\_p\\_id=estatsearchportlet\\_WAR\\_estatsearchportlet&p\\_p\\_lifecycle=1&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&estatsearchportlet\\_WAR\\_estatsearchportlet\\_action=search&estatsearchportlet\\_WAR\\_estatsearchportlet\\_theme=empty&estatsearchportlet\\_WAR\\_estatsearchportlet\\_collecti on=empty&p\\_auth=KLWFEbzZ&text=asylum](https://ec.europa.eu/eurostat/web/main/search?p_p_id=estatsearchportlet_WAR_estatsearchportlet&p_p_lifecycle=1&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&estatsearchportlet_WAR_estatsearchportlet_action=search&estatsearchportlet_WAR_estatsearchportlet_theme=empty&estatsearchportlet_WAR_estatsearchportlet_collecti on=empty&p_auth=KLWFEbzZ&text=asylum). Acesso em 8 de junho de 2021.

(ACNUR) considera situação emergencial aquela que demanda extraordinária resposta e medidas excepcionais para ser solucionada (JAMES, 2017, p.1, tradução minha).<sup>5</sup> Nesse sentido, o humanitarismo, enquanto elemento ético que promove empatia por aqueles que estão em situação de emergência, leva a uma aptidão a prestar auxílio que, em organizações não governamentais ou movimentos internacionais como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), ou simplesmente Cruz Vermelha, é conhecido como assistência humanitária.

O conceito de assistência humanitária é muito utilizado por situações de guerra e de confronto armado em que a Cruz Vermelha, enquanto movimento internacional defensor da assistência humanitária, acaba por atuar. Ao longo do tempo, tal prestação de auxílio em locais de conflito foi muito criticado e interpretado de forma negativa, o que acarretou, na visão de autores como Fassin (2012) e Barnett (2016) em danos à reputação e ao real humanitarismo da instituição nesta e em outras situações. Entretanto, a assistência humanitária não ocorre somente no deslocamento da Cruz Vermelha para áreas necessitadas: ocorre também na acolhida pela instituição – por meio de escritórios nacionais e locais – de indivíduos necessitados e que a burocracia governamental se apresenta limitada em suas vivências práticas no ambiente em que estão inseridos. A Cruz Vermelha, nesse sentido, recebe e, por conta disso, acolhe.

Acolhida vai além de assistir, também engloba, indo ao encontro da argumentação de Perin (2014), proteger e integrar. Tais elementos, em união, consistem em ser o que está previsto no direito internacional do ACNUR para que os países realizem em situações de refúgio, tendo a integração um fator a ser conquistado ao longo prazo, a fim de permitir a permanência do indivíduo na nação que o acolheu. O Estado, no entanto, apesar de permitir, não consegue suprir a totalidade de elementos que a acolhida engloba – especialmente os de caráter empírico o que solicitantes de asilo ou refugiados enfrentam diariamente no novo país. Por esta razão, outros organismos, de natureza não governamental, fazem-se presentes, por estarem mais vinculados à sociedade civil e, conseqüentemente, às mazelas práticas que o cotidiano local compreende.

Dito isso, a dissertação em questão consiste em um estudo que abrange as áreas das Ciências Sociais e das Relações Internacionais para tratar o refúgio na Alemanha e os elementos que norteiam a acolhida humanitária da *Deutsches Rotes Kreuz*:

---

<sup>5</sup>Trecho original: “The United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) considers an emergency a situation which ‘demands an extraordinary response and exceptional measures’ to be solved” (JAMES, 2017, p.1).

*Flüchtlingssozialdienst* (Cruz Vermelha Alemã: serviço para refugiados). O ambiente de análise partiu, mais especificamente, do centro Kappler Knoten, local no qual opera um abrigo para refugiados na cidade de Freiburg, a sudoeste do país. A problemática que deu sentido ao trabalho foi organizada na seguinte pergunta: **por que a atuação de organismos não governamentais como o dormitório Kappler Knoten da DRK: Flüchtlingssozialdienst de Freiburg se faz necessária para o acolhimento e inserção de refugiados contemporâneos na Alemanha?**

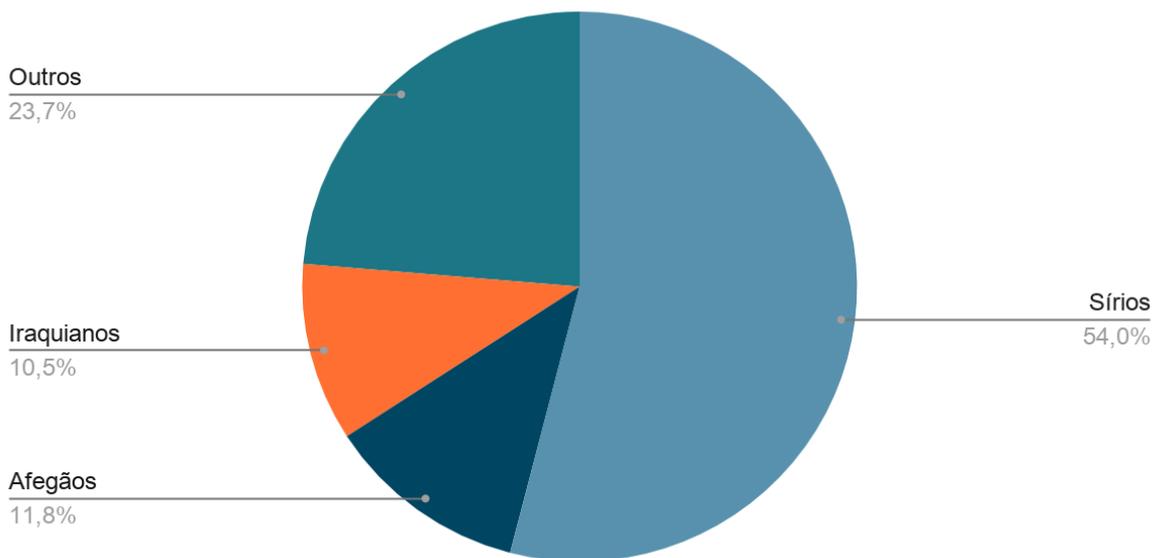
Por meio desta pesquisa, teve-se como objetivo geral identificar de que forma o centro da Cruz Vermelha, conhecido como Kappler Knoten na cidade de Freiburg, atua no processo de acolhida do refugiado atual na sociedade alemã. Tendo em vista que o refúgio envolve a dimensão do indivíduo que se desloca, do Estado que o acolhe e da população local, os objetivos específicos do trabalho implicaram na reflexão sobre cada um dos aspectos, concatenados à atuação de organismos não governamentais. O primeiro (1) buscou apresentar os pressupostos da pesquisa, com base no Direito Internacional, da União Europeia e da Alemanha acerca do refúgio, ressaltando a burocracia atrelada à trajetória que transforma um sujeito em refugiado, mas também a importância de organismos não governamentais pela limitação estatal frente a todas as tratativas empíricas de acolhida. O segundo (2) propôs analisar a relação entre o indivíduo deslocado e a Cruz Vermelha estudada, trazendo as principais funções da instituição e como ela tem lidado com a agenda de acolhida e integração local de refugiados. Já o terceiro objetivo específico (3) compreendeu analisar a visão local da sociedade alemã em relação ao refugiado atual em uma discussão sobre identidades e nacionalismo, e o quanto o centro Kappler Knoten auxilia no processo de aproximação das diferentes visões de mundo pelo direcionamento do refugiado em relação ao ambiente local, ou até mesmo na preservação de tradições do grupo étnico que chega.

A pesquisa foi voltada, em um primeiro momento, para a análise de refugiados sírios. De acordo com dados estatísticos, eles se constituem no maior grupo étnico que tem entrado na Alemanha como solicitantes de asilo no período de tempo estudado, isto é, desde a decisão de Angela Merkel. Porém, pela análise feita em campo, percebeu-se duas questões. A primeira delas foi de que o dormitório administrado pela DRK estudado não acolhe somente refugiados sírios, mas apresentava, durante a pesquisa, outros grupos étnicos que também tiveram de ser levados em consideração. Já no que diz respeito ao comportamento social, refugiados advindos do mesmo período, ainda que de diferentes nacionalidades, não podem ser excluídos das lógicas que socialmente operam em torno deles. Em outras palavras, frente à sociedade, eles não são distinguidos em relação ao país de procedência, mas sim, classificados

enquanto refugiados no período atual. A grande maioria deles é advinda de países do Oriente Médio, o que faz com que elementos fenotípicos ou certas roupas e adereços sejam atrelados, automaticamente, à cultura árabe e à religião muçulmana. Tem-se ciência de que ambas as classificações, quando utilizadas juntas, são simplistas e facilmente refutáveis, mas quando separadas, apresentam pontos que podem caracterizar os grupos étnicos mais acolhidos na Alemanha. Por tal razão, justifica-se o uso de expressões como “refugiados atuais” ou “refugiados contemporâneos” para determinar tal tipo de refugiado abordado no trabalho, ou seja, membro de um país de etnia árabe ou seguidor de religião muçulmana.

Gráfico 2 - Média dos países de procedência mais acolhidos na Alemanha nos últimos 5 anos (%)

### Porcentagem de nacionalidades mais acolhidas na Alemanha (2015-2019)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da Eurostat.

A relevância do trabalho encontra justificativa no peso com que a temática vem sendo debatida no meio acadêmico. Ariane Paiva et. al (2018, p.10) apontam que:

[...] a saliência do complexo refúgio/migração enquanto problemática científica é coetânea a sua ascensão nas pautas e agendas de agências internacionais, Estados, governos e organizações não governamentais (ONGs), locais e transnacionais. Pressionados pelos números e por narrativas que constroem a mobilidade global como “problema” e “emergência”, o tema migratório é hoje “o” tema sobre o qual pairam e se condensam as ansiedades demográficas, identitárias, econômicas e culturais de sociedades do Norte e também do Sul Globais.

Nesse sentido, as posições e disposições presentes no globo também serviram de incentivo. Desde a graduação, ouço o quanto a ciência, a reflexo das diferenças de poder entre os Estados, também se apresenta desigual e que, conseqüentemente, gera influências em diferentes níveis – incluindo na produção acadêmica. Eu sou uma pesquisadora do sul global que em vários momentos da trajetória se perguntou, por meio do arcabouço bibliográfico, por que estudiosos do norte teorizavam tanto e traçavam diversas soluções sobre a minha realidade social. Perguntei-me se eles não possuíam impasses em suas próprias realidades, se nossos problemas eram tão “exóticos” e complexos que necessitavam de opinião externa, ou se as situações de desigualdades entre norte e sul globais, eram assimétricas. Não pude chegar a uma conclusão plausível, ainda que a lógica me apontasse uma reprodução do que a história hegemônica por muito tempo nos mostrou: aqueles que pesquisam sobre os fatos, fazem a história deles, pois conhecimento é poder.

A presente pesquisa foi a ousadia de provocar um duplo abalo em regras já tidas como dadas. Duplo porque não sou somente uma pesquisadora do sul global, mas uma pessoa do sul disposta a analisar um fenômeno que permeia uma realidade social do norte. Não é meu desejo analisar a atuação de um organismo não governamental no contexto de refúgio alemão para contar uma história, mas sim para propor uma tentativa de reverter a lógica, apesar das condições assimétricas do ambiente internacional que vivemos. Este trabalho, ainda que insignificante, é resultado de uma capacidade científica que mostra que o sul global também possui aptidão para produzir e influenciar o meio internacional tão bem quanto os países chamados desenvolvidos. Saliento, igualmente, o quanto o estranhamento em determinadas situações é importante para pensar novas possibilidades de reflexão e atuação. Afinal, sou uma estudante brasileira, jovem, negra, de classe média e que, de alguma forma, pode olhar esse contexto alemão com particularidades diferenciadas.

Ademais, o trabalho, querendo ou não, foi uma constante reflexão pessoal. Minha trajetória de vida é profundamente arraigada à temática das migrações, pois um dos mais importantes homens de minha convivência foi um imigrante angolano no Brasil. Digo no passado não porque já tenha partido desta vida, mas porque já partiu destes solos e, conseqüentemente, deixou de ser condicionado enquanto imigrante. Entretanto, em parte, ele ainda o é. Apesar de ter retornado à Angola depois da graduação de Engenharia Mecânica por conta de sua carreira militar, deixou em solo brasileiro sua única descendente: eu. Meu sangue é fruto de uma história de migração e, talvez, ainda continuará migrando.

Durante a pesquisa, eu também me coloquei em um lugar de imigrante. Já passei por muitos períodos de estranhamento, de incompreensão, de confusão interior e de solidão. Todos que se deslocam de seu país de origem passam por isso. Também já neguei pontos da minha cultura e da minha história em decorrência do lado belo da outra cultura que se apresentava a mim. Já passei noites com saudades de casa. Já cometi “erros” que na minha visão de mundo são certos. Já admirei e me desiludi com a Alemanha por meio de um rosto humano, pois, afinal, ainda que uma pessoa não represente todo o seu território, ela é, sim, pela forma de sociabilidade, um reflexo dele. Entretanto, apesar de todas as diferenças e diferenciações por mim colocadas no ambiente alemão, eu, uma estrangeira do Sul, poderia sim interpretar a Alemanha do Norte.

Talvez eu já seja, há muito tempo, uma imigrante brasileira na Alemanha. Desconsiderando o lado jurídico e aspectos socioeconômicos que ainda não tenho total acesso como trabalho ou moradia fixas, cerca de três meses por ano eu passo em território alemão. Outros três meses, anualmente, a Alemanha vem até mim. E, é claro, diariamente, graças ao arcabouço tecnológico de nossa era informacional, tenho contato com a Alemanha. Diariamente estou aqui e lá. E parece que só passei a valorizar mais tal condição de “limiar” burocrática e cultural em que me encontro no contexto atual de pandemia.

Na obra *A presunção da cultura* (2007), Roy Wagner aborda, dentre outros elementos, a noção de antropologia da experiência, toque do debate pós-moderno, a fim de explicar a relação de um indivíduo (no caso do texto do pesquisador) para com sua própria “cultura” e a condição cultural de outro indivíduo. Segundo ele, a expressão cultura é posta entre aspas porque poderíamos dizer que um antropólogo “inventa” a cultura que ele acredita estar estudando, que a relação – por consistir em seus próprios atos e experiências – é mais “real” do que as coisas que ela “relaciona” (WAGNER, 2007, p.30).

O que Wagner (2007) aponta abriu muitos horizontes no modo com que me relaciono com a pesquisa. Em um primeiro momento, possuía inseguranças por não estar em campo na maior parte do tempo e também, por estar no processo de aprendizagem da interpretação dos códigos culturais alemães, que se manifestavam especialmente pela minha reflexão acerca da legitimidade da pesquisa – pois, afinal, sou brasileira. Inspirada em Wagner (2007) e a antropologia da experiência, aprendi a relevância dos elementos por mim conhecidos da sociedade estudada e os significados a eles atribuídos, que aparecem no trabalho por meio de representações construídas com base no objeto de estudo.

O meio social é dinâmico e envolve uma gama de situações que por vezes surpreendem e escapam dos olhos dos observadores, tendo estes que buscar novas maneiras

de adequar seu estudo. Nesse sentido, em termos metodológicos e até mesmo na questão organizacional de cronogramas de entrega, a pesquisa teve de ser reformulada.

Quadro 1 - Cronograma metodológico e organizacional antes e durante a pandemia

<b>ANTES DA PANDEMIA</b>					
<b>Período</b>	<b>Mar. – Jul. 2019</b>	<b>Ago. – Nov. 2019</b>	<b>Mar. – Mai. 2020</b>	<b>Out. – Nov. 2020</b>	<b>Dez. 2020 – Fev. 2021</b>
Brasil	Pesquisa bibliográfica I e arcabouço bibliográfico das Ciências Sociais	Reformulação do projeto de pesquisa	Pesquisa Bibliográfica II e qualificação	Análise das pesquisas de campo	Escrita e conclusão
<b>Período</b>	<b>Jul. – Ago. 2019</b>		<b>Dez. 2019 – Jan. 2020</b>	<b>Jul. – Set. 2020</b>	
Alemanha (campo)	Primeiro contato com DRK		Observação participante I	Observação participante II e entrevistas semiestruturadas com o público refugiado	
<b>NO CONTEXTO DA PANDEMIA</b>					
<b>Período</b>	<b>Mar. – Jul. 2019</b>	<b>Ago. – Nov. 2019</b>	<b>Mar. – Mai. 2020</b>	<b>Nov. 2020 – Fev. 2021</b>	<b>Fev. – Mai. 2021</b>
Brasil	Pesquisa bibliográfica I e arcabouço bibliográfico das Ciências Sociais	Reformulação do projeto de pesquisa	Pesquisa Bibliográfica II e qualificação	Análise das pesquisas de campo e da sociedade alemã com base na etnografia virtual	Escrita e conclusão
<b>Período</b>	<b>Jul. – Ago. 2019</b>		<b>Dez. 2019 – Jan. 2020</b>	<b>Ago. – Nov. 2020</b>	
Alemanha (campo)	Primeiro contato com DRK		Observação participante I	<b>Etnografia virtual</b>	

Fonte: elaboração própria

Quando planejei a pesquisa em termos estruturais, em julho de 2019, não imaginava que, um ano depois, a mesma não seria possível da forma com que eu havia idealizado. Inicialmente, tinha como proposta três inserções em campo aos moldes de uma etnografia tradicional. A revisão bibliográfica e a legislação, bem como a visitação de sites oficiais da Cruz Vermelha Alemã seriam necessários, mas adjacentes, visto que o foco era a análise dos dados de campo. Já havia realizado duas inserções em campo (em julho de 2019, e de dezembro de 2019 a janeiro de 2020), e, dentro dessas, observações participantes, interações com crianças refugiadas, diálogos com um imigrante sírio e uma entrevista com o diretor do

centro da DRK analisado. Em julho de 2020 seria a terceira e decisiva inserção, na qual teria mais tempo e talvez até menos timidez de entrar em contato direto com refugiados. Seria o momento propício, pois seria verão no Hemisfério Norte, e em tal estação as pessoas são mais abertas e receptivas, e também possuem mais atividades de interação social. Entretanto, assim como todo o mundo, fui pega de surpresa pela pandemia. Nesse sentido, Segata (2020, p.44), em um compilado de trabalhos na área das ciências sobre a pandemia, ressalta que:

Quando um número elevado de pessoas da cidade de Wuhan, na China, passou a apresentar uma infecção respiratória grave e desconhecida em um curto espaço de tempo, ligou-se o alarme para o início de um surto. Rapidamente, identificou-se a presença de uma nova variedade do vírus do tipo Corona e, em pouco tempo, casos semelhantes também apareceram em outras cidades e regiões do país e de fora dele. Era o início da epidemia. Ainda assim, como os números da doença continuaram aumentando em mais países e continentes, cobrindo quase todo o globo, a OMS decretou o que é considerado o pior dos cenários, a pandemia.

A pandemia do COVID-19 é muito recente e como ainda marca ativamente nossa sociedade com mudanças diárias e inesperadas, é um desafio estudá-la e ter acesso a pesquisas publicadas na área das Ciências Humanas. Entretanto, eventos científicos têm debatido a temática e apontado algumas explicações para o tempo em que estamos vivendo. Nesse sentido, Anthony Oliver Smith (2020), pensador renomado da antropologia do risco, vertente que se preocupa com situações de desastres, explanou, em uma apresentação de trabalho do pré-ALA, que a pandemia é um processo construído socialmente. Atualmente, com a conexão global, desastres de cunho ambiental, epidemiológico, ou até mesmo político e econômico, passam a ser uma pandemia, pois atingem em maior ou menor grau diversas partes do mundo.

Nesse sentido, a pesquisa em questão se utilizou do método de abordagem indutivo, que segundo Gil (2008, p.10-11) se constituiu em um método fundamentado na experiência, e que “parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares”. Em outras palavras, o método indutivo pode ser assemelhado à famosa frase do renomado poeta e pintor inglês William Blake (1757-1827), em um poema do livro *Augúrios da Inocência* (original de 1863) que aproximadamente diz: “veja o mundo num grão de areia, veja o céu em um campo florido, guarde o infinito na palma da mão e a eternidade em uma hora de vida”. Ter uma metodologia indutiva, a meu ver, é justamente compreender uma gama complexa de fenômenos existentes em um único fato, o que suscita uma reflexão mais abrangente sobre as macrorrelações presentes no pequeno. Isso, no entanto, foi dividido em três principais etapas que constituem nos métodos técnicos de procedimento, os quais estão dispostos na sequência.

### a) Fase exploratória

Em um primeiro momento, a fim de analisar a temática com base na trajetória de outros autores, fez-se uma busca de revisão bibliográfica – que se tornou mais densa que o esperado em decorrência das circunstâncias mundiais. O arcabouço teórico recebido nos dois primeiros semestres da pós-graduação foi muito eficaz para a adoção de perspectivas pelas quais o refúgio sírio na Alemanha e a atuação de organismos não-governamentais pudessem ser discutidos. Nisso, autores como Pierre Bourdieu (1989), Roberto Cardoso de Oliveira (2000), Anthony Giddens (1998; 2001) e Sherry Ortner (2007) auxiliaram não só na vinculação entre as ciências sociais e minha área prévia de relações internacionais, mas no teor reflexivo que acompanha toda a pesquisa.

Além disso, textos que traziam o tema do refúgio e da acolhida humanitária foram investigados (AHMED, 2014; BARNETT, 2016; FASSIN, 2012; GARRIDO, 2017; JAMES, 2017; MACALISTER-SMITH, 1985), mas também outros que possuíam conteúdos relacionados à interação intercultural e, em um sentido mais amplo, migrações. São destacadas as contribuições de Barth (2000), Bhabha (1998), Feldman-Bianco (2009), Glick-Schiller (1995) e Sayad (1998). Nesse sentido, foram percebidos dois aspectos. O primeiro diz respeito da globalização, muito apontada por autores que lidam com deslocamentos e o com antropologia do Estado (TROUILLOT, 2001; VERTOVEC, 2009) já que, apesar de reduzir as distâncias geográficas do globo por meio da livre circulação de capital, produtos e informações, não cumpriu sua promessa de diminuir barreiras para a livre circulação de pessoas. Tal temática foi incluída no trabalho por pensadores como o sociólogo alemão Ulrich Beck (1999) e pela visão antropológica espacial de Marc Augè (2012), também para fins de reflexão sobre o contexto atual de pandemia. Um segundo ponto levantado foi em relação à coerência terminológica entre refúgio e asilo, entre assistência e acolhida. Os primeiros são utilizados ao longo do texto como sinônimos, pois perante a lei, o solicitante de asilo humanitário que possui seu pedido deferido é assegurado em direitos como refugiado<sup>6</sup>. Os segundos, por sua vez, apesar de parecerem similares, possuem diferenças que me fizeram

---

<sup>6</sup>De acordo com as estatísticas anuais do Eurostat sobre decisões positivas de asilo (pode ser visto no relatório de 2020 sobre o ano anterior, disponível em < <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/10774018/3-27042020-AP-EN.pdf/b8a85589-ab49-fdef-c8c0-b06c0f3db5e6>> Acesso em 20 de novembro de 2020), as decisões de asilo são subdivididas em três categorias: pessoas que recebem o status de refugiado, que recebem proteção subsidiária e que são asiladas por razão humanitária. No entanto, tais categorias interseccionam de alguma forma o indivíduo aqui trabalhado, visto que em todas é possível inferir uma violação dos direitos humanos e um risco à sobrevivência. Ademais, de acordo com Rodrigues (2019), no contexto europeu, “asylum seeker” (solicitante de asilo), também é traduzido como solicitante de refúgio. Nesse sentido, sustento a posição de utilizar asilo e refúgio como sinônimos, considerando a especificidade do trabalho.

refletir, no curso da pesquisa, qual dos dois poderia ser melhor adotado no contexto que eu analisaria, o que encontra lugar de explicação no decorrer do trabalho.

Em adição a isso, passaram a ser consultados com maior profundidade jurisdições que se inserem na temática do refúgio, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Convenção de Genebra relativa ao Estatuto do Refugiado adotado de 1951, o Protocolo de 1967 e o documento oficial da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena de 1993. Tratativas que se relacionam ao contexto alemão de acolhida também foram abordadas por meio de normas que envolvem a questão do asilo, como o Sistema Europeu Comum de Asilo, próprio da União Europeia, e o Conjunto de Leis Básicas da República Federal Alemã (do original, “*Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland*”).

Essa fase teve início em maio de 2019, no intuito de fornecer arcabouço prévio à primeira inserção em campo, ocorrida dois meses após. O mapeamento de bibliografias acompanhou a pesquisa com maior força até agosto de 2020, ao incluir sugestões bibliográficas pontuadas pela banca de qualificação, ocorrida em 31 de maio do mesmo ano.

#### **b) A observação participante**

A técnica da observação participante, consagrada por Malinowski (1984, p.36) em seu livro sobre os argonautas, consiste em ser caracterizada por três etapas: o registro da organização do ambiente de campo por meio da coleta de dados, a percepção de imponderabilidade da vida real, isto é, situações em que comportamentos são distinguíveis, e, por fim, o compilado e análise de informações por meio da escrita. Está também muito relacionado ao que Geertz (1989, p.19-20) chama de “descrição densa”, utilizada, sobretudo, na área específica da antropologia às pesquisas de perspectiva etnográfica, a fim de compreender a complexidade de estruturas de significado que se apresentam em um contexto específico. Antes da escrita, no entanto, aprendi com Cardoso de Oliveira (2000), filósofo e antropólogo brasileiro, que a observação participante envolve o “olhar” e o “ouvir”, os quais são direcionados em contextos prévios, mas aprendidos ao longo do campo. Segundo o autor (2000, p.21), tais elementos “não podem ser tomados como faculdades totalmente independente do exercício da investigação. Ambos se complementam e servem para o pesquisador como duas muletas [...] que lhe permitem caminhar ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento”.

Marc Augè (2014), no livro “O Antropólogo e o mundo global”, enquadra a observação participante no que denomina de “etnologia do encontro”. O autor descreve de

forma reflexiva alguns trabalhos de campo pessoais, e explana acerca da análise de sua posição enquanto “observador observado” (2014, p.31). Tal análise de si se faz muito relevante ao longo de meu trabalho, pois faço parte de outro ambiente social e cultural e, assim como anteriormente colocado, também sou vista com diferente olhar em comparação ao Johannes<sup>7</sup>, por exemplo, que é alemão e em suas características físicas é perceptível.

Nesse sentido, com o intuito de perceber o que Malinowski (1984, p.15) chama de imponderabilidade da vida real na instituição, bem como nos processos e em relação ao que eu representava naquele meio, tive duas inserções em campo – uma em julho de 2019 e outra de dezembro de 2019 a janeiro de 2020. Esta foi a etapa mais desafiadora do trabalho, pois para quem anteriormente veio de uma área do conhecimento com pesquisas que não requerem o contato com a empiria, levantar da cadeira e do conforto do ambiente de pesquisa em prol de um encontro mais próximo com o objeto pesquisado não foi muito fácil. Porém, foi isso que aprendi a fazer em relação à cidade de Freiburg, à sudoeste da Alemanha.

A primeira ida a campo foi para me inteirar da possibilidade efetiva de pesquisa no local da DRK, visto que antes de ir de fato, não possuía uma instituição específica de análise. Havia pesquisado dados de instituições de apoio a refugiados na Alemanha e consultado algumas pessoas com experiência na área, como a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Janczura do curso de Serviço Social da UFSM. Durante a semana em que cheguei à Freiburg, em julho de 2019, entrei em contato com a Cruz Vermelha e com a Caritas locais, a fim de agendar uma conversa relacionada ao assunto que pretendia pesquisar. Estava aberta a ambas possibilidades: a instituição que fosse mais receptiva seria a instituição analisada.

A Caritas<sup>8</sup> ficou com meu contato, pois o responsável pelo assunto não estava presente no dia. Infelizmente, não recebi retorno. Já a Cruz Vermelha solicitou que eu ligasse para outro centro deles, o especializado em auxílio ao público refugiado. Por sorte, era o centro localizado ao final da rua que Johannes reside, o que me possibilitou a ir pessoalmente.

A primeira imersão, ocorrida na última semana de julho até 1º de agosto de 2019 foi breve, mas me proporcionou uma análise espacial e também um pouco das relações transpassadas pela atuação da Cruz Vermelha naquela situação. Por meio de simples aspectos, como o emblema alemão disposto em um pequeno espaço de folders e cartilhas informativas,

---

<sup>7</sup> Johannes é meu companheiro e, em decorrência de nosso vínculo pessoal e do consentimento do mesmo, aparece no trabalho com a identificação real. Outros nomes citados no trabalho são pseudônimos, a fim de preservar a identidade dos interlocutores.

<sup>8</sup> A Caritas Internationalis é uma confederação de 160 membros criada em 1897 na Alemanha. Com sede em Roma, Itália, a organização atingiu o patamar internacional em 1951, e é vinculada à Igreja Católica, promovendo auxílio humanitário em diversos âmbitos. Informação disponível em <https://www.caritas.org/who-we-are/> > Acesso em 2 de maio de 2020.

tomei conhecimento que ministérios federais prestavam subsídio ao trabalho de acolhida. Percebi, assim, que o Estado também exercia um papel na atuação da Cruz Vermelha – o que fez com que eu me abrisse para uma antropologia de Estado.

Os assistentes sociais da instituição sabiam que eu iria com o intuito de pesquisar no fim do ano. Houve contato nos meses de setembro e outubro via e-mail, nos quais foi explicada minha situação enquanto pesquisadora e meu interesse em formalmente analisar o ambiente e as interações lá presentes. Não que em minha primeira inserção em campo eu não tenha me apresentado de tal maneira, mas naquela situação, ainda estava estudando as possibilidades da realização do campo e angariando materiais bibliográficos que pudessem auxiliar na compreensão sobre a atuação da instituição. Como isso foi possível, solidifiquei minha decisão. Uma assistente social, que mais tarde soube que era a coordenadora da equipe de migração e refúgio, respondeu-me. Ela falou que devido a outros compromissos, não estaria lá em tal eventualidade, mas que eu, sim, poderia visitar o centro e procurar o responsável local. Tal contato foi feito por meio do Johannes, que conversou pessoalmente com o diretor do centro antes de eu ir. Partindo disso e apresentando uma carta de apresentação referente ao projeto, tive aprovação para estar lá em dias esporádicos e participar dos encontros semanais que o Johannes, enquanto voluntário, possuía com o objetivo de auxiliar jovens de 11 a 15 anos nas tarefas escolares. Esse foi o único grupo que tive acesso propriamente dito, o qual se consolidou em um grupo para compreender melhor as interações entre o centro Kappler Knoten e os refugiados<sup>9</sup>. Para fins dessa pesquisa, orientei-me pelo Código de ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)<sup>10</sup>.

Com isso, a segunda ida a campo me permitiu um maior contato com refugiados – sobretudo o público jovem – e com assistentes sociais. Foi realizada de 12 de dezembro de 2019 a 12 de janeiro de 2020 de forma descontínua devido aos dez dias de recesso de fim de ano. Foi também o momento em que pude realizar os retratos fotográficos da cidade e do espaço. Pude realizar uma entrevista semiestruturada com o diretor daquele centro da DRK, que mostrou outros aspectos práticos que, por limitações na observação participante em campo, não pude captar. Ademais, trocas e conversas de cunho narrativo com membros da própria família e do corpo de amigos do Johannes, mas também com Amin, um imigrante sírio habitante no mesmo local que Johannes em Freiburg, vieram por acrescentar uma visão cultural e identitária mais detalhada da etnia árabe e do que ocorre na sociedade alemã com a

---

<sup>9</sup> Apesar de serem menores de 18 anos, entendi minha observação participante em tal grupo como de responsabilidade da DRK Kappler Knoten, a qual me direcionou a um grupo específico.

<sup>10</sup> O Código de ética se encontra em: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>.

presença de refugiados. O nome “Amin” é um pseudônimo, e a real identidade do diretor da DRK Kappler Knoten e de outros funcionários também não é revelada ao longo do trabalho – ainda que a permissão do primeiro fora concedida na entrevista e em websites oficiais da organização é possível encontrar seus nomes.

Um dos instrumentos de pesquisa utilizado foi o registro da observação participante no diário de campo. Este foi útil na anotação dos pequenos detalhes – não só nas inserções no campo de pesquisa, como também nas memórias antigas que eram escritas em diários pessoais. Considerado um grande aliado na pesquisa do viés etnográfico, a escrita descritiva daquilo escutado e observado, bem como dos ambientes que o trabalho se utiliza (como era o local, quantas pessoas tinham, o que ele representava, etc...) é importante, pois cada pequeno elemento percebido, ainda que insignificante, pode, no momento da organização dos resultados do trabalho, ser crucial para a interpretação dos significados que os colaboradores atribuem aos acontecimentos (GEERTZ, 1989, p.29).

Jeanne Favret-Saada (1990) fala sobre suas vivências em campo em um trabalho sobre feitiçaria. Em seu texto “Ser afetado” (versão traduzida para o português de 2005), trata sobre tal empasse etnográfico de produzir ciência, mas ao mesmo tempo, participar do campo e, de certa forma, deixar-se influenciar por ele. Assim como a autora, eu fui afetada pelo campo – desde o fato de manter um relacionamento afetivo estável com um rapaz alemão até já possuir inseguranças prévias em relação ao ambiente. Eu não sou alemã, e o idioma, assim como outros códigos culturais, ainda me são difíceis. Ademais, minha aproximação com o trabalho de campo é recente e, por vezes, este sofreu com minha timidez. Estive não somente em uma nova área do conhecimento, utilizando-me de novos instrumentos de pesquisa, mas em um ambiente culturalmente diferente do que estou acostumada e, conseqüentemente, mais desafiador. Houve momentos em que não me senti confiante quanto à forma de abordagem, ou com o idioma e a maneira de ser vista na sociedade alemã.

A pandemia do coronavírus também foi um fator de forte influência, pois eu, bem como vários pesquisadores do período, fui afetada pelas transformações causadas por ela. Minha sala de aula se tornou a estante do meu quarto, e muitos livros disponíveis na biblioteca da universidade pareceram difíceis de conseguir ou até inacessíveis através da tela do computador. Este último provocou impacto negativo no trabalho, pois muito arcabouço teórico e temático anteriormente planejados teve de ser comprados ou não foram encontrados. O campo fechou as portas para mim quando as fronteiras alemãs optaram por não ter abertura para a entrada de brasileiros. Isso me afetou enquanto parceira afetiva e enquanto

pesquisadora, e afetou a pesquisa de forma inesperada. Entretanto, assim como em termos de relacionamento afetivo, encontrei no meio virtual uma possibilidade de continuar a análise.

### **c) A etnografia virtual**

A internet, desde seu surgimento, propiciou ao ser humano uma ligação a lugares que não pode fisicamente estar. Pessoalmente, há quase quatro anos, ela tem desempenhado um papel essencial em minha vida, pois quando não é possível que eu esteja de forma física na Alemanha, eu ainda me faço presente por meio dela.

Em março, muitas restrições passaram a ser adotadas por parte de instituições, e a DRK não foi exceção. Por medidas de segurança, somente moradores e assistentes sociais que trabalham nos centros poderiam ter acesso a ele. Isso excluiu muitos voluntários alemães responsáveis por projetos de apoio – como o Johannes que auxiliava jovens de 10 a 15 anos com os temas escolares – mas também pessoas que buscavam o local para outras finalidades, como o meu caso. Havia também o empecilho de conseguir ir ao Estado-nação do campo de pesquisa, pois, como não possuo vínculo em nenhuma instituição de ensino alemã, não me enquadrava nas exceções de viagem para a Alemanha. Em agosto, por uma flexibilidade governamental que passou a permitir a entrada parceiros de vida de cidadãos alemães não registrados, pude viajar para o país, mas sem acesso à DRK. Por tais razões, abandonei a ideia da terceira inserção no campo e introduzi certa “netnografia”.

O neologismo “netnografia” foi criado pelo pesquisador inglês Robert Kozinets na década de 1990, voltado para a área de marketing e de consumo online. No cenário acadêmico brasileiro é conhecida como técnica metodológica no ramo da comunicação. Beatriz Polivanov (2013), pesquisadora na área da comunicação, também analisa o termo em comparação com a denominação “etnografia virtual” de Christine Hine (2000), em uma revisão bibliográfica de estudos e diferentes posições sobre a diferenciação das expressões em relação à etnografia tradicional. Dentre as discussões, a netnografia aparece como dispositivo metodológico, auxiliando a etnografia e a busca por algum processo de “convívio” próprio dessa. Tal posição, sustentada por Paula Rocha (2006), teoriza que juntas, a netnografia e a etnografia são “capazes de proporcionar o acesso dos pesquisadores da área às caracterizações específicas da contemporaneidade, sobretudo a virtualidade, a desmaterialização e a digitalização de conteúdos, formas, relacionamentos, produtos, etc.” (ROCHA, 2006, p. 26 apud POLIVANOV, 2013, p.68).

Christine Hine (2000, p.25), no que diz respeito à etnografia virtual, expõe que a internet pode ser compreendida tanto como cultura em si mesma quanto como artefato

cultural, ou seja, tanto é produto como produz significações e relações. “A expressão ‘Internet’ é empregada para se referir a um “conjunto de programas que habilitam determinados tipos de comunicação e intercâmbio de informação” (HINE, 2000, p.40, tradução minha)<sup>11</sup> e, enquanto artefato cultural, é uma construção social utilizada da forma que a sociedade em questão demanda. Nesse sentido, instituições da sociedade ou até mesmo órgãos estatais alemães fazem uso de plataformas na internet para expandir suas redes de informações e suas práticas, em complemento às ações realizadas na realidade empírica. Para Hine (2016, p. 22):

Uma etnografia da internet não centralizada na própria internet pode proveitosamente adotar uma abordagem reflexiva ou até mesmo autoetnográfica (REED-DANAHAY, 1997; ELLIS et al., 2010), usando a imersão do etnógrafo no campo para desenvolver *insights* acerca dos aspectos sensoriais daquele campo para os participantes.

Desde o momento em que me vi impossibilitada de ter uma terceira inserção no centro Kappler Knoten, encontrei amparo na etnografia da internet para dar continuidade à pesquisa. Em junho e julho de 2020 estudei sobre como a pesquisa poderia ser reformulada e, os três meses posteriores, estando na Alemanha, coloquei-a em prática. Estava no país do campo de pesquisa, e isso serviu de incentivo para que eu adentrasse virtualmente nele.

Como em janeiro de 2020 já havia realizado uma entrevista semiestruturada com o diretor do centro, decidi-me voltar para a instituição. Com base nisso, a reformulação contou com um enfoque maior na Cruz Vermelha de Freiburg e seus serviços de acolhida prestados, bem como sua relação com o Estado alemão, a sociedade civil e a comunidade internacional. Anteriormente, com a terceira ida a campo, analisaria a relação do refugiado para com a instituição, por meio da técnica de entrevista narrativa (BAUER & GASKELL, 2002).

Em termos práticos, passei a pesquisar detalhadamente as plataformas virtuais da Cruz Vermelha de Freiburg, bem como órgãos oficiais alemães, especialmente o Bundesamt für Migration und Flüchtlinge (em português, Departamento Federal para Migração e Refúgio), conhecido pela sigla BAMF, que é o órgão encarregado das questões de asilo. Por meio destes, fui obtendo informações necessárias para a conclusão da pesquisa. Ademais, jornais e instituições de informações alemãs com plataforma online foram de suma importância para que eu pudesse me conectar ao modo de pensar da sociedade alemã em relação ao refúgio, por meio das notícias que vinham recebendo sobre o assunto. Em vista disso, veículos

---

<sup>11</sup> Trecho original: “[...] el término "Internet" se emplea para referirse a un conjunto de programas que habilitan determinados tipos de comunicación e intercambio de información.” (HINE, 2000, p.40).

informativos renomados no contexto alemão foram utilizados para a consulta de notícias que vinham circulando desde 2015, como a Deutsche Welle e o canal de televisão Arte. Dentre os aspectos, destaco a mudança de opinião pública acerca do grande número de refugiados recebidos ao longo destes cinco anos e as discussões políticas de transformação da pauta do refúgio em decorrência de interesses políticos, pois 2021 é um ano eleitoral.

Dados estatísticos também assumiram um papel importante para tal transformação da pesquisa, mas não foi de desejo pessoal que os mesmos suplantassem o que foi visto em campo. Jorge Durand e Carmen Lussi (2015), que trazem contribuições metodológicas para os estudos de migrações, citam, em seu livro “Metodologia e teoria no estudo das migrações” Hervé Domenach (1998) para explicar o fator. De acordo com os autores, o demógrafo francês conhecido pelo termo “migratologia” como metodologia das migrações, argumenta que a mesma pode ser justificada devido à “tendência que se registra em estudos sobre mobilidade humana à ‘migratometria’, como limite epistemológico que leva a acreditar que, medindo estatisticamente e usando informações de modo funcional, se chegue ao conhecimento da realidade migratória” (DURAND & LUSSI, 2015, p.59). Não foi apenas com base estatística que o trabalho foi construído, mas com uma harmonia destes em relação ao conhecimento adquirido e as vivências tidas em campo.

Em termos estruturais, os capítulos giraram em torno da acolhida humanitária exercida pela DRK: Flüchtlingssozialdienst Kappler Knoten, a qual se relaciona com o Estado, com a sociedade civil e com o refugiado – como mostra a figura abaixo:

Figura 1 - Elementos que se relacionam à acolhida humanitária



Fonte: Elaboração própria

Todos os elementos dispostos na figura possuem pontos de união entre si. Porém, a acolhida humanitária exercida por meio do serviço prestado pela entidade analisada é o que, em termos de análise, constitui-se no eixo de sustentação para que o processo seja o mais positivo possível para o Estado, para o indivíduo que chega e para a sociedade local. Para tal análise, toma-se como base a acolhida em termos empíricos disposta no texto de Vanessa Perin (2014), que engloba não somente assistência, como também proteção e integração. A pesquisa tem espaço no dormitório Kappler Knoten da DRK: Flüchtlingssozialdienst da cidade de Freiburg, e busca compreender quais os conectores que implicam, nessa relação positiva da acolhida humanitária com a sociedade, com o Estado e com o refugiado, respectivamente. Com isso, o primeiro capítulo é responsável pela explanação acerca do Estado e das tratativas burocráticas que um indivíduo deslocado passa durante sua transformação em refugiado. Já no segundo capítulo, é apresentado o que o refugiado recebe da instituição de acolhida e como o centro Kappler Knoten da Cruz Vermelha lida com a agenda de acolhida e integração esperada. Por fim, analiso a sociedade em relação à acolhida humanitária, em discussões que abrangem não só questões culturais e identitárias, mas também de cunho político que se mostram frequentes na Alemanha atual.

Apesar de muito ter querido ser reconhecida enquanto antropóloga com uma vasta pesquisa de campo, felizmente, a adaptação metodológica da pesquisa trouxe certo conforto. Um trabalho de campo, para além de um conhecimento com um arcabouço teórico prévio, requer um grau de coragem e ousadia que por vezes ainda me deixa desconfortável. Isso, talvez, em decorrência do meu lugar em campo e, conseqüentemente, meu lugar de fala (RIBEIRO, 2019) enquanto pesquisadora, mulher, brasileira, jovem e negra. De fato, há um peso sócio-histórico muito grande que uma pessoa negra, do sexo feminino e de um país do sul global carrega. Mais ainda são os questionamentos quando tal pessoa do sul global vai ao país do norte geográfico para analisar e refletir sobre um fenômeno recorrente no norte. Esse peso se traduz em timidez frente ao campo e reflexões sobre a minha real capacidade de romper tal padrão de pensamento. Em parte, o consegui nas duas inserções no campo. Entretanto, na terceira, a qual exigiria de mim maior coragem e ousadia, ficou para trabalhos futuros.

Há receio em relação à adaptação ter trazido na pesquisa uma semelhança com uma “antropologia de gabinete” (CASTRO, 2005) – e é de plena consciência que assumo tal risco. É verdade que os primeiros passos de uma ciência que estudasse outras populações foram feitos sem sair de uma poltrona e nem do escopo social europeu de origem. Entretanto, eu estive em campo e, apesar de não concluí-lo, muito do meu caráter de escrita é consequência

de vivências lá tidas, seja na DRK com os refugiados e funcionários que lá atuam ou fora dela, em interação com alemães. Além disso, a Alemanha é meu campo mais abrangente, e com este campo, pela figura do meu namorado, tenho contato todos os dias.

Creio que, embora muito do caráter etnográfico tradicional ter sido perdido, isso fez com que a antropologia ganhasse maior evidência. Na verdade, teóricos da corrente pós-moderna, como Tim Ingold (2017), James Clifford (2002) e George Marcus (1994), apresentam-se críticos em relação à etnografia ser utilizada como a única forma de pensar antropologia – pois os mesmos alegam que a etnografia não é um método. Segundo Ingold (2017), a etnografia é um fim por si só, e não uma metodologia. A limitação da antropologia com a etnografia faz com que ambas percam seu potencial, e que a observação participante, verdadeiro elemento metodológico de estudos antropológicos, passe a carecer de compromisso ontológico e de caráter educativo. De fato, a antropologia, além de disciplina de campo, possui uma “vocação pedagógica” (AUGÈ, 2014, p.40) que envolve uma gama de elementos que transcendem a esfera do trabalho de campo muito dito como etnográfico. Envolve, sobretudo, um olhar atento que posteriormente se desenvolve em um estilo de escrita minucioso em descrição e análise, feito em conjunto com os que se pesquisa, a fim de mostrar a outros um pouco do que eles são. Não é algo que não possa ser contestado – pelo contrário, deve abrir espaço para que outros também se sintam confortáveis em abordar a temática de diferentes maneiras.

Talvez a pesquisa não tenha atingido o grau etnográfico clássico, como inicialmente era planejado. Entretanto, a antropologia, com certeza, alcançou seu objetivo pedagógico comigo. Eu fui, durante o caminho percorrido com a pesquisa, educada pela antropologia. Por meio das transformações metodológicas na pesquisa, fortaleci o valor da antropologia em mim. Espero ter feito jus a este para com o mundo, pois, afinal, educar, em sua definição é conduzir, é levar para fora.



## **2 DO BRASIL À ALEMANHA, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: O DESPERTAR DE UMA PESQUISA INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINAR**

Pierre Bourdieu (2011), sociólogo francês renomado por um debate que envolve indivíduo e sociedade, fez-me perceber que dois vieses norteiam a construção do objeto de pesquisa: a significância que a temática escolhida tem para o pesquisador e as relações da mesma para com o objeto de pesquisa em si. Nesse sentido, para um melhor entendimento dos assuntos abordados na pesquisa, o primeiro capítulo visa apresentar os pressupostos do problema de pesquisa, com base no Direito Internacional, da União Europeia e da Alemanha acerca do refúgio, ressaltando a burocracia atrelada à trajetória que transforma um indivíduo em refugiado, mas também a importância de organismos não governamentais pela limitação estatal frente a todas as tratativas empíricas de acolhida.

É subdividido em duas partes principais, as quais abordam, respectivamente, minha trajetória de descoberta em relação ao campo de pesquisa e transformação de internacionalista para cientista social e a trajetória que uma vítima de deslocamento forçado realiza até a Alemanha. Tal analogia de trajetória e deslocamento diz muito acerca do meu percurso pessoal, visto que minha aproximação com as Ciências Sociais e com a Alemanha é recente, e em ambas me senti acolhida para discorrer sobre a temática do refúgio. Assim como para mim está sendo um processo me tornar cientista social, é uma caminhada burocrática e social árdua para alguém que migra para outro país prezando por sua sobrevivência se tornar refugiado. Pois, afinal, não se nasce refugiado, se torna.

Nesse sentido, em um primeiro momento, relato minha aproximação com a Alemanha e a temática do refúgio, tanto na vida empírica quanto em relação a teorias das Ciências Sociais e Relações Internacionais que possibilitam, a meu ver, um debate quanto ao assunto. Contempla uma abordagem mais teórica em relação ao trabalho do cientista social na contemporaneidade frente à dinamicidade presente nas relações de uma pesquisa intercultural e os elementos reflexivos que pautaram a problemática de pesquisa, bem como a descrição da metodologia utilizada. A terceira subseção tem como objetivo analisar o indivíduo vítima de deslocamento forçado que entra na Alemanha, e sua trajetória até o reconhecimento do status de refugiado. É baseado em legislações internacionais e alemãs, mas também por meio de fragmentos da entrevista feita como diretor do centro da DRK, a fim de apresentar de forma analítica as etapas burocráticas em sua completude. Visa trazer a atuação estatal na questão do refúgio, e, em uma reflexão, o quanto é complementada por organismos não governamentais

para que os direitos humanos atribuídos aqueles que procuram acolhida na Alemanha sejam assegurados.

## 2.1 UMA BREVE *STORYTELLING* DOS PRIMEIROS ENCONTROS COM UM POSSÍVEL CAMPO DE PESQUISA

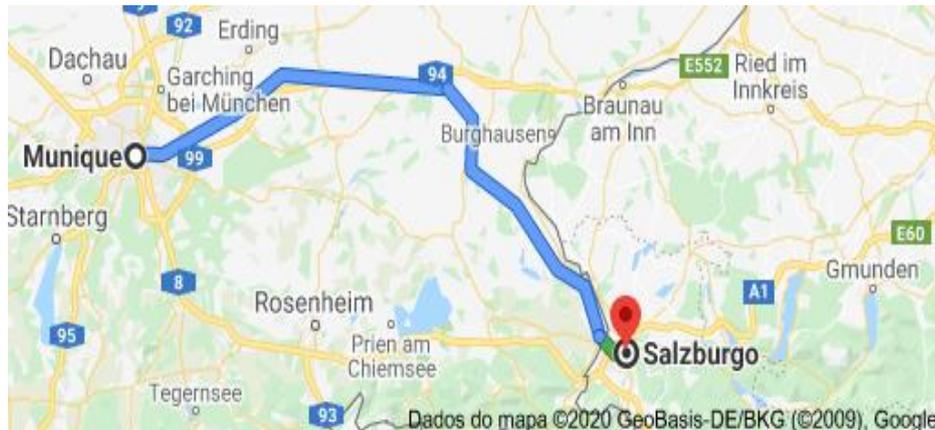
Um dos maiores orgulhos para antropólogos ou pesquisadores aspirantes nessa área é ir a campo. É verdade que me incluo na segunda opção e, depois de dois momentos específicos de contatos na Alemanha direcionados ao trabalho de pesquisa, posso dizer que é um reconhecimento muito grande levantar da cadeira de estudos e sair da zona de conforto em prol do desconhecido. No entanto, antes que eu mesma percebesse, o campo já vinha até mim e já habitava minha mente como uma pequena semente, apenas aguardando o período em que me dispusesse a desabrochá-la – fato que ocorreu em 2018, em meu processo de ingresso ao mestrado. A história, porém, é mais longa e complexa que tal marco, e ao mesmo tempo tão rica em significados que vale a pena destinar um espaço para aqui expô-la.

Marcelo Valença e Ana Paula Tostes (2019) apresentam narrativas como recursos metodológicos de um aprendizado ativo. Segundo eles (2019, p. 222), *storytelling* constitui ser o “uso de narrativas com significado social ou cultural para promover a reflexão acerca de conceitos e valores, de forma a consolidar essas ideias abstratas por meio da percepção da relevância e significância de tais conceitos e valores a um grupo de indivíduos”. Nesse sentido, utilizo-me de tal técnica para refletir sobre como o campo de pesquisa foi a mim revelado.

Como já resumidamente pontuado na introdução, tudo começou em 2016, com uma viagem de trem que ia de Salzburg à München. Era o mês de setembro, e München, local no qual estava hospedada, iniciava seus preparativos para a famosa Oktoberfest. Salzburg, cidade austríaca conhecida pela gravação do filme “Noviça rebelde”, fica localizada a cerca de uma hora de trem de München, assim que minhas amigas e eu decidimos incluí-la em nossa rota turística.

O passeio em Salzburg foi ótimo: aproveitamos o belo dia para caminhar pelo Mirabellgarten, tomar um café próximo a Residenzplatz – locais que recordávamos que apareciam no filme. Visitamos a Catedral, a casa de nascimento de Mozart, o castelo de Hellbrunn e outro parque que não me recordo o nome. Ao anoitecer, retornamos à München da mesma forma que lá chegamos, de trem.

Figura 2 - Rota Munique-Salzburgo que correspondente ao trajeto de trem feito em 2016



Fonte: Google Maps

Figura 3 - Residenzplatz com parte da Catedral



Fonte: acervo pessoal (setembro de 2016)

Estávamos felizes, porém cansadas, cheias momentos guardados em forma de fotos e, ao mesmo tempo, ansiosas para chegarmos a nosso cantinho em München para compartilhá-las com nossos entes queridos. O caminho de volta, no entanto, foi mais demorado que o da ida, e isso chamou nossa atenção.

Assim que cruzamos a fronteira da Áustria com a Alemanha, nosso trem foi parado. Estávamos, além de outros passageiros, em seis jovens da América Latina e uma irmã religiosa do Movimento de Schoenstatt<sup>12</sup> de Porto Rico, que nos guiava. Ela já vivia há mais de 10 anos na Alemanha, já estava habituada ao ambiente alemão e inteirada do que estava

<sup>12</sup>O Movimento de Schoenstatt é um movimento católico iniciado na Alemanha em 1914, que atualmente assumiu caráter internacional. Dentro do movimento, há diferentes ramos e subdivisões, como o Instituto Secular das Irmãs de Maria.

ocorrendo naquela sociedade. Ela nos instruiu a permanecermos calmas e simplesmente retirarmos nossos passaportes das bolsas. Dois policiais entraram em nossos vagões e revistaram a documentação de todos lá presente. O mesmo ocorreu com os demais vagões do trem. Quando tudo estava em conformidade com o esperado, deixaram o trem seguir.

Naquele momento, a Europa como um todo lidava com uma grande entrada de pessoas deslocadas de seus países de origem por conta de violações humanitárias. Em termos numéricos, de acordo com a EUROSTAT, mais de 1,2 milhão de indivíduos solicitaram pela primeira vez asilo em 2015 na União Europeia, uma taxa antes nunca vista. Cerca de metade desses eram sírios, muitos acolhidos pela Alemanha que, por ter uma economia forte, tomava responsabilidade por muitos casos. Entretanto, como isso funcionava de fato? Como alguém poderia ser acolhido na Alemanha? Pois, naquela situação, o que eu via não era acolhida, mas controle.

Os conflitos na Síria, por exemplo, vem fazendo com que, desde 2011, milhões de pessoas busquem proteção em outros países do mundo. A Alemanha é um dos principais destinos da Europa central por conta de suas políticas de acolhida e interiorização daqueles que deixam suas casas, seus trabalhos e parte do que são em prol da sobrevivência. O ato de se refugiar em outro país buscando até meios ilegais de fazê-lo, como tomar um trem para um destino que se sintam mais acolhidos, nesse caso, não é uma escolha pautada na liberdade. É uma necessidade.

Figura 4 - Rota utilizada por refugiados sírios para chegarem à Áustria e, posteriormente, à Alemanha



Fonte: Conselho Português para Refugiados (2015)

A memória, de acordo com Halbwachs (1990), autor expoente em estudos envolvendo a temática, é uma releitura sobre o passado elaborada no presente. Talvez um dos maiores incentivos para esta atual pesquisa foi justamente a curiosidade e a busca por respostas para assuntos não solucionados e que, desde setembro de 2016, fizeram-se presentes em minhas memórias.

Voltando ao Brasil, os resquícios das vivências na Alemanha ainda povoavam meu cotidiano. Isso porque, mesmo que indiretamente, nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, “nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1968, p.26). Também, parafraseando Roy Wagner (2007), defensor da antropologia da experiência, ao entrar em contato com outra cultura, um aprende mais sobre sua própria cultura, pois esta se torna “visível” e, conseqüentemente, o sujeito em questão não retorna ao lugar de origem igual. O mesmo se aplicou a mim, que não só voltei com parte da Alemanha em mim, como também deixei nela partes minhas. Em 2016, para além de conhecer a Alemanha, conheci um rapaz alemão – ou melhor falando, o rapaz alemão que mudou minha vida. E então, o meu aprendizado relativo à Alemanha passou a se tornar mais vivo e também mais necessário em minha vida diária.

Em 2018, no último ano de faculdade, tive a oportunidade de cursar a disciplina de “Relações Internacionais no Oriente Médio”, a qual exigia de nós, estudantes, uma constante atualização de informações acerca da região. Apesar de o trabalho final do meu grupo ser voltado para a Arábia Saudita, acompanhar semanalmente notícias sobre Síria, Iraque e a constante evasão de pessoas me chamava atenção.

No início do mesmo ano tive contato pela primeira vez com refugiados. Em sua cidade-natal, Vallendar<sup>13</sup>, Johannes era voluntário em um projeto de conserto de bicicletas que eram utilizadas por refugiados para sua locomoção. Todas as sextas-feiras, às 15h, refugiados da cidade e de localidades próximas se reuniam em um espaço fornecido pela comunidade evangélica, estrutura semelhante a uma casa, e levavam suas bicicletas. Enquanto os homens iam à garagem e conversavam com os voluntários (também homens) em busca de novas peças para bicicleta ou até mesmo novas bicicletas, mulheres e crianças ficavam no andar de cima, em um espaço similar a um refeitório, tomando chá organizado por outras mulheres voluntárias, tendo atividades lúdicas e compartilhando suas vivências. Alguns

---

<sup>13</sup> Vallendar é uma pequena cidade localizada às margens do Rio Reno, no estado de Rhineland-Palatinate (Renânia-Palatina), na região centro-oeste da Alemanha.

homens ficavam do lado de fora para fumar, e ocasionalmente subiam para o mesmo ambiente das mulheres, unicamente em busca de comida. As mulheres, porém, permaneciam no mesmo espaço desde o momento da chegada até a hora de ir embora. Das três vezes que frequentei o local, fui a única mulher a ir à garagem.

Pensar na disposição do espaço daquele recinto, nas atividades desempenhadas na parte de cima, na garagem e no jardim e, especialmente, nos atores dos espaços, remeteu-me aos escritos de Bourdieu em *A casa Kabyle ou o mundo às avessas* (1999). No texto o autor relata a divisão da casa baseada na posição ocupada pela figura masculina e pela figura feminina, e seus elementos específicos que, em vários aspectos, se mostram antagônicos. Nas palavras de Bourdieu (1999, p.149):

A parte baixa e obscura se opõe também à parte alta, como o masculino ao feminino: além do que, a divisão do trabalho entre os sexos (fundamentada sobre o mesmo princípio de divisão que a organização do espaço) confia à mulher o encargo da maioria dos objetos que pertence à parte escura da casa [...] a oposição entre a parte alta e a parte baixa reproduz, no âmbito do espaço da casa, aquela estabelecida entre dentro e fora, entre o espaço feminino [...] protegido ao abrigo das intrusões e dos olhares, e o espaço masculino [...]; de um lado o segredo da intimidade, do outro, o espaço aberto dos relacionamentos sociais; de um lado a vida dos sentidos e dos sentimentos, do outro, a vida dos relacionamentos de homem para homem, do diálogo e das trocas.

Desconsiderando a analogia entre natureza e cultura implícita no texto de Bourdieu e a disposição geográfica da casa, a divisão entre homens e mulheres é semelhante ao que vivenciei – até mesmo quando o assunto era conversar. Ao passo que as mulheres se mostravam introspectivas, ou seja, não muito abertas ao diálogo e, por vezes, com maior dificuldade de entendimento tanto em alemão quanto em inglês, os homens pareciam mais dispostos à fala. Isso, na época, foi por mim relacionado à possível forma com que um refugiado muçulmano e uma refugiada muçulmana se relacionam socialmente – pois enquanto o primeiro estabelece uma relação com o mundo exterior ao lar, a mulher fica mais voltada para o ambiente interno. Um refugiado do Uzbequistão, por exemplo, sentiu abertura para conversar comigo a respeito de suas memórias em relação ao país de origem e sobre o motivo que o levara a fugir para a Alemanha com esposa e filho quatro meses antes. Não era sua primeira vez ali, e com o Johannes, mal trocava uma palavra. Isso, talvez, fosse outra questão: minha posição na Alemanha, que fez com que ele sentisse uma relação de empatia e afinidade, pois eu também era estrangeira.

Assim como o refugiado, mesmo que em situações bem diferentes, eu tampouco sou ou me pareço alemã (Figura 5). E, em termos de linguagem, naquela época, enfrentava os

mesmos problemas que eles. Certa vez, em um evento da UFSM, ouvi de um imigrante que não é possível aprender somente o idioma local: também se aprende, mesmo que involuntariamente, a cultura local. Porém isso demanda tempo. Quatro meses não são suficientes para aprender um idioma e os códigos culturais, nem para não sentir falta constante de seu país de origem. Tudo isso demanda tempo – como eu precisei de tempo e de muito arcabouço teórico para assimilar que a minha temática de pesquisa estava diante dos meus olhos.

Figura 5 - Foto minha tirada no desfile de Carnaval de 2018, na Alemanha



Fonte: acervo pessoal (fevereiro de 2018)

Figura 6 - Johannes, um refugiado egípcio que auxilia no conserto de bicicletas e eu<sup>14</sup>



Fonte: acervo pessoal (fevereiro de 2018)

Chegando o período de formulação do trabalho de conclusão de curso, obviamente a temática do refúgio apareceu como alternativa de abordagem. Porém, já era o início do ano que em teria que entregar o trabalho e, mudar de temática poderia ser um risco. Por isso, continuei meus estudos acerca do futebol brasileiro enquanto instrumento político de poder na esfera internacional – e creio que, no momento em questão, a escolha foi a mais sensata. Até que, em agosto de 2018, ao voltar do território alemão e me organizar para o processo seletivo do mestrado, decidi abandonar minha zona de conforto e explorar não só novas temáticas, como também uma nova área do conhecimento.

Era comum que muitos alunos das Relações Internacionais “migrassem” para a pós-graduação de Ciências Sociais – parte pelo anseio de uma nova visão e parte devido à ausência de um programa de pós-graduação em Relações Internacionais na UFSM. Justamente em 2018, esse passou a existir. Mesmo assim, desafiei a mim mesma, contrariando as expectativas do corpo docente do curso, em participar de somente uma seleção de mestrado: o das Ciências Sociais.

Tendo em vista o processo seletivo e minha falta de aproximação com a área, comecei a participar de algumas reuniões do Núcleo de Estudos Contemporâneos, o NECON, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Catarina Chitolina Zanini – que viria a ser minha orientadora. Os encontros eram muito dinâmicos em termos temáticos, e compostos por integrantes de áreas diversas do conhecimento, como Direito, Jornalismo, História, Dança e Relações Internacionais – para além das Ciências Sociais. Isso fez com que eu me sentisse

<sup>14</sup> Direito de exposição de imagem consentido por ambos.

acolhida e mais segura na minha opção, pois com o grupo, pude adquirir uma pequena base teórica que me auxiliou na elaboração de um projeto que pudesse transitar tanto em Relações Internacionais quanto nas Ciências Sociais como um todo. O que eu realmente não sabia era tamanha divergência metodológica que as áreas possuíam, e somente tempos depois, quando já aprovada no mestrado e destinada a seguir a viés antropológico, dei-me realmente por conta que, para a concretização do trabalho, deveria fazer algo que as Relações Internacionais nunca me exigiram: levantar da cadeira e ir a campo.

Antes de tudo, no entanto, tive que aprender o que era ser cientista social e adquirir um maior arcabouço teórico da área para compreender o lado prático da pesquisa. Como menciona Bourdieu (1989, p.20) acerca da sociologia reflexiva, é preciso saber converter problemas muito abstratos em operações científicas inteiramente práticas. Isso envolve, acima de tudo, uma responsabilidade do cientista em conhecer os conceitos e problemáticas da área – algo que pude realizar nos dois primeiros semestres do mestrado.

## 2.2 MIGRANDO DE ÁREA: DE INTERNACIONALISTA A CIENTISTA SOCIAL

A temática da objetividade é vinculada a minha trajetória acadêmica, passada e atual. As Relações Internacionais e as Ciências Sociais, apesar de serem enquadradas no ramo das Ciências Humanas, em alguns aspectos se mostram divergentes, sobretudo em termos teóricos e metodológicos. Isso deriva do fato de possuírem finalidades diferentes e, conseqüentemente, modos diferentes de “olharem” para um mesmo objeto de pesquisa. Eu venho de uma graduação de Relações Internacionais, na qual as tradições mais empregadas têm uma tendência mais positivista, ou seja, com mais formalismos e regras em relação à produção científica. Isso fez com que meu olhar se enrijecesse em estruturas e por vezes não percebesse as micro relações subjetivas que as circundam, como emoções de afeto e de solidariedade identificadas por Sonja Moghaddari (2021) em ações humanitárias da Alemanha. Partindo das Ciências Sociais, pude desenvolver um maior senso de compreensão sobre como elementos subjetivos impactam aquilo que anteriormente já me era posto como “dado”. Tal colocação, contudo, não significa dizer que as mesmas desempenham papéis opostos, mas que podem se relacionar e, juntas, fornecem uma compreensão mais completa de fenômenos que envolvem tanto o meio internacional quanto uma sociedade específica. Essa união teórica interdisciplinar, principalmente pela hermenêutica, fez com que eu enxergasse o objeto de pesquisa de uma forma que fosse possível de abordá-lo, e também o caminho pelo qual procurei desenvolvê-lo.

### 2.2.1 A “objetividade” do conhecimento na escolha do objeto de estudo

Aproveitando a temática da minha pesquisa anterior, poderia dizer que o trabalho atual de um cientista social pode ser comparado ao de um jogador de futebol. Assim como o desempenho do cientista social está atrelado à sociedade e suas múltiplas facetas, o ambiente do estádio de futebol proporciona ao jogador o seu sucesso ou fracasso. Os elementos da partida tais como passes e dribles, podem ser alçados na objetividade e no árduo preparo prévio, bem como o arcabouço metodológico que um pesquisador utiliza para a coleta de dados. Entretanto, até que ponto tal objetividade pode ser empregada na análise dos rumos do jogo quando este diz respeito à multiplicidade e complexidade de relações sociais variáveis quanto a tempo e espaço? É o que constantemente me pergunto em relação à condição situacional do meu objeto de estudo – sobretudo em um momento delicado de pandemia.

Em um retorno epistemológico, há, no âmbito das Ciências Sociais, duas explicações para a terminologia objetividade: ela pode ser referente tanto à ausência de inclinações (isto é, de influências pessoais ou de senso comum) ao executar ou interpretar observações quanto à reprodução real de nossas “representações das realidades sociais”. Isso, no entanto, não é uma tarefa fácil, visto que “parte tão grande do que é estudado – de sistemas sociais aos papéis que desempenhamos na vida – é socialmente construída e, portanto, inobservável sem o uso de ideias que são em si socialmente formuladas” (JOHNSON, 1997, p.160).

O estudo de Max Weber em *A “Objetividade” do conhecimento o nas Ciências Sociais* originalmente de 1904 se concentra na dita objetividade do conhecimento científico. Este ocasionalmente se apresenta com elementos subjetivos e não típicos da ciência dita como tradicional – especialmente nas ciências que têm como foco de pesquisa o comportamento humano no ambiente social. Weber (2006) difere, logo de início, o conhecimento empírico do juízo de valor, pois este se representa por “impressões da realidade” e muitas vezes “tenta esconder aqueles elementos da realidade que lhe são incômodos”<sup>15</sup>. Isso, no entanto, é referente à análise dos fatos sociais de forma genuína, em consonância com a realidade, pois, na visão weberiana, é praticamente impossível se afastar de valores e preferências pré-concebidas na construção total do conhecimento.

O conhecimento científico, segundo Weber (2006), inclui aspectos limitados da sociedade, e leva em conta a significação que o agente que faz ciência atribui a tal esfera. Em outras palavras significa dizer que, já de início, o sujeito pesquisador ao escolher seu objeto de análise, utiliza-se de certa pessoalidade para fazê-lo, bem como, em termos de umas das

---

<sup>15</sup> COSTA, 2011, p.3-4.

minhas temáticas favoritas, um técnico de futebol que elege um esquema de jogo específico de acordo com a equipe que enfrenta.

A razão pela qual Weber dedicou parte de sua produção teórica para a temática do Estado também pode ser observado como exemplo disso. Na quase virada do século XX, a jovem Alemanha há pouco unificada buscava o desenvolvimento econômico interno por meio de uma organização político-social – mas, também, reconhecimento frente às outras nações do globo. E, para que isso fosse possível, era necessário teorizar acerca do Estado, a fim de melhor compreendê-lo. Isso não envolvia somente uma análise da máquina burocrática e administrativa que se responsabilizava pelo ordenamento social, mas de grupos e, em especial, sujeitos que agiam no interior de tal estrutura. A temática em questão surgiu do autor partindo de suas preferências e circunstâncias sociais e históricas, que só puderam se fazer relevantes pelo significado que Weber as deu.

Assim como Weber percebeu a importância do agente e do significado de suas ações, as Ciências Sociais também o fez. Ambos, no entanto, atrelam o agente a outro elemento fundamental, o qual é responsável por esses significados que influenciam na produção do conhecimento: a cultura. O indivíduo quando envolto por uma cultura passa incorporar, consciente ou inconscientemente, uma série de valores e significações imateriais que acabam por moldar sua conduta e, conseqüentemente, sua escolha quanto ao objeto de pesquisa e a maneira como o mesmo será abordado.

Nesse sentido, a “objetividade” colocada por Weber (2006) não pode ser classificada como neutralidade. É posta entre aspas justamente por conta do caráter especial atribuído ao produtor da ciência. Nós, enquanto pesquisadores e cientistas sociais, estamos condicionados a uma “teia de significados”<sup>16</sup> que influenciam nossa análise de escolha e compõem nossa crítica. E não somente isso: nosso objeto de estudo, muitas vezes envolvendo um sujeito tal como nós, também possui uma historicidade arraigada ao seu ambiente cultural, que se apresenta como um dos elementos subjetivos dentro do objeto de estudo que o sujeito é. Portanto, “não existe nenhuma análise científica puramente ‘objetiva’ da vida cultural [...] dos ‘fenômenos sociais’, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais” (WEBER, 2006, p.43).

Weber trouxe o termo “compreensão” para tratar de fenômenos sociais, que depois se consolidou em uma nova linha teórica. O surgimento de uma perspectiva hermenêutica é

---

<sup>16</sup> WEBER, M. Ob. cit.; GEERTZ, C. (1989) “Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise [...]”, ob. cit., p. 15.

advinda, sobretudo, de contribuições filosóficas, as quais se opuseram ao pensamento objetivo positivista do século XIX, trazendo novos debates sobre como trabalhar as Ciências Sociais e conseqüentemente, novos expoentes teóricos que se preocupassem com o empasse objetividade-subjetividade. Anthony Giddens, sociólogo importante da segunda metade do século XX, dedicou parte de seus escritos à tentativa de resolução de tais incomensurabilidades das Ciências Sociais. Em 1984, em sua teoria da estruturação também conhecida no escopo das Relações Internacionais, propõe a união entre a estrutura e a agência, a ação individual e a ação social, a objetividade vinda do exterior e a subjetividade interna. Assim, “a relação entre atores e estruturas envolve compreensão e significados intersubjetivos. As estruturas de fato restringem os atores, mas estes também podem transformar as estruturas pensando e atuando sobre elas de novas maneiras” (JACKSON&SORENSEN, 2013, p.234). Nesse sentido, há um processo de construção recíproca do agente e da estrutura, assim como do conhecimento, que norteia, por meio de regras já existentes, a conduta do indivíduo. O mesmo é denominado por Giddens (2001) como ator social e, por sua vez, pode introduzir mudanças no meio em que vive.

Isso trouxe para o debate acerca da objetividade um novo elemento: a reflexividade. Esta pode ser compreendida como uma constante transformação da esfera individual dos sujeitos frente ao corpo social, por meio da interpretação dos acontecimentos macrosociais em uma dimensão micro para que, assim, o indivíduo possa assumir a postura de ator social. Considera a “teia de significados” a qual o indivíduo está imerso e atua e, diferentemente das ciências sociais canônicas, não rechaça o senso comum, mas o utiliza também como objeto de interpretação para a melhor compreensão da visão de mundo que o sujeito possui.

Tais reflexões foram imprescindíveis para que eu compreendesse e aceitasse com menos impasses as relações que eu possuía para com o possível campo de pesquisa. Além do interesse despertado pelas migrações e refúgio em 2016, eu também tenho um relacionamento afetivo com um rapaz alemão, o que faz com que eu tenha vínculos subjetivos com aquela sociedade a ponto de viver diariamente “aqui” e “lá”. Em um primeiro momento, pensava que não pudesse trazer tal processo subjetivo por conta do caráter “objetivo” que a pesquisa deveria ter desde seu momento de início. Entretanto, graças a este convívio diário com outra cultura passei a me dar conta da existência de uma “teia de significados” na qual eu mesma estou inserida e que, posteriormente, permitiu com que eu percebesse que os organismos não governamentais que atuam na acolhida de refugiados na Alemanha também estão. Isso fez com que eu adquirisse consciência de que minha pesquisa seria destinada a compreender tal

rede de conexões implícitas nessa atuação, levando em conta o tempo e o espaço em que ocorrem.

Em decorrência disso, é necessária a consciência de que, assim como estamos envolvidos por uma estrutura, uma cultura, o que se caracteriza como objeto de nossa pesquisa também o está. A maneira como o indivíduo ou grupo de indivíduos se relaciona nesta cultura pode adquirir diversas formas, e cabe ao cientista social interpretá-las. Para Giddens (2001, p.111), “as ciências sociais envolvem uma dupla hermenêutica, visto que os conceitos e as teorias desenvolvidas no âmbito destas se aplicam a um mundo constituído das atividades praticadas por indivíduos que conceituam e teorizam”.

Na Antropologia, a corrente hermeneuta se preocupou de maneira especial com a valorização e elementos advindos de relações subjetivas, ou seja, a intersubjetividade. Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p.19), já acima citado, teorizou que simples atos cognitivos, como o olhar e o ouvir, são de suma importância para a construção científica, pois “assumem um sentido todo particular, de natureza epistêmica, uma vez que é com tais atos que logramos nosso saber”. Ademais, tal vertente do pensamento antropológico introduz e ressignifica componentes antes “invizibilizados” pelas escolas anteriores por receio de que isso não fazia parte de um campo científico – como a emergente temática da globalização<sup>17</sup>.

A mesma atenção para atos cognitivos é evidenciada por Jorge Durand e Carmen Lussi no livro “*Metodologias e teorias no estudo das migrações*” (2015). Por meio da expressão “olho clínico” (DURAND & LUSSI, 2015, p.30), os autores diferenciam olhar e ver, no sentido de treinamento e prática que ao primeiro é atribuído. Segundo eles, “o olho clínico que vê o que os outros não vêem, que descobre conexões novas, deve-se ao exercício da profissão. Nem sempre o mestre acerta tudo, porém muitas vezes pode entrever uma conjectura que permite buscar por outros caminhos ou a partir de outras perspectivas” (DURAND & LUSSI, 2015, p.35).

Um autor relevante para as bases da pesquisa entre diferentes culturas na contemporaneidade é Clifford Geertz (1989). Ele vai ao encontro do pensamento de Weber (2006) com relação à interpretação dos significados que os indivíduos dão em um contexto espaço-temporal específico. Nesse sentido, “a análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjecturas” (GEERTZ, 1989, p.31).

---

<sup>17</sup> A temática da globalização ganha espaço no segundo capítulo, visto que a mesma propiciou e, até certo ponto, vem propiciando transformações estatais e sociais que permitiram a maior atuação de ONG's na questão da acolhida.

A despeito do debate sobre o sujeito e cultura, Sherry Ortner, antropóloga cultural norte-americana, faz-se muito presente. Em alguns de seus muitos escritos, aborda a preocupação emergente de trabalhos antropológicos que envolvem a dos atores sociais de serem reconhecidos como não etnocêntricos e simplistas em relação à história (ORTNER, 2006, p.48). Isso é atrelado à temática da subjetividade, caracterizada pela autora como “conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo, e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes” (ORTNER, 2007, p.2). Ortner, em uma releitura a Weber, Geertz e Giddens e a outros teóricos que tentaram elucidar a problemática da subjetividade, toma esta enquanto base da *agency*, que não é uma vontade natural originária, mas é moldada enquanto desejos e intenções específicas dentro de uma matriz de subjetividade – de sentimentos, pensamentos e significados culturalmente construídos (ORTNER, 2007, p.6).

É imprescindível explicar que a perspectiva de *agency* ou agência ligada à subjetividade se mostra relevante no contexto atual em que as correntes globais impactam mais do que nunca a ação de um sujeito social – incluindo o sujeito que estuda outro sujeito social. Isso é de suma importância para o entendimento da minha pesquisa, pois tenho aprendido constantemente a compreender e aceitar as relações subjetivas que influenciaram minha análise. Também, diz respeito à lógica subjetiva presente na atuação do centro Kappler Knoten da Cruz Vermelha no tempo e no espaço em que está e como, por exemplo, tanto indivíduos refugiados como poderes estatais e a sociedade local legitimam uma organização não governamental em importância para o processo de acolhida e inclusão na sociedade alemã. Tais considerações vão ao encontro da “dupla hermenêutica” de Anthony Giddens (2001, p.111), que consiste em interpretar as interpretações feitas pelos sujeitos pesquisados de sua realidade social. Geertz (1989, p.19-20) também teoriza que o que chamamos de nossos “dados” são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas e propõe uma “descrição densa”, utilizada, sobretudo, na área específica da antropologia às pesquisas de perspectiva etnográfica, a fim de compreender a complexidade de estruturas que se apresentam em um contexto específico.

A teoria social, nesse sentido, tem a missão de compreender significados de acontecimentos únicos por serem situadas em um tempo e espaço específicos e, ao passo que influencia novas abordagens, é também influenciada pela prática cotidiana dos atores estudados. Pensando no papel do cientista neste mundo dinâmico e constantemente reformulado, creio que as palavras de Said (2011) sobre o assunto se mostram relevantes e trazem um teor reflexivo para o que se almeja teoricamente ao longo do trabalho. Para Said (2011, p.370), “a tarefa que se apresenta ao intelectual cultural, portanto, é não aceitar a

política da identidade tal como é dada, mas mostrar como todas as representações são construídas, qual é sua finalidade, quem são seus inventores, quais são seus componentes”. E é justamente isso que tento compreender e analisar ao longo do trabalho, a respeito do significado que a acolhida da Cruz Vermelha de Freiburg possui no contexto alemão de refúgio contemporâneo.

Dito isso, em termos de análise, há de ser crítico em relação àquilo que é apresentado. Nesse sentido, a teoria crítica das Relações Internacionais entra em cena, por ter sido uma abordagem teórica que propiciou uma abertura e reformulação reflexivas da área do conhecimento para novos assuntos emergentes no contexto social. Com essa corrente teórica, a disciplina foi transformada, emancipada de um formalismo positivista, incluiu novas temáticas e, principalmente, passou a ter senso crítico, não observando os acontecimentos da mesma forma que a teoria tradicional. Para teóricos críticos, fatos são produtos de estruturas sociais e históricas específicas (SILVA, 2005, p.253). Tal perspectiva influenciada pelas Ciências Sociais (sobretudo pela Escola de Frankfurt) aborda, como tópico basilar, a relação entre conhecimento e poder, sendo relevante para a compreensão do papel desempenhado por aquele centro da DRK na localidade de Freiburg, especialmente em relação às expectativas estatais em relação aos refugiados e solicitantes de asilo.

Apesar de muito criticada por não propor soluções em relação aos problemas que trouxe a tona, a Teoria Crítica, talvez, não tivesse tal propósito. Seu principal objetivo é de trazer uma reflexão acerca das mudanças sociais e internacionais e de como essas mesmas impactam a forma de produzir ciência – e até hoje tem sido. Para Silva (2005, p.253-254):

O objetivo explícito da teoria crítica é promover a emancipação humana, o que significa que a teoria é abertamente normativa, assumindo uma função até no debate político. Nisso, diverge radicalmente da teoria tradicional ou positivista, na qual a teoria deve servir à neutralidade e se preocupar somente com a descoberta de fatos preexistentes e de regularidades em um mundo independente e externo.

Ortner (2016), em outro estudo, considera que as transformações mundiais impactam os rumos teóricos dos estudos antropológicos. Ao retratar o cenário norte-americano e as transformações identificadas, sobretudo, pela intensificação da influência econômica, estudos envolvendo poder e desigualdade social passaram a ser vistos como uma maior relevância – posto anteriormente ocupado somente pela antropologia cultural. De fato, a década de 1980 e a emergência da lógica neoliberal já latente desde o pós-Segunda Guerra promoveram uma mudança na academia de antropologia, levando ao surgimento do que a autora denomina de “*dark anthropology*” [antropologia sombria]. Essa consiste em ser “a antropologia que

ênfatiza as dimensões duras e brutais da experiência humana e as condições estruturais e históricas que as produzem” (ORTNER, 2016, p.49, tradução minha)<sup>18</sup>.

A argumentação da autora, em consonância com os chamados “teóricos da boa vida” (ORTNER, 2016, p.60), é de que a antropologia sombria e suas abordagens mais duras e realistas referente ao ambiente social não definem a totalidade da área – ainda que seu surgimento possibilitasse uma ampliação nos debates da mesma. Um dos elementos presentes nas Relações Internacionais desde o início da disciplina e introduzidos no debate antropológico pelas transformações diversas na escala mundial, local e individual é o poder.

Ainda que a proposta de análise seja um local e uma temática específica em uma área do conhecimento que até pouco tempo não requeria muitos debates da esfera macrossistêmica, trazer o Estado e seu poderio é de suma importância para a compreensão da atual época em que vivemos. Michel Rolph Trouillot (2001), brilhante antropólogo haitiano, percebeu a urgência de abordar o Estado em temáticas antropológicas no contexto contemporâneo. Em um viés neomarxista, explora como a antropologia pode incluir em seu debate uma análise estatal. Para isso, teoriza, a partir de três proposições, que

(1) o poder do Estado não tem fixação institucional em nenhum dos aspectos teóricos ou motivos históricos. (2) Assim, os efeitos estatais nunca são obtidos somente através de instituições nacionais ou em órgãos governamentais. E (3) esses dois recursos, inerentes ao Estado capitalista, foram exacerbadas pela globalização (TROUILLOT, 2001, p.2, tradução minha)<sup>19</sup>.

Tais escritos trouxeram a necessidade de estudar a atuação do Estado juntamente com a sociedade civil, sendo organismos não governamentais (ONGs), na visão do autor, os casos mais óbvios do início de uma etnografia acerca dos efeitos do Estado. Isso atribui ao trabalho uma familiaridade com a área de Relações Internacionais por tratar de questões como poder e atuação estatal. Entretanto, a fim de desvelar a importância da acolhida da Cruz Vermelha de Freiburg em relação ao público refugiado, é importante reconhecer que a mesma, apesar de sua natureza não governamental, encontra-se vinculada ao poder estatal e que, embora possua uma atuação independente, foi requerida pela urgência do Estado alemão que não comportava lidar com a gama de situações que um refugiado implica em seu território. Nesse sentido, uma

---

<sup>18</sup> Trecho original: “I call this the rise of “dark anthropology”: that is, anthropology that emphasizes the harsh and brutal dimensions of human experience and the structural and historical conditions that produce them”. (ORTNER, 2016, p.3).

<sup>19</sup> Trecho original: “(1) State power has no institutional fixity on either theoretical or historical grounds. (2) Thus, state effects never obtain solely through national institutions or in governmental sites. And (3) these two features, inherent in the capitalist state, have been exacerbated by globalization” (TROUILLOT, 2001, p.3).

análise em proximidade com a Antropologia de Estado de Trouillot (2001) é inerente à pesquisa.

### 2.2.2 Para além da teoria: o espaço da pesquisa

Até o presente momento, algumas correntes teóricas e autores relevantes para a reflexão sobre a problemática foram apresentados. Entretanto, é necessário ir além da teoria para mostrar os delineares espaciais da pesquisa. Partindo do pressuposto de que a marcação temporal é uma construção social (BOURDIEU; CHARTIER, 2012), e que a antropologia, diferentemente da história, sempre foi uma ciência do aqui e do agora (AUGÈ, 2012, p.14), os acontecimentos sociais foram de alta relevância para a delimitação do espaço da pesquisa, isto é, a cidade de Freiburg.

#### Conhecendo Freiburg

Freiburg im Breisgau<sup>20</sup>, ou simplesmente Freiburg, é uma cidade localizada no sudoeste da Alemanha, no estado de Baden-Württemberg. Essa é marcada pela cultura universitária proporcionada por sua universidade, pelo público juvenil e diverso, mas também por elementos regionais típicos da Floresta Negra (*Schwarzwald*). Além desses aspectos, Freiburg possui um viés dinâmico e internacional por sua aproximação fronteiriça com França (Colmar, Strassbourg) e Suíça (Basel).

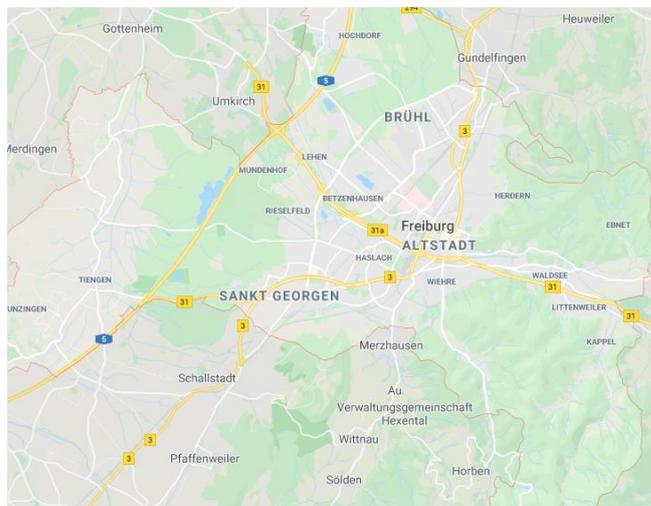
Figura 7 - Mapa da localização de Freiburg na Alemanha



Fonte: Google Maps

<sup>20</sup> Em português a cidade é denominada Friburgo em Brisgóvia, porém, por preferência pessoal, opto no trabalho pela nomenclatura em alemão.

Figura 8 - Mapa do perímetro urbano de Freiburg



Fonte: Google Maps

Freiburg é considerada uma das cidades mais apaixonantes da Alemanha, sendo a cidade que tenho mais apreço depois de Munique<sup>21</sup>. Meu primeiro contato com a região foi em fevereiro de 2018, como turista, em uma visita à irmã de meu namorado. Poucos meses depois, ele próprio transferiu seu curso superior para Freiburg, e assim pude desfrutar da cidade não só no seu rigoroso inverno, como também no clima quente do verão.

Figura 9 - Caminho das margens do Dreisam, rio que atravessa Freiburg



Fonte: acervo pessoal (dezembro de 2019)

<sup>21</sup> Talvez minha identificação com Freiburg seja recorrente de suas similaridades com minha cidade natal no Brasil, Santa Maria (RS). Ambas possuem um número aproximado de habitantes, uma população jovem por conta da universidade e condições climáticas de alta amplitude térmica.

A população local é jovem e muito influenciada pelo pensamento sustentável, desde a redução de carbono à diminuição do desperdício alimentício. Se alemães já são culturalmente conhecidos por andarem de bicicletas, em Freiburg é possível ter congestionamento delas, especialmente na *Altstadt*, centro histórico comum em cidades alemãs. As ruas são arborizadas e a cidade é cortada em termos latitudinais por um rio – o Dreisam – que, principalmente nos dias quentes, abriga em suas margens passeios com animais de estimação, práticas esportivas, piqueniques, pessoas que buscam lazer e banhistas.

Figura 10 - Freiburg vista de Kanonenplatz, um dos pontos mais altos da cidade



Fonte: acervo pessoal (janeiro de 2020)

Dentro de Freiburg há alguns centros da Cruz Vermelha, os quais trabalham com questões de saúde em sua maioria. A cerca de dois quilômetros do centro da cidade, encontra-se a sede da Deutsches Rotes Kreuz: Flüchtlingssozialdienst (Cruz Vermelha Alemã: serviço social para refugiados). Esta é encarregada especificamente da acolhida do público refugiado, sendo responsável pelo aconselhamento social e apoio aos refugiados e solicitantes de asilo em quatro alojamentos de Freiburg<sup>22</sup>. Ao todo, a cidade conta com quinze locais com dormitórios para refugiados e solicitantes, sendo eles administrados por diferentes entidades. A Cruz Vermelha, nesse contexto, é a organização que mais assume encargos em tal esfera.

---

<sup>22</sup> Fonte: <https://www.drk-freiburg.de/angebote/migration-und-integration/fluechtlingssozialdienste.html> > Acesso em 15/09/2020.

O mais novo alojamento foi construído em outubro de 2016, com capacidade para abrigar cerca de 200 pessoas. O denominado “*Wohnheim Kappler Knoten*” (em português seria o equivalente a “Dormitório do cruzamento da rua Kappler”) foi o primeiro local que tive contato – antes mesmo de saber da existência de outros alojamentos da Cruz Vermelha em Freiburg. O motivo é que este se encontra a poucos metros de onde Johannes reside e, sempre ao chegar de carro em sua casa, é inevitável passar pelo cruzamento da rua Kappler. Foi assim que o alojamento cruzou por meu caminho pessoal e de pesquisadora.

Antes de iniciar a pesquisa de fato, quando fui à Freiburg pela segunda vez, em novembro de 2018, achava que ambiente era um conjunto habitacional para pessoas de baixa renda. Foi nesse período que, estando lá e, simultaneamente estudando para a prova do mestrado e para o trabalho de conclusão de curso, soube que naquele local operava não só um centro de apoio, como também uma espécie de abrigo de refugiados. E foi assim que, aos poucos, Freiburg foi se transformando para mim, ao passar de lugar turístico para lugar de pesquisa de campo.

## 2.3 DE LÁ PARA CÁ: A TRAJETÓRIA QUE MARCA O REFUGIADO

Deixamos nossas roupas, nossos calçados, tudo o que eu tinha comprado com minhas últimas economias, a geladeira, o ar-condicionado, a TV, tudo. Pego apenas em nosso quarto nossos smartphones e os carregadores (JASSOUMA, 2017, p.15).

A passagem acima é retirada do livro *Eu venho de Aleppo* (2017), escrito por Joude Jassouma, um refugiado sírio, em coautoria com Laurence de Cambronne. Descreve como se dá o processo de mudança para aqueles que, para a proteção de suas vidas, involuntariamente deixam seus países de origem e se convertem em refugiados perante as classificações internacionais. Ainda que aqui a terminologia seja um pressuposto de pesquisa, na prática, não o é, pois, afinal, aqueles que atualmente recebem o status de refugiado, nem sempre o foram.

### 2.3.1 Tornar-se refugiado: de um status a uma mudança identitária

Do ponto de vista técnico e jurídico presente no artigo 1º da Convenção relativa ao Estatuto do Refugiado adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas<sup>23</sup>, refugiado é a pessoa que:

<sup>23</sup> Convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Série Tratados da ONU, Nº 2545, Vol. 189, p. 137. A mesma resolução aprova do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

[...] Temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Atualmente, grande parte dos países do globo é signatária da tratativa – assim como a Alemanha. O país também é signatário do Protocolo de 1967<sup>24</sup>, que retificou o anterior ao incluir pessoas na categoria de refugiado que fossem enquadradas na delimitação da terminologia em momentos posteriores à 1º de janeiro de 1951.

O contexto em que o Estatuto dos Refugiados foi criado se relaciona à Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas de 1948<sup>25</sup>. Foi o momento posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na qual a humanidade sofrera graves perdas e violações da pessoa humana. Em decorrência disso, o artigo 3º de tal documento afirma que “todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, e o 14º, que “toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”. Em outras palavras, em caso de ameaça à vida, à liberdade e à segurança pessoais, buscar tais elementos em outro ambiente se constitui em um direito estabelecido.

Liliana Jubilut (2007), expoente no cenário acadêmico brasileiro relativo à temática do refúgio e direitos humanos, relaciona o *status* de refugiado previsto na convenção com os pilares como os de liberdade e igualdade presentes em constituições modernas e contemporâneas, sendo cinco os motivos previstos intencionalmente [na convenção] que asseguram o refúgio: a raça, a nacionalidade, a opinião pública, a religião e o pertencimento a um grupo social (JUBILUT, 2007, p.113). Isso pode ser completado com o que Redin e Minchola (2013) abordam sobre o refúgio haitiano no contexto latino-americano pela Declaração de Cartagena de 1984 e a ação de acolhida estatal. Segundo os autores (2015, p.34), no que tange ao refugiado, tal circunstância “assegura ao nacional desse país uma

<sup>24</sup> Convocado pela Resolução 1186 (XLI) de 18 de novembro de 1966 do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e pela Resolução 2198 (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1966. Na mesma Resolução, o Assembleia Geral pediu ao Secretário-geral que transmitisse o texto do Protocolo aos Estados mencionados no artigo 5, para que pudessem aderir a ele. Assinado em Nova Iorque em 31 de janeiro de 1967. Entrou em vigor em 4 de outubro de 1967, de acordo com o artigo 8. Série Tratados da ONU Nº8791, Vol. 606, p. 267.

<sup>25</sup> Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

‘petição’ de ingresso no Estado de destino diante da obrigação humanitária decorrente de sua condição”.

Para além da lei, é possível perceber que a definição “refugiado” está atrelada à existência de um temor no ambiente em que o indivíduo se encontra. Tal temor advém de uma ameaça ou de uma percepção de ameaça, isto é, do reconhecimento que a vida se encontra em perigo. Em Rezende e Coelho (2010, p.34) é visto que “o medo [...] faz parte da natureza humana. Entretanto, as formas pelas quais cada grupo dará vida a essa capacidade são frutos de circunstâncias históricas e culturais”. Apesar da expressão “natureza humana” ser ponto de discordância, a definição apresentada pelas autoras é consonante ao fato de temor ser um elemento relacionado à esfera psíquica e subjetiva do indivíduo, e que pode se materializar em ações diversas de acordo com a realidade social. Isso pode ser atrelado ao conceito de *agency* de Ortner (2007) anteriormente trazido no texto, no que diz respeito de subjetividades que transpassam a experiência individual e fazem com que certa pessoa, em determinada realidade, atue de uma forma. No caso da pessoa refugiada, o temor fundado justifica sua ação, isto é, seu deslocamento, tanto em meios empíricos como jurídicos. Em outras palavras, a categorização de alguém como refugiado, apesar de contar com análises técnicas, é essencialmente atrelada a experiências subjetivas. Estas, portanto, se constituem em fator determinante para o reconhecimento de alguém como refugiado perante a lei.

A categoria refugiado pode ser vista em Relações Internacionais com Betts e Loescher (2010), que a situam ao longo dos acontecimentos históricos e a conceituam como pessoas que cruzam fronteiras internacionais em decorrência de violação de direitos humanos e conflitos (BETTS; LOESCHER, 2010, p.1). De acordo com os mesmos, a conferência de 1951 foi o primeiro momento em que o termo “refugiado” foi formalmente explicitado, e desde tal década tem sido utilizado na prática para incluir uma variedade de pessoas que em diversas situações precisam de proteção e assistência.

Michel Agier, antropólogo francês reconhecido na contemporaneidade por trabalhar com mobilidade e refúgio, aborda que o termo refugiado foi criado diante de nossos olhos, ou pelo menos em nosso próprio tempo: é resultado de guerras sujas, terror, destruição brutal da vida individual, lutas e formação de novos campos de refugiados, ilegalidade e espetáculo de vítimas sem nome (AGIER, 2008, p.2-3, tradução minha)<sup>26</sup>. De fato, por trás da palavra

---

<sup>26</sup> Trecho original: “[...] result of dirty wars, terror, the brutal stripping bare of individual life, flight and the formation of new refugee camps, illegality and the spectacle of nameless victims” (AGIER, 2008, p.2-3).

“refugiado”<sup>27</sup>, há uma gama de situações que ameaçaram e ainda ameaçam diretamente a sobrevivência da pessoa a quem termo é atribuído. Isso, de acordo com a ANHCR Deutschland<sup>28</sup>, consiste na diferenciação entre refugiado e migrante: o refugiado se vê forçado ao deslocamento como forma única de continuar vivo.

São muitos os povos que ao longo da história foram caracterizados com a palavra refugiado, isto é, “vítimas de deslocamento forçado” (AGIER, 2008, p.7). Na literatura percorrida por Agier é encontrado vítimas de Sarajevo de 1994, da Chechênia em 1999 e da Colômbia entre 1985 e 2000 – além de refugiados de Serra Leoa, Guatemala, Burundi e outros. Entre as décadas de 1940 e 1960, por exemplo, em decorrência da criação do Estado de Israel, palestinos eram considerados o povo com maior índice de deslocamento forçado, com cerca de três milhões de pessoas refugiadas em outros países da região do Oriente Médio. Atualmente, como se pode inferir do início da introdução, os sírios lideram tal lógica com o aumento expressivo de evasão do país desde 2011, ano em que uma guerra civil eclodiu. O saldo disso transcendeu a esfera material de destruição de cidades históricas como Aleppo, pois atingiu a existência de indivíduos que, tendo sua sobrevivência ameaçada, tiveram de se deslocar.

O deslocamento de uma realidade social para outra marca profundamente a vida de um sujeito – sobretudo quando a este é atribuído algo que em seu país de origem não era. Não se nasce refugiado, torna-se. Entretanto, nem toda “vítima de deslocamento forçado” é reconhecida como refugiada. Isso é perceptível no estudo de Anja Weiss (2018), socióloga atuante como docente na Universidade Duisburg-Essen, Alemanha, que dedica parte de sua produção acadêmica a tal empasse classificatório e conceitual que envolve o refúgio dentro da esfera migratória nas ciências políticas e sociais. A autora acredita na existência de uma diferença da abordagem social e empírica do que é refugiado em relação sentido político e jurídico que o termo classifica um indivíduo e garante seus direitos como tal – sobretudo o direito de asilo. Em seu estudo, utiliza a expressão “migrantes por coação” para os “migrantes da amostra que, embora tenham sofrido violência e perda da proteção por parte de seu país de origem, nem todos podem ser considerados ‘refugiados’ no sentido legal do termo” (WEISS, 2018, p.6).

<sup>27</sup> Por trás da categoria refugiado também há outros recortes a serem analisados, como nacionalidade, gênero, classe e religião. Isso pode influenciar no modo como a pessoa que busca refúgio é tratada pela sociedade que a acolhe, porém só pôde ser visto a partir do campo, que será apresentado na sequência do trabalho.

<sup>28</sup> Informação disponível em: <https://www.unhcr.org/dach/de/ueber-uns/wem-wir-helfen/fluechtlinge> > Acesso em 14 de novembro de 2019.

Consequentemente, percebe-se que termo “refugiado”, apesar de englobar muitas realidades de vítimas de deslocamento forçado empiricamente, do ponto de vista burocrático depende da análise, do reconhecimento e da aplicação de um Estado-nação para a garantia dos direitos estabelecidos pelo Estatuto dos Refugiados. Sem um Estado, a palavra “refugiado” é uma palavra sem direitos.

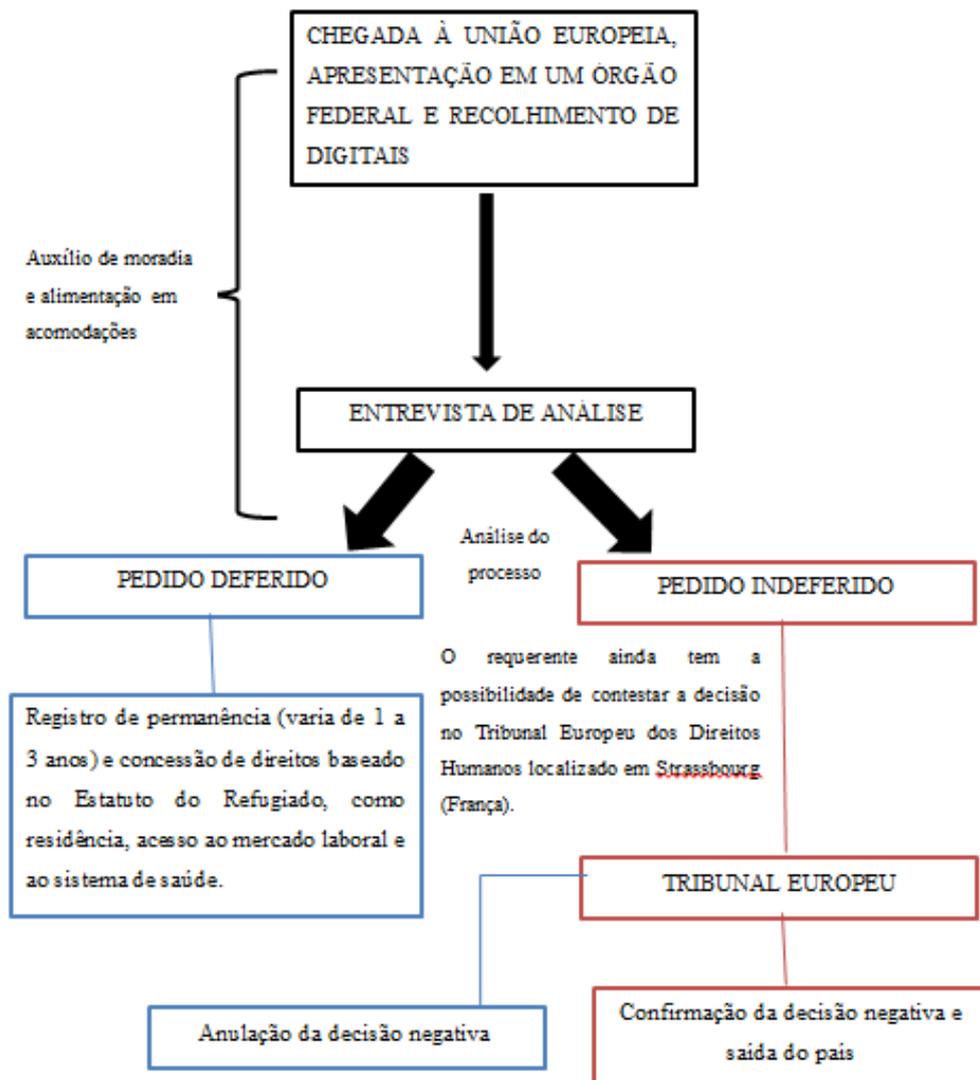
### **2.3.2 O processo burocrático por trás do refugiado**

A União Europeia, união econômica monetária e política que atualmente abrange 27 Estados<sup>29</sup>, compreende uma série de regras aplicadas em comum acordo. Nesse sentido, os países-membros do bloco seguem o Sistema Europeu Comum de Asilo, o SECA (sigla em português), vigente desde 1999, responsável pela emissão dos procedimentos de asilo.

---

<sup>29</sup> Informações disponíveis em: <[https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_pt)> Acesso em 2 de maio de 2020.

Figura 11 - Organograma sobre o processo de requerimento de asilo baseado no Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA)



Fonte: Elaboração própria baseada na explicação obtida na primeira visita ao campo e no guia em PDF do Sistema Europeu Comum de Asilo e na notícia disponível em: < <https://www.migramundo.com/entenda-como-funciona-o-processo-de-pedido-de-asilo-na-uniao-europeia/> > Acesso em 8 de abril de 2020.

Nota-se que as simples marcas das digitais assinalam o início do reconhecimento e classificação do indivíduo enquanto refugiado por parte de outro país. Ela é algo que não pode ser apagada ou deixada na travessia, e opera como cadastro para que aqueles que entram em território nacional, não passem despercebidos pela burocracia. É, em outras palavras, a forma com que o solicitante de refúgio passa a ser visto pelo Estado.

Apesar de haver diferenças procedimentais e de opiniões sobre o refúgio entre os países, entende-se que o asilo, nesse caso, é um direito fundamental, também atestado no

artigo 18º da Declaração dos Direitos Fundamentais da União Europeia de 2000<sup>30</sup>. Sua concessão, de acordo com a Comissão Europeia (2014, p.5), constitui uma obrigação internacional por força da Convenção de Genebra de 1951 relativa à proteção dos refugiados<sup>31</sup>. O SECA, em decorrência disso, engloba tratativas como o Regulamento de Dublin de 2013, destinado a apresentar métodos de conduta e responsabilidade em relação aos pedidos de proteção internacional<sup>32</sup>. Nele (artigo 3º) é descrito que o caso é de responsabilidade do primeiro Estado-membro que o indivíduo solicitar asilo, e que o mesmo deve realizar a solicitação no primeiro país que chega. Tal determinação auxilia na identificação e controle do número dos refugiados, bem como busca evitar que o indivíduo solicite refúgio em diversos países diferentes, garantindo assim maior segurança jurídica.

Pela posição geográfica e os meios de transporte pelos quais as vítimas de deslocamento forçado utilizam na travessia, a Alemanha dificilmente é o primeiro país ao qual os indivíduos em busca de refúgio têm acesso à União Europeia e à Europa. Apesar disso, como país-membro da União Europeia aberto a auxiliar indivíduos em situação de risco, recebe solicitações de refúgio por conta do sistema do bloco de realocação. Este é funcionava como auxílio a países da União Europeia que recebiam vítimas de deslocamento forçado – como Itália, Hungria e Grécia – e a partir março de 2016, em detrimento de um acordo do bloco com a Turquia, passou a realocar refugiados deste também<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> Artigo 18º: “É garantido o direito de asilo, no quadro da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951 e do Protocolo de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao estatuto dos refugiados, e nos termos do Tratado que institui a Comunidade Europeia”. In: Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2000/C, 364/01.

<sup>31</sup> As informações sobre o SECA pela Comissão Europeia foram encontradas por meio de uma cartilha online emitida pela Comissão Europeia em 2014. Disponível em: < [https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/e-library/docs/ceas-fact-sheets/ceas\\_factsheet\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/e-library/docs/ceas-fact-sheets/ceas_factsheet_pt.pdf)> Acesso em 21/04/2021.

<sup>32</sup> REGULAMENTO (UE) N° 604/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou por um apátrida. Disponível em: < <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R0604&from=NL>> Acesso em 21/04/2021.

<sup>33</sup> O acordo cuja vigência foi iniciada em 20 de março de 2016 visava, pelas autoridades europeias, uma maior organização no sistema de recebimento e realocação de refugiados no interior do bloco. Em poucas palavras, o funcionamento do acordo prometia duas medidas: a devolução à Turquia de imigrantes irregulares que chegavam a ilhas gregas pela Turquia e a admissão de um deslocado sírio na União Europeia por cada sírio devolvido à Turquia por tentar entrada de forma irregular, tendo em vista a situação de vulnerabilidade da Síria reconhecida pela ONU. O plano prometia um auxílio bilionário à Turquia para auxiliar os indivíduos deslocados lá presentes, mas foi visto com controvérsias para muitas entidades humanitárias, principalmente no que diz respeito do princípio do *non-refoulement* (não devolução) da Convenção de Genebra (1951). Informações disponíveis em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/acordo-entre-ue-e-turquia-sobre-refugiados-entra-em-vigor.html>, <https://www.dw.com/pt-br/como-funciona-o-acordo-sobre-migrantes-entre-ue-e-turquia/a-19165630>, <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/03/18/eu-turkey-statement/>, <https://www.msf.org.br/noticias/acordo-entre-ue-e-turquia-pode-agravar-crise>. Acesso em 10 de maio de 2021.

Em minha entrevista com o diretor do centro da DRK, perguntei se ele considerava que Freiburg era uma cidade que havia recebido, ou que ainda recebia muitas pessoas em condição de serem reconhecidas como refugiadas. Disse-me ele:

Não, Freiburg não recebe muitos refugiados no momento. Na Alemanha temos 16 estados, estados confederados, e então eles [administração federal e seus órgãos] distribuem os refugiados em diferentes estados de acordo com os impostos e a população deles. Aí nos estados eles distribuem para a área administrativa menor [cidade]. Então Freiburg recebe refugiados, mas Freiburg no estado [Baden-Württemberg] possui algo que se chama “AnKER-Zentrum”. Traduzido palavra por palavra, significa “Primeiro centro de chegada”. Então vêm refugiados e dos primeiros centros de chegada eles são enviados para as cidades. Freiburg possui esse centro de atendimento inicial e, depois de consegui-lo, a cidade não precisa aceitar novos refugiados. Talvez quando uma nova “Fluchlingswelle” acontecer, uma nova “onda de refugiados”, talvez então tenhamos que receber novos refugiados. Mas no momento a cidade não recebe novos refugiados, porque tinha o primeiro centro de desembarque e quem mais recebe refugiados é, por exemplo, quando uma pessoa recebe o título de “refugiado” e pode trazer os filhos ou a família aqui para a Alemanha. Mas não é sempre que recebemos novos refugiados aqui na Alemanha. Também temos dormitórios para refugiados aqui, mas nem todo mundo é refugiado. Nos dormitórios desses refugiados, há pessoas que querem ser refugiadas. Então eles estão fazendo o procedimento ou terminaram o procedimento de asilo e se inscreveram para ficar aqui, ou terminaram e têm que ir para casa. Então temos diferentes pessoas aqui no dormitório, não só refugiados no sentido legal.(ENTREVISTA, 12/01/2020, transcrição e tradução minha)<sup>34</sup>

Sua resposta explanou outros processos relacionados ao público refugiado, a qual reafirma a posição de que, por meio da burocracia do Estado é que se torna refugiado. Isso serviu como ponte para que o procedimento de asilo fosse pesquisado a fundo.

O asilo é, assim como para o Sistema Europeu Comum de Asilo, um direito fundamental, tanto que está previsto no Artigo 16a do Conjunto de Leis Básicas da República

---

<sup>34</sup>Trecho original: “No, Freiburg does not receive many refugees at the moment. The organization in Germany is that we have 16 states, confederated states, and then they distribute the refugees into different states according to the taxes and the population of them. Then in the states they distribute into the smaller administration area [city]. So Freiburg get the refugees, but Freiburg in the state [Baden-Württemberg] there is something called as AnKER-Zentrum. Translated word by word, it means “First arrival center”. The refugees come there and from the first arrival centers they send them to the towns. And Freiburg has got such a first arrival center, and once having it, they don’t have to take new refugees. Perhaps when a new “Fluchlingswelle” happen, a new “Refugee wave”, perhaps then they will have to take new refugees. But at the moment they get not new refugees, because they had the first arrival center and the ones who receive more refugees is, for example, when one person gets the title of “refugee” and he or she can bring the children or the family here to Germany. But it is not very often that we get new refugees here in Germany. Also we have refugees’ dormitories here, but not everybody is a refugee. In these refugees’ dormitories there are people who want to be refugee. So they are doing the sign procedure or they finished their sign procedure and they got alloyed to stay here, or they finished it and they have to go home. So we have different people here in the dormitory, not only refugees in the sense by law”.

Federal Alemã (“*Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland*”, sigla GG)<sup>35</sup>. O mesmo regramento também garante, sob o artigo 1º, o respeito e a inviolabilidade dos direitos humanos, como alusão à DUDH de 1948. Nesse sentido, os pedidos de solicitação de asilo são de responsabilidade do BAMF, que se encarrega da análise de todo o processo, desde a chegada do indivíduo e da solicitação de asilo até o resultado do caso. É, em outras palavras, sob a atuação de tal órgão federal que uma “vítima de deslocamento forçado” se transforma em “solicitante de refúgio/asilo” e, posteriormente, sob uma decisão positiva, em “refugiado”.

### 2.3.3 Procedimento de solicitação de asilo na Alemanha

As etapas assessoradas pelo BAMF ocorrem em consonância com o processo de requerimento de asilo do SECA (Figura 11). Sob a atuação desse departamento, são recolhidas as digitais dos solicitantes de asilo, principais dados, a aplicação para o asilo, o encaminhamento para um centro de chegada e o comunicado do resultado. Abaixo, as fases podem ser vistas de maneira detalhada e esquematizada<sup>36</sup>.

#### A) Registro

O registro ocorre logo após a chegada à Alemanha, geralmente em um centro de recepção (*Aufnahmeeinrichtung*). São registrados nome, país de origem, data de nascimento, religião e idioma. Foto e recolhimento de digitais (com exceção de pessoas abaixo de 14 anos) também são necessários, e todos os dados são armazenados no “Registro Central de Estrangeiros” (*Ausländerzentralregister*, sigla AZR), a fim de que os demais órgãos públicos federais possam ter acesso. Com isso, o indivíduo recebe um certificado de chegada (*Ankunftsnachweis*, AKN ou BüMA), documento fundamental para assegurar direitos como acomodação, alimentação e tratamento médico em todo o território alemão.

#### B) Centro de chegada

---

<sup>35</sup> Art. 16ª parag. 1: “Pessoas politicamente perseguidas têm direito a asilo”. Art. 16a: Ret. pelo Art. 1 No. 2 G v. 28/06/1993 I 1002 mWv 30/06/1993; com Art. 79 Abs. 3 GG (100-1) compatível acc. BVerfGE v. 14 de maio de 1996 I 952 (2 BvR 1938/93, 2 BvR 2315/93). < <https://www.gesetze-im-internet.de/gg/BJNR000010949.html> > Acesso em 16/09/2020. Tradução própria.

<sup>36</sup> Os seguintes dados do processo foram retirados do website oficial do BAMF. Contaram com uma análise reformulação e tradução, devido à riqueza de detalhes e informações que o website contém sobre o processo, e que não conseguiria ser aqui contemplado em sua totalidade. O website é a fonte mais verídica dos procedimentos adotados pelo Estado alemão em relação ao processo de solicitação de asilo. <https://www.asylumineurope.org/reports/country/germany/asylum-procedure/procedures/regular-procedure> >. Acesso em 30 de setembro de 2020.

Nos centros de chegada (*Ankunftszentrum* ou *Anker-Zentrum*), introduzidos em dezembro de 2015, o recém-chegado pode se alojar desde sua chegada no país até o resultado da análise sair. São responsáveis pela acolhida e por assegurar os direitos do solicitante de refúgio, bem como auxiliá-lo em questões burocráticas, visto que muito são ligados ao BAMF.

A Alemanha apresenta um sistema de distribuição inicial de requerentes de asilo, o EASY (sigla em alemão, do *Ersverteilung Asylbegehrenden*). Por meio deste, cada estado possui um número de quotas de quantos solicitantes de asilo podem acolher que, baseado no *Königsteiner Schlüssel* (Chave de Königstein), distribui os solicitantes em um cálculo que leva em consideração a população e tamanho dos estados e a força econômica. O EASY é aplicado no momento do registro da solicitação de asilo e, o local para onde o requerente é encaminhado influencia na filial do BAMF que analisa o caso.

Quadro 2 - Distribuição de quotas por estado federal apresentadas em 2019 sobre o ano de 2018, baseado no sistema EASY

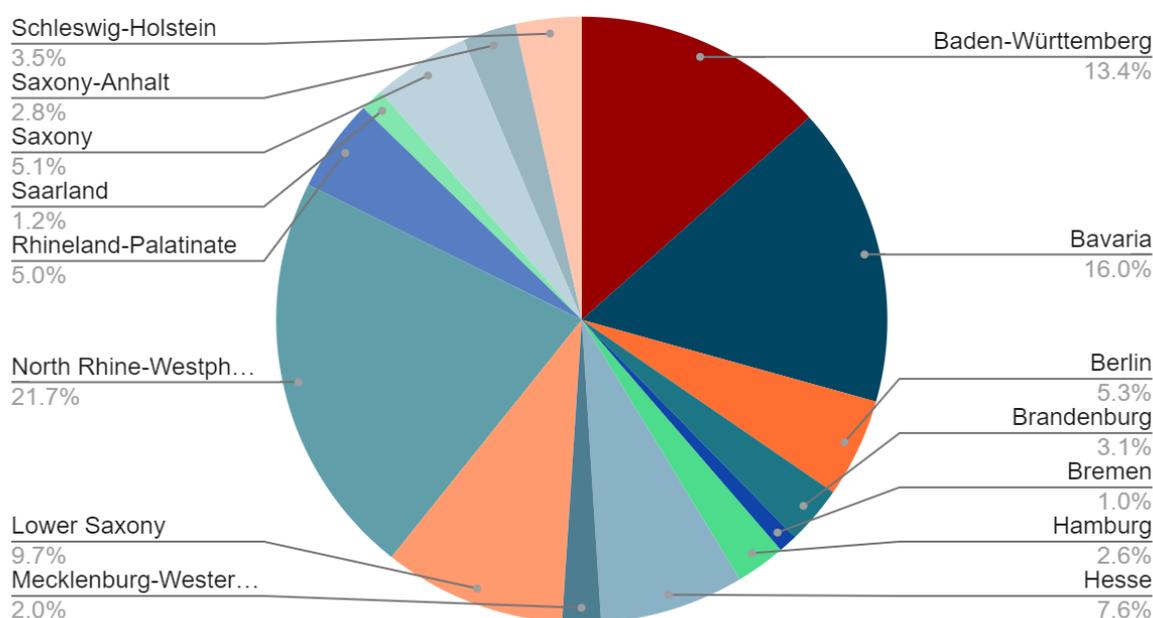
Federal Land	Quota
Baden-Württemberg	13.01280%
Bavaria	15.56491%
Berlin	5.13754%
Brandenburg	3.01802%
Bremen	0.96284%
Hamburg	2.55790%
Hesse	7.44344%
Mecklenburg-Western Pomerania	1.98419%
Lower Saxony	9.40993%
North Rhine-Westphalia	21.08676%
Rhineland-Palatinate	4.82459%
Saarland	1.20197%
Saxony	4.99085%
Saxony-Anhalt	2.75164%
Schleswig-Holstein	3.40526%
Thuringia	2.64736%

Fonte: Website oficial do BAMF. <  
<https://www.bamf.de/EN/Themen/AsylFluechtlingsschutz/AblaufAsylverfahrens/Erstverteilung/erstverteilung-node.html>> Acesso em 16 de setembro de 2020.

É possível que ao longo do processo o indivíduo se mude ou seja realocado em outra acomodação, desde que o mesmo envie o novo endereço para o escritório do BAMF, para a autoridade de imigração e para a corte (Tribunal Europeu), visto que a comunicação do indivíduo para com tais entidades é realizada por meio de correspondência.

Gráfico 3 - Distribuição de quotas por estado federal apresentadas em 2019 sobre o ano de 2018, baseado no sistema EASY

### Chave de Königstein 2019 sobre o ano de 2018



Fonte: Elaboração própria baseada na tabela obtida pelo *website* do BAMF. Os valores apresentados são aproximados devido ao formato do gráfico.

Pelas estatísticas apresentadas em 2019, percebe-se que o estado de Baden-Württemberg (representado no gráfico pela cor bordô) possui a terceira maior porcentagem de potencial para asilos oferecidos no ano anterior. Tal parcela é recorrente nos anos anteriores, o que faz com que a unidade federativa receba um número considerável de solicitantes e tenha, conseqüentemente, mais centros de chegada. O diretor da DRK também relatou que Freiburg foi uma cidade que contemplou esses centros:

Na Alemanha nós temos a palavra “Flüchtlingswelle”<sup>37</sup>, onda de refugiados, e com isso, Freiburg abriu novos alojamentos para refugiados. Primeiramente, foi aberto a

<sup>37</sup> Apesar de este não ser o termo politicamente correto que se utiliza nos estudos de Ciências Sociais por abarcar uma gama de questões que entendem a presença do refugiado enquanto nociva à sociedade, é a expressão popular que caracteriza, na Alemanha, os altos números de refugiados e solicitantes de asilo no país desde 2015.

“Stadthalle”, antiga Câmara Municipal. É um espaço grande onde foram colocados muitos refugiados, mas não eram boas condições, pois eles não possuíam tetos nos quartos, não possuíam cozinha e banheiro próprios...não era muito fácil viver lá, e por isso precisou-se de novos alojamentos, como este novo aqui. Muitas pessoas da Stadthalle se mudaram para Kappler Knoten (ENTREVISTA, 12/01/2020, transcrição e tradução minha)<sup>38</sup>.

De fato, como local emergencial, Freiburg utilizou a antiga Câmara Municipal para a recepção de refugiados e solicitantes, e prestação dos primeiros auxílios. Este, no entanto, funcionaria até dezembro de 2016, data prevista para que os indivíduos fossem realocados em outros centros da cidade e da região com melhores condições<sup>39</sup>. Foi de tal urgência que se deu o surgimento do alojamento Kappler Knoten administrado pela Cruz Vermelha em Freiburg.

### C) Aplicação para asilo

Nesta fase ocorre a apresentação de um requerimento pessoal de aplicação para asilo ao BAMF, pelo qual, posteriormente, tem-se uma entrevista agendada. O indivíduo recebe instruções sobre direitos enquanto solicitante de asilo por escrito e em sua língua materna, e disponibilidade de intérprete durante a entrevista de candidatura.

Ao prestar a candidatura, é preciso registrar seus dados pessoais – caso isso não tenha sido feito no momento da chegada. Documentos como passaporte nacional, certidão de nascimento ou até mesmo carteira de motorista podem ser apresentadas no momento, como provas de identidade.

Feito isso, há o recebimento de permissão de residência (*Aufenthaltsgestattung*) e documento de identificação temporária, juntamente com o protocolo do andamento do processo de asilo. Estes substituem o certificado de chegada (Item A), e fazem com que a “vítima de deslocamento forçado” se torne, formalmente, “solicitante de asilo”. Inicialmente, os candidatos podem permanecer apenas na área designada em sua permissão para residir. Tal obrigação tem caducidade de três meses, fazendo com que, após o período, a área de residência seja expandida para todo o território federal.

<sup>38</sup>Trecho original: “In Germany we’ve got the word “Fluchtlingsswelle”<sup>#</sup>, refugee wave, and after the “Fluchtlingsswelle”, Freiburg opened new dormitories for refugees. First they opened “Stadthalle”<sup>#</sup>, the old city hall [se mostrou um pouco confuso sobre o termo correto em inglês]. It’s a big hall where they put many refugees, but it was not a very good living there because they had no roof in the rooms, they had no own kitchen, no own toilet... It was not so easy to live there, so they needed new dormitories, and this was the new one. Many of the people of Stadthalle moved here to Kapplerknoten<sup>#</sup>. So, the social service of the Red Cross here has been since October 2016.

<sup>39</sup> Disponível em: <https://rdl.de/beitrag/fl-chtlinge-waren-7-9-monate-der-notfallunterkunft-stadthalle>. Acesso em 17 de novembro de 2020.

A maioria dos candidatos é distribuída dentro do país após serem acomodados nos centros de chegada. Tendo em vista o sistema de distribuição EASY, é de responsabilidade das autoridades estaduais a decisão do fornecimento de um alojamento coletivo ou se o indivíduo pode encontrar um apartamento privado. A decisão é baseada tanto no interesse público quanto nas pessoas solicitantes de asilo.

#### **D) Regulamento de Dublin**

Como parte da União Europeia, a Alemanha aplica o Regulamento de Dublin na análise dos casos, utilizado com objetivo de que não haja conflito na responsabilidade de análise entre países. O Art. 3º Capítulo III do Regulamento de Dublin consta, em outras palavras, que o solicitante não decide para onde vai ou em que local será acolhido, mas que isso depende de quando e aonde chegou à UE, se possui familiares em outro país e se já havia aplicado uma solicitação de asilo em outro Estado-membro. Nesse sentido, durante a análise, o BAMF também consulta o Eurodac, sistema europeu de dados, no intuito de descobrir se outro Estado já está sendo responsável pelo procedimento de asilo. Se o BAMF decidir que o caso é de competência de outro Estado, o solicitante deve se dirigir para o mesmo.

#### **E) Entrevista**

A entrevista é a fase mais importante, tanto para a análise do caso quanto para o requerente de asilo, visto que é o momento em que pode se expressar verbalmente sobre a trajetória. Portanto, para preparo prévio, o solicitante pode contar com conselho de organizações que prestam assistência, associações de caridade e instituições municipais, bem como com o serviço federal de aconselhamento de asilo. Ela é agendada e ocorrida na sede do BAMF responsável pela solicitação. O comparecimento do indivíduo com pontualidade é imprescindível, e caso não for possível, deve ser justificado por escrito anteriormente ou mediante telefonema e atestado médico. Se isso não ocorrer, o solicitante corre o risco de ter seu processo finalizado.

As entrevistas não são públicas, mas podem ser acompanhadas por um representante da ACNUR e por um tutor, caso o entrevistado seja um menor desacompanhado. Ademais, é possível pedir o acompanhamento de um intérprete. Nelas, os candidatos possuem o tempo que necessitam para descrever sua história de deslocamento, desde as razões pelas quais os fizeram sair de seus países de origem até a chegada à Alemanha. Podem relatar suas ocupações passadas, a vida que levavam, as rotinas e as identidades sociais que acabaram

sendo perdidas durante a fuga. Os fatos necessitam ser comprovados e, por isso, fotos e outras provas que evidenciem o motivo de seu deslocamento forçado podem vir a auxiliar um resultado positivo. Todos os documentos ainda existentes devem ser apresentados neste momento, bem como relatos detalhados da trajetória até o país.

Durante o processo, traduções e atas são feitas, permitindo com que o entrevistado altere algum ponto ou acrescente algo antes que assine o documento que finaliza com a entrevista. Em um momento posterior, o que for dito ou apresentado a mais é desconsiderado. A consulta, no entanto, pode ser encerrada antes do tempo e adiada em caso de ocorrerem problemas de compreensão ou problemas de saúde em seu curso.

## **F) Resultado**

A análise é baseada nas informações apresentadas na entrevista e na candidatura. Entretanto, é possível realizar uma investigação mais aprofundada por meio do Centro de Informações sobre Migração e Asilo do Departamento Federal (MILo, do alemão, *Migrations-InfoLogistik*), o qual fornece informações sobre eventos mundiais de refugiados e migrações e acerca dos países de origem e de trânsito. Outros testes como análise linguística e textual e exames de veracidade dos documentos também podem ser feitos. Cada pedido é analisado com base na *Asylgesetz*, Lei de Asilo Alemã para a aplicação da proteção – que inclui o direito a asilo, a proteção do solicitante enquanto refugiado, proteção subsidiária e proibição de deportação.

Após a análise, um resultado é emitido e enviado por correspondência para o endereço registrado, ou para o advogado, caso solicitante possuir um. Em caso de indeferimento, a decisão negativa pode ser recorrida no Tribunal Europeu, desde que seja antes do prazo estabelecido na carta. Se o pedido for rejeitado na corte, o solicitante deve deixar o país dentro do prazo acordado. Caso não sair, pode ser deportado.

Por outro lado, se o resultado for positivo, o agora refugiado recebe uma autorização de residência com validade de um ano e prorrogável por mais dois anos em cada caso. Uma autorização de acordo em aberto pode ser emitida após cinco anos, no mínimo (a duração do procedimento de asilo está incluída) se outras condições prévias forem atendidas, como a capacidade de ter uma vida segura e conhecimento adequado de alemão (nível B1), bem como um local para morar e trabalhar, sujeito ao seguro social. Nenhum exame prévio geral é fornecido pelo Departamento Federal para saber se a proteção subsidiária deve ser revogada ou retirada, mas isso é possível se houver indicações apropriadas.

## 2.4 PARA ALÉM DO ESTADO

Todas as reflexões e dados apresentados até agora revelam a burocracia por traz da definição e do reconhecimento de alguém como refugiado por parte de um Estado-nação que, indiretamente, condizem com as observações por mim feitas em 2016 na fronteira da Alemanha com a Áustria. De fato, o processo envolve uma gama de detalhes em vínculo estatal que acabam por exercer controle, o qual pode ser por muitas vezes mais experienciado do que uma acolhida. Entretanto, o Estado e seus órgãos federais não são os únicos atuantes em tal escopo.

Vanessa Perin (2014), pesquisadora brasileira na área do refúgio no Brasil, trouxe-me uma reflexão acerca das forças operantes no procedimento de refúgio na Alemanha e a incumbência de organismos não governamentais em tal temática. A pesquisa da autora está relacionada à Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e, baseada na literatura brasileira de refúgio expõe em sua argumentação a presença de uma *estrutura tripartite* que engloba ACNUR, CONARE<sup>40</sup> e ONG's, ainda que possuam funções diferenciadas. Para Perin (2014, p.307):

Ao Acnur caberia principalmente prover assistência financeira, repassando subsídios à Cáritas. Já o governo brasileiro, representado pelo Conare, teria sua atuação voltada para medidas de proteção, uma vez que delega sobre reconhecer ou não o status de refugiado de um solicitante. O trabalho da Cáritas é apontado como o mais abrangente, envolvendo, além da assistência e da proteção, o trabalho de integração dos refugiados na sociedade local.

Na realidade da Alemanha, o ACNUR<sup>41</sup> atua enquanto órgão supraestatal que responsável não só pela categoria internacional de “refugiado”, mas também por diretrizes comuns adotadas em maior ou menor grau pelos países signatários de suas convenções e membros da ONU. O BAMF, por sua vez, possui incumbências como órgão estatal na esfera do refúgio e na análise de casos recebidos e de procedimentos a serem adotados. Já organizações não governamentais, como a Cruz Vermelha de Freiburg, atuam em contato direto com a sociedade civil, o que faz com que suas responsabilidades, ainda que seguindo uma lógica demandada governamentalmente, sejam atreladas ao bem estar daqueles indivíduos na sociedade, sejam eles solicitantes de asilo ou já reconhecidos com o *status* de refugiado.

---

<sup>40</sup>O Conselho Nacional para Refugiados, mais conhecido pela sigla CONARE, é o órgão brasileiro responsável pelo procedimento de refúgio, assim como o BAMF opera na Alemanha.

<sup>41</sup> Website do UNHCR Deutschland: <https://www.unhcr.org/dach/de> Acesso em 26 de maio de 2021.

### 2.4.1 Das transformações na percepção do Estado à globalização

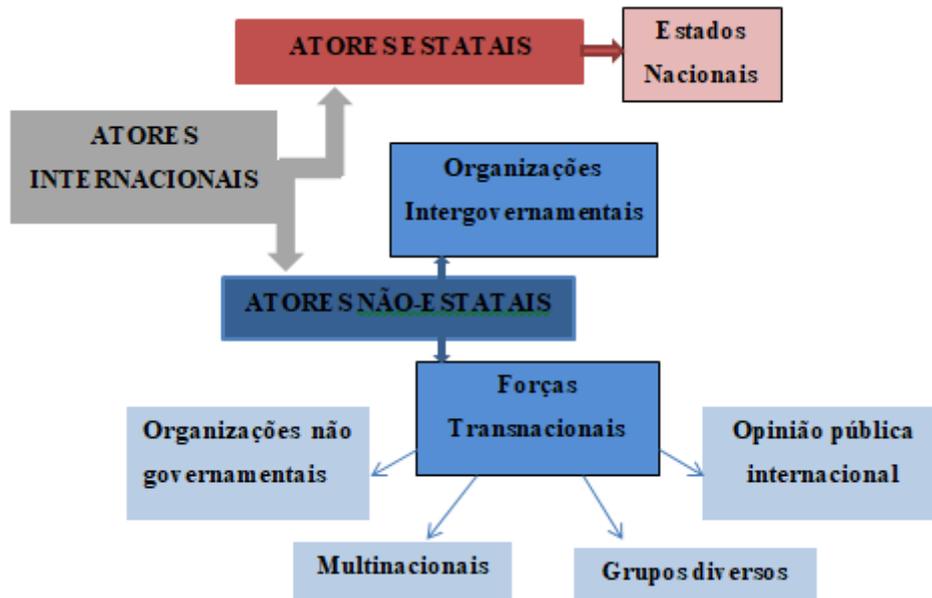
Trouillot (2001), como anteriormente apresentado, explana sobre o surgimento de organismos não governamentais (ONG's) – tal como a DRK de Freiburg – enquanto exemplos de uma urgência de uma etnografia dos efeitos estatais em suas horizontalidades. Além disso, tratar de refúgio, migrações e questões identitárias é analisar um movimento transnacional, isto é, um movimento além das fronteiras nacionais de países, e as ações desses atores envolvidos ao redor do fenômeno – ainda que o nível de influência estatal em âmbito internacional tenha sido ressignificada na metade final do século XX a partir do surgimento de novos atores internacionais.

Cristina Pecequilo (2004) aborda que as forças transnacionais se enquadram em uma categoria de ator não estatal, geralmente vinculadas à sociedade civil em um nível internacional, isto é, transcendente às fronteiras de um país. Existem quatro tipos de forças transnacionais<sup>42</sup>. Uma delas – senão a principal – é a organização não governamental. As organizações não governamentais – ou simplesmente ONGs – são atores de iniciativa privada agindo dentro e fora de um Estado específico. Se direcionam às demandas sociais por vezes não abrangidas pelo poder estatal, e mesmo tendo autonomia de atuação, são atreladas a órgãos públicos e seguem a legislação do país em que se instalam.

---

<sup>42</sup> Segundo as Relações Internacionais e os escritos de Pecequilo (2004), os agentes atuantes no sistema internacional se dividem em atores estatais e não-estatais. Os primeiros, por dedução correspondem aos Estados, enquanto os de iniciativa privada se dividem em Organizações Intergovernamentais criadas pelos próprios Estados (como ONU, OEA ou OMC) e Forças Transnacionais, surgidas no contexto pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com o propósito de tentar representar os setores privados. Elas são representadas por Organizações não-Governamentais (ONG's), multinacionais, grupos sociais diversos (fruto da sociedade civil) e opinião pública nacional.

Figura 12 - Esquema explicativo sobre atores internacionais



Fonte: elaboração própria baseada na explicação de Pecequilo (2004).

A atribuição da expressão “organismo não governamental” à Cruz Vermelha gera controvérsias. De acordo com sites oficiais, a Cruz Vermelha – ou, em seu nome original, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha – é um movimento internacional, talvez mais atribuído à categoria de instituição ou rede humanitária<sup>43</sup>. Isso, no entanto, não é correspondente em totalidade ao conceito de instituição internacional de relações internacionais, o qual, de acordo com Keohane (1989a), teórico importante da vertente institucionalista, é mais atrelado a organizações intergovernamentais e a um conjunto de regras e procedimentos a serem seguidos pelos Estados-membros. O termo “internacional” aqui adotado define o foco da ação da instituição. A Cruz Vermelha, nesse sentido, apesar de possuir elementos comuns em ONGs como um objetivo nacional ou internacional, estar atrelada à sociedade civil, partir dos princípios de universalidade, neutralidade e imparcialidade (PICTET, 1956), não ser vinculada a um Estado-nação e contar com doações, só possui nacionais suíços trabalhando em sua sede, por exemplo, algo que, como organismo não governamental, seria mais flexível. Entretanto, suas ramificações se estendem por diversos países, por meio de sociedades nacionais – como é o caso da Deutsches Rotes Kreuz ou da Cruz Vermelha Brasileira. Tais sociedades nacionais são subdivididas em escritórios

<sup>43</sup> Baseado nas informações disponíveis em: < <https://www.icrc.org/pt/o-cicv/o-movimento> > Acesso em 11/4/2021.

locais que são mais conhecidos pela sociedade civil no geral. Para aqueles que não conhecem a estrutura por trás daquela representação da Cruz Vermelha em sua cidade, por exemplo, acabam, de fato, atribuindo a ela o título de organismo não governamental<sup>44</sup>.

Minha discussão no trabalho conta com terminologias técnicas – mas também com a empiria. Até mesmo eu, antes de iniciar o campo mais denso da pesquisa, relacionava a Cruz Vermelha a um organismo não governamental. Na realidade, ela o é, por sua atuação não estar diretamente ligada ao Estado, mas em sua estrutura e regramentos internos, não pode ser classificada de tal forma. No entanto, escritórios locais, como o da *Deutsches Rotes Kreuz: Flüchtlingssozialdienst Kappler Knoten*, em termos práticos, atuam como uma ONG no meio em que se encontram, contam com apoio de voluntários locais e até mesmo de outros países. Em minha primeira visita em campo, fui recepcionada por uma mulher da Armênia e por uma assistente social de origem árabe que me disse estar na Alemanha havia mais de 20 anos. Atualmente, centros locais da Cruz Vermelha, especialmente os que lidam com a demanda de refugiados árabes, necessitam de pessoas que falem o idioma ou que estejam, de alguma forma, conectados com a etnia. Em decorrência disso, pela minha pesquisa ser restrita a um escritório local da Cruz Vermelha Alemã que apresenta características mais dinâmicas comparadas ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, atribuo a semelhança da *Deutsches Rotes Kreuz: Flüchtlingssozialdienst Kappler Knoten* a um organismo não governamental.

Na atualidade, o refúgio faz parte dos principais eixos de atuação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, e em países como a Alemanha, que atualmente recebe altas taxas de solicitantes de refúgio, a instituição age em prol do fortalecimento das pessoas afetadas (em termos jurídicos, sociais, identitários e outros). Ela conta com doações diversas, e também com voluntários da localidade que se empenham na causa, promovendo, de acordo com suas próprias palavras, “uma aproximação empática e resiliente entre a população que chega e a população local”<sup>45</sup>.

Tal dinâmica de aproximação cultural, mas também de territórios sob a lógica do transnacionalismo pode ser explicada pelo marco da globalização, o qual também abre horizontes para a discussão acerca do refúgio e da conexão entre o local e o global. Faz também com que a atuação humanitária por órgãos não estatais ganhe relevância, em

<sup>44</sup> Em meu entendimento, apesar de a expressão “internacional” fazer parte da nomenclatura formal da Cruz Vermelha, eu atribuiria ao movimento a palavra “transnacional”. A meu ver, internacional faz alusão a algo vindo de fora e com características externas ao ambiente inserido. Transnacional, por outro lado, se mostra mais flexível e plausível de transformações pelo novo ambiente. Apesar de a CICV ter uma sede mundial específica, acaba por adquirir elementos socioculturais dos países aos quais se institui, o que faz com que cada um deles aplique o objetivo humanitário de acordo com sua realidade.

<sup>45</sup> Informações disponíveis em: <https://www.drk.de/hilfe-weltweit/was-wir-tun/resilienzansatz/> > Acesso em 14 de novembro de 2019.

decorrência da ascensão neoliberal de diminuição do Estado em determinadas esferas. É o que Agier (2012) aponta no que diz respeito à internacionalização das ONGs ocorrida, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990, responsável por unir mais fortemente organismos não governamentais a objetivos de atores intergovernamentais, como agências da ONU. O mesmo autor expõe argumentos críticos em relação a intervenções humanitárias em países não ocidentais, justamente por tal ligação entre ONGs e Estados ou agências emergentes no cenário ocidental. Tal discussão relevante, no entanto, terá espaço nos próximos capítulos.

Desde o período final da Guerra Fria, o contexto mundial passou a ser reformulado em uma dinâmica globalizada que se instaurou mais precisamente na década de 1990, na qual mercados foram flexibilizados, assim como fronteiras, que diminuíram suas defesas em prol de um novo tipo de organização internacional: a interdependência. Nesse sentido, Joseph S. Nye e Robert O. Keohane, pensadores norte-americanos expoentes nos estudos de política internacional, foram primordiais para a análise de tais mudanças. De acordo com eles, na política mundial, a interdependência é referente a “situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre os países ou entre atores em diferentes países e resulta das transações internacionais de fluxos de capital, bens, pessoas e comunicações através das fronteiras, que tornam estes atores mais dependentes entre si” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.82).

Edward Said (2011) também trabalha com o conceito de interdependência atrelado ao imperialismo, utilizando-se de Nye para falar que a interdependência transnacional é um dos maiores desafios para o poder dos Estados mais influentes no século XXI, como os Estados Unidos. Como sociólogo renomado na área de estudos culturais, teoriza por um viés mais crítico que a prática imperialista deixa resíduos na era contemporânea e continua existindo com a superposição e interdependência de nações detentoras de um maior número de capital para com as demais – estas majoritariamente pós-coloniais. Por meio de exemplos literários, aborda que “apesar das fronteiras nacionais e das autonomias nacionais instituídas coercitivamente pela lei, a história e a geografia se transfiguram em novos mapas, em entidades novas muito menos estáveis, em novos tipos de conexões” (SAID, 2011, p.374). Essas, em meu entendimento, fazem parte da nova era em que vivemos.

Levando a discussão para um aprofundamento quanto à instabilidade com que o período é apresentado, Anthony Giddens explana acerca da modernidade e suas consequências em *Modernidade e identidade* (2002). A modernidade a que Giddens se refere, também podendo ser retratado como o momento que se inicia com a distensão da Guerra Fria, é uma era do risco. A justificativa de tal ponto se dá pelo fato de que

A modernidade reduz o risco geral de certas áreas e modos de vida, mas ao mesmo tempo introduz novos parâmetros de risco, pouco conhecidos ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores. Esses parâmetros incluem riscos de alta consequência, derivados do caráter globalizado dos sistemas sociais da modernidade (GIDDENS, 2002, p.11).

De acordo com a perspectiva de Giddens, a globalização pode ser definida como a “intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p.60). Nesse sentido, a expansão capitalista liderada pelos Estados Unidos no contexto pós- Guerra Fria também desempenhou um papel relevante para o sucesso de tal vinculação entre local e global, em âmbito não só socioeconômico como também cultural e político. De fato, a terminologia é mais presente do contexto pós-Guerra Fria, mas segundo Giddens (2007), bem como o despontar transnacional elencado por Glick-Schiller (1995, p.6), o fim da década de 1960 e o desenvolvimento dos sistemas de comunicação consistiram no início para o período histórico.

Para Gustavo Lins Ribeiro (2011), antropólogo brasileiro dedicado à temática da globalização, é equivocado achar que o processo passa a existir somente no fim do século XX. Segundo ele (2011, p.7), a globalização já havia sido identificada por Marx quando o mesmo pontuou a expansão capitalista. Em decorrência disso, alguns autores da área da sociologia (GIDDENS, 1991, 2002; SANTOS, 2002) e da antropologia (MARCUS, 1991) compreendem o fenômeno enquanto advento da modernidade. Apesar de Featherstone (1995) criticar a adoção simplista de equivalência entre modernidade e globalização, é possível inferir características comuns entre elas, e que a globalização, como aponta Lins Ribeiro (2011), incrementa elementos capitalistas já existentes na própria modernidade.

Trazer reflexões envolvendo a temática da globalização é de suma importância para o trabalho. A pesquisa aborda a busca por refúgio e a atuação humanitária de um organismo não governamental. Entretanto, a legitimidade a que a ele foi atribuída só ganhou relevância no interior dos países e nas localidades em que atua por essa reformulação da dinâmica global. Isso faz com que alguns outros autores pensem que o início da globalização implica no fim da era moderna, pela transformação abrupta e contínua que causa. Para isso, Ulrich Beck, sociólogo alemão reconhecido pela sociologia cosmopolita, destinou uma obra para a melhor compreensão da globalização e do contexto em que a mesma se insere. Em *O que é globalização?* (1999) o autor parte da argumentação de que talvez a modernidade não esteja

decadente, mas sim em sua segunda versão; isto é, a segunda modernidade<sup>46</sup>, a qual se apresenta menos limitada e mais reflexiva. Beck (1999, p.27) também diferencia o fenômeno da globalização em relação ao globalismo, visto que este é exclusivamente voltado para o cenário econômico<sup>47</sup>.

Ao passo que o globalismo é um movimento recente, que deve ser relacionado ao neoliberalismo crescente desde a década de 1980, e semelhante a um imperialismo econômico, a globalização – também classificada por Beck como globalidade – se apresenta diferente, indo ao encontro do conceito de sociedade mundial. Para Beck (1999, p.29),

Globalidade significa: já vivemos há tempos em uma sociedade mundial, ao menos no sentido de que a ideia de espaços isolados se tornou fictícia. Nenhum país, nenhum grupo pode se isolar dos outros. Desta maneira se entrecrocaram as diversas formas econômicas, culturais e políticas, e tudo aquilo que parecia ser evidente, mesmo dentro do modelo ocidental, carece de uma nova legitimação. É por esta razão que “sociedade mundial” significa o conjunto das relações sociais, que não estão integradas à política do Estado nacional ou que não são determinadas (determináveis por ela).

Nesse sentido, em uma perspectiva espaço-temporal das modernidades elencadas por Beck, o que separa a primeira da segunda é o caráter irreversível da globalização, ou seja, “a convivência entre as lógicas particulares da globalização da ecologia, da cultura, da economia e da sociedade, que não podem ser reproduzidas nem reduzidas umas às outras e que devem ser todas consideradas uma a uma e em suas relações de interdependência” (BECK, 1999, p.30). É justamente por tal razão que a chamada segunda modernidade se apresenta tão ampla, dinâmica e requerente de maior reflexividade, pois acontecimentos de cunho global, local e até mesmo individual, são reformulados constantemente, em decorrência mútua – ainda que não de forma unificada e homogênea. Para o autor (1999, p.33)

---

<sup>46</sup> Ao meu entendimento, a segunda modernidade é semelhante à pós-modernidade que pensadores como Marcus (1994) e Clifford (2002) atribuem ao período histórico e social em que vivemos, o qual também demanda uma transformação na produção acadêmica e na maneira como se produz ciência. Com as transformações sociais, os pós-modernos na área da antropologia introduziram um teor crítico acerca do método mais utilizado por antropólogos, a etnografia. Essa, apesar de muito relevante, para pensadores como Ingold (2016), é colocada em evidência exacerbada, fazendo com que o antropólogo não explore outras formas metodológicas de pensar cientificamente.

<sup>47</sup> De acordo com o autor (1999, p.28): “A essência do globalismo consiste muito mais no fato de que aqui se liquida uma distinção fundamental em relação à primeira modernidade: a distinção entre economia e política. A tarefa primordial da política – que consiste na delimitação e no estabelecimento de condições para os espaços jurídicos, sociais e ecológicos, dos quais a atuação da economia depende para ser socializada e tornar-se legítima – se perde de vista ou é derribada. O globalismo é subordinador, a ponto de exigir que uma estrutura tão complexa como a Alemanha – ou seja, o Estado, a sociedade, a cultura, a política externa – sejam dirigidas como uma empresa”.

Globalização significa também: negação do Estado mundial. Mais precisamente: sociedade mundial sem Estado mundial e sem governo mundial. Está se disseminando um capitalismo global desorganizado, pois não há poder hegemônico ou regime internacional econômico ou político (BECK, 1999, p.33).

A globalização é também encontrada em literaturas de estudos culturais ou de tendência francesa como mundialização (ABÉLÈS, 2012; AGIER, 2001; ASSIS, 2002; LINS RIBEIRO, 2011), caracterizada pelo aumento dos fluxos econômicos e da transnacionalidade de pessoas, junto da influência daquilo que não está somente aqui, mas também lá. Ademais, ambas supõem transformações da conjuntura social e, conseqüentemente, do modo de vida dos indivíduos.

O fim da década de 1990, no entanto, trouxe certa instabilidade às relações globais em decorrência da percepção de uma ameaça: o terrorismo. Este, surgido em forma de guerra irregular, foi apresentado como um rival ascendente à ordem posta mundialmente, culminando em 2001, com o atentado de 11 de setembro de 2001. Desde então, as estruturas da rede de interconexões advindas da globalização se encontram fragilizadas, não no que diz respeito aos fluxos de capital, mas, sobretudo, de pessoas.

A fragilidade de relações e crescimento de uma insegurança estatal frente aos demais se apresenta como outra consequência do período em questão: ao mesmo tempo em que une realidades em um contexto global, as afasta e as caracteriza localmente por conta de suas capacidades produtivas, pelo seu fluxo de capital e por seus atributos culturais. E é justamente nesta “dialética entre o local e o global” (GIDDENS, 2002, p.27) que as migrações se apresentam.

O capitalismo foi consolidado pela acumulação de capital em áreas estratégicas do globo, e isso também apresenta um viés contraditório da globalização: ela não atinge a todos da mesma maneira. Da mesma forma, apesar de a temática se fazer presente em múltiplos ambientes internacionais, as migrações não ocorrem em todas as localidades do globo, mas sim em escopos específicos – que são justamente os Estados cujas agendas internacionais estão sendo reformuladas, a fim de abarcar a migração como uma possível ameaça. Infelizmente, “os Estados que continuam a serem bases de capital, em vez de pátria de migrantes, respondem de maneira que enrijecem em vez de transgredir as fronteiras territoriais” (GLICK SCHILLER, 1995, p.11).

O que se pode inferir de tal dinâmica estatal em tempos de globalização é sua ambivalência de atuação, pois “esse século abre dois caminhos de imagens contraditórias: o poder do Estado nacional aparece, por vezes, mais visível e envolvente e, em outras, menos

efetivo e menos relevante” (TROUILLOT, 2001, p.2, tradução minha).<sup>48</sup> Isso porque as interações globais também se apresentam ambíguas e, ao passo que se mostram transnacionais econômica e até culturalmente, por muito depender do Estado-nação, da mesma forma, não o são. Tal fato diz respeito ao que Cláudia Marconi (2020) aborda sobre a sociedade internacional em uma vertente de relações internacionais intitulada Escola Inglesa. Estados atuam como gerenciadores e portadores de poder – *Great Power Management (GPM)* – em decorrência de seus atributos, seja a nível regional ou global. A Alemanha, nesse sentido, opera como detentora de tal poderio no cenário da União Europeia, sendo sua capacidade de influência nos demais advinda desse elemento. Isso pode significar a ponderação em sua acolhida humanitária.

Vertovec (2009), no entanto, ainda se apresenta com mais credulidade ao transnacionalismo e ao mundo muito interconectado, teorizando que conexões globais dão cada vez mais expressão organizacional a empresas, diásporas étnicas, órgãos profissionais, organizações não governamentais, grupos criminais, terroristas e movimentos sociais e políticos (ROGERS *et al.* 2001, iv apud VERTOVEC, 2009, p.34, tradução minha).<sup>49</sup> E é nesse contexto que a acolhida humanitária por organismos como o centro Kappler Knoten pode ganhar papel de destaque, pela atuação de outras instituições relativamente autônomas ao Estado. A atuação de organismos não governamentais, nesse sentido, vai ao encontro do conceito de novo humanitarismo (NASCIMENTO, 2013 apud MARCONI, 2020, p.114) que “ora pode ser traduzido [...] como um instrumento desses Estados para manter um gerenciamento eficaz, ora [...] forte candidato a instituição primária por desempenhar um novo perfil de comportamento das grandes potências ao lidarem com a paz e o conflito”. O sistema alemão é exemplo em vários aspectos dentro da União Europeia e no mundo. Ter capacidade de organização na temática do refúgio é mostrar ao globo sua aptidão em ser sustentável, isto é, suficiente para gerir a si mesmo. Organismos não governamentais auxiliam em tal processo, o que acaba por ser algo positivo e que reafirma sua atuação.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Partindo dos escritos do capítulo, algumas conclusões podem ser traçadas. No primeiro momento, a maior questão abordada foi a apresentação do universo da pesquisa,

---

<sup>48</sup> Trecho original: “Thus this century opens on two sets of contradictory images: The power of the national state sometimes seems more visible and encroaching and sometimes less effective and less relevant” (TROUILLOT, 2001, p.2).

<sup>49</sup> Trecho original: “Global networks increasingly give organizational expression to corporations, ethnic diasporas, professional bodies, non-governmental organizations, criminal groups, terrorists, and social and political movements” (ROGERS *et al.* 2001, iv apud VERTOVEC, 2009, p.34).

discorrendo sobre a descoberta do campo e a formação espaço-temporal da DRK do cruzamento da rua Kappler. Foi indispensável, para isso, a reflexão acerca da minha trajetória acadêmica que, parafraseando um colega da área com trajetória similar, exigiu que passássemos de livros para pessoas. Tal transição influenciou e ainda produz efeitos na forma com que eu produzo cientificamente, encontrando na área da antropologia voltada ao Estado certa liberdade para expressar que, o trabalho enquanto fruto do meu intelecto, não deixa de ser uma continuação de minha trajetória acadêmica.

Em relação ao processo de refúgio e à atuação do Estado em um mundo globalizado, retornamos a um breve esquema representado pela figura abaixo (Figura 13). Em termos internacionais, uma atuação efetiva do Estado na esfera da acolhida humanitária faz com que o mesmo seja reconhecido pelos demais enquanto suficiente para gerir a si mesmo. Entretanto, como mostrado no capítulo, a atuação do Estado alemão e seus órgãos estatais é limitada à esfera burocrática – e muitas vezes necessita de auxílio em tal demanda – fato que torna relevante a acolhida humanitária a partir de outras instituições não-governamentais, como escritórios da Cruz Vermelha distribuídos em diferentes cidades na Alemanha.

Figura 13 - Relação entre a acolhida humanitária de entidades não governamentais e o Estado



Fonte: Elaboração própria



### **3 NA BUSCA POR UM LAR: DOS PROCESSOS BUROCRÁTICOS PARA A REALIDADE DO REFUGIADO E A QUESTÃO DA ACOLHIDA**

Até o momento, as considerações em relação do campo de pesquisa aqui apresentados dizem respeito de fragmentos específicos, os quais eram consonantes à atuação do Estado alemão em relação aos refugiados atuais. Com base nisso, o presente capítulo possui o objetivo de melhor analisar a relação entre o indivíduo deslocado e a Cruz Vermelha estudada, trazendo as principais funções da instituição e como ela tem lidado com a agenda de acolhida e integração local de refugiados.

É contemplado, em um primeiro momento, com uma breve explanação acerca da questão humanitária e dos direitos humanos que, com o arcabouço teórico de autores como Bragato (2010), tem o intuito de trazer as reflexões advindas do campo de pesquisa, as quais são expostas na sequência. A parte da pesquisa empírica é dividida em duas seções, correspondente ao número de visitas à Alemanha em que pude ter acesso direto ao centro Kappler Knoten. Posteriormente, a acolhida humanitária, tanto pela história da Cruz Vermelha (MACALISTER-SMITH, 1985) tanto pelo centro em questão é tratada, por meio das atividades desenvolvidas com refugiados. Nesse sentido, as informações descritas no website oficial da DRK Freiburg e passadas na entrevista com o diretor no centro foram essenciais para a análise e argumentação da importância de um organismo não governamental de acolhida humanitária no ambiente alemão – ainda que sua atuação se mostre angariada em anseios estatais como mostram Barnett (2016) e Fassin (2012).

#### **3.1 A QUESTÃO HUMANITÁRIA E OS DIREITOS HUMANOS**

A questão humanitária sempre foi relevante na conjuntura global. O Estado moderno deu importância à questão do indivíduo no sentido de identidade nacional, fato que possibilitou a luta dos mesmos em prol de suas nações nos conflitos ocorridos na Europa no século XIX e XX. O Estado, por sua vez, garantia os direitos de igualdade e liberdade dos cidadãos, protegendo-os sob a égide de um arcabouço institucional.

O direito de guerra, emergente de tais embates entre Estados, foi o primeiro passo significativo a respeito dos direitos humanos. A ideia de “direito do homem” já intrínseca na Constituição de algumas nações liberais – como a *Bill of Rights* (1689) da Inglaterra, a Declaração de Direitos do Bom Povo (1776) dos Estados Unidos e a Declaração do Homem e do Cidadão (1789) da França – se tornou relevante na proteção dos cidadãos em relação às ameaças do sistema. Era restrita, voltada majoritariamente para questões de segurança, sem

levar em conta outros fatores que acarretam em situação de risco para a integridade do indivíduo.

O contexto subsequente à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) trouxe em questão uma problemática mais aprofundada do direito humanitário. O conflito teve como saldo perdas humanas significantes, as quais não estavam somente limitadas ao confronto direto, mostrando que a proteção humana dizia respeito de muitos outros elementos que o direito de guerra não abarcava. Em vista disso, em 1919, surge como ideia do então presidente norte-americano Woodrow Wilson, a Liga das Nações, um *insight* não só dos direitos humanos, mas – sobretudo – de uma estrutura orgânica permanente encarregada de promover a estabilidade do sistema. Isso, de fato, só foi concretizado em 1945, com a Organização das Nações Unidas (ONU). O discurso das Constituições e Declarações dos primeiros Estados liberais se repetiu, em especial no inciso I do Art. 2 da Carta de São Francisco (ou Carta das Nações Unidas), que explana sobre a igualdade de todos os membros.

A ideia de direitos humanos atualmente pela sociedade conhecida é baseada no discurso proferido pela Carta das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, de 1948. O assunto, no entanto, encontra sua origem em um contexto bem anterior – sobretudo com as transformações ocorridas na Europa e na América do Norte na modernidade histórica, isto é, até a Revolução Francesa (1879). Em vista disso, Fernanda Bragato (2010), a quem me utilizo neste momento introdutório do capítulo, discute acerca da universalidade dos direitos humanos, os quais muitas vezes, na prática, são utilizados como meros aparatos reafirmadores da hegemonia ocidental, propondo uma rediscussão sobre a temática.

Como já disposto acima, a ideia de direitos humanos nasce lado a lado com o Estado-moderno, no florescimento das Revoluções Liberais do fim da Idade Moderna. Bragato (2010) faz uso da palavra por Chandra Muzaffar (1999) para explicar que o significado de direitos humanos se correlaciona com a ideia de direitos individuais, especificamente os de primeira geração (civis e políticos), sendo isso resultado do período iluminista encontrado na Europa e da manutenção da forma de pensamento nos últimos cento e cinquenta anos. Outros autores como Bobbio (2004), Bielefeldt (2000), Ishay (2008) e Donnelly (2003) compartilham da mesma perspectiva, defendendo que os direitos humanos possuem seu berço na consolidação do Estado-nação na Europa e Estados Unidos, o qual trouxe consigo uma visão individualista de sociedade. A discussão sobre Estado-nação ganhará espaço no capítulo subsequente, mas é importante desde já pontuar o tipo de Estado que a Alemanha atual representa, ou seja, ou Estado atrelado ao ideal de nação.

Percebe-se, também, o importante papel desempenhado pelas declarações norte-americana e francesa de direitos humanos, as quais, baseadas em ideais liberais de Locke (1632-1704) e outros pensadores, estruturam as bases do arcabouço teórico do liberalismo clássico. Não foi um Estado qualquer que as revoluções do século XVIII deram origem, mas sim o Estado Liberal, construído sob os princípios de liberdade e de direitos fundamentais, os quais não podem sofrer ingerência estatal, embora assegurados pelo mesmo. Hannah Arendt (1988) observa que as declarações americanas e francesas representaram, no fundo, movimentos de recuperação e defesa dos direitos de propriedade (Arendt, 1988, p.145 apud Bragato, 2010, p.109). Isso é sustentado pelo fato histórico de que os Estados Unidos, por exemplo, continuaram tendo escravos africanos em seu território, e que a França manteve suas colônias mesmo depois das declarações que estabeleciam igualdade e liberdade a todos – mostrando que na prática só a uma parcela da sociedade tais direitos eram atribuídos. Com isso, Bragato (2010) aponta como hipótese que os direitos humanos estão fortemente ligados a uma visão particular do Ocidente e que seu discurso hegemônico, e que, na prática, não se apresentam de forma tão abrangente.

A crença cristã, nesse sentido, também auxiliou na propagação do pensamento humanista ocidental por meio da falsa ideia de igualdade que só atendia aos interesses de grupos específicos. Segundo Bragato (2010), a ideia de humanidade estabelecida no contexto europeu é excludente, não atendendo às diferenças culturais presentes nos povos não-europeus. Tendo isso em vista, a segunda hipótese tratada foi o fato de que “atingir a condição de indivíduo livre, autocentrado, autônomo, que é o resultado final de toda a construção histórica do pensamento moderno sobre o homem, não é universal e inerente a toda a humanidade” (BRAGATO, 2010, p.112).

A terceira e última hipótese identificável é a dificuldade de assimilação dos direitos humanos aos povos orientais estar relacionada à hipocrisia dos discursos ocidentais em relação a estes. A explicação para isso é lógica: os direitos humanos emergiram no contexto europeu e norte-americano e, devido às posições hegemônicas, limitaram a eles seus benefícios, tendo um alcance restrito e reduzido a outras partes do globo. Vale, nesse sentido, ressaltar as diferenças culturais existentes entre Ocidente e Oriente, em especial pelas tradições religiosas secularizadas ao longo do tempo, e que a importância do ser humano, automaticamente, é fundada de maneira diferente – e não secundária como as potências ocidentais ocasionalmente pregam em seus discursos.

Com base em todos os argumentos traçados e discutidos, atualmente, a dignidade humana é um assunto que entra em pauta na problemática dos direitos humanos. Seu foco

agora se expande para o reconhecimento e consideração do outro, nos fazendo “ver as pessoas em torno de nós, particularmente aqueles que, de outra forma, não olharíamos ou que tentaríamos ignorar” (Gearty, 2006, p.4 apud Bragato, 2010, p.118). Alguns pensadores tratam de tal tema, como Kant e seu imperativo categórico, o qual enfatiza os valores humanos partilhados por todos, como a vida. Bragato (2010, p. 120) reafirma que “o principal desafio dos direitos humanos é o atrelamento de suas bases a um particular discurso hegemônico que os identifica como produtos exclusivamente da modernidade ocidental”, sustentando o posicionamento de uma ressignificação dos mesmos, a fim de que sejam legitimados e aceitos em todas as legislações e culturas.

Falar em refúgio atual na Alemanha implica em reflexões acerca dos direitos humanos e das diferenças culturais entre oriente e ocidente, entre os que chegam e os que acolhem. Pessoalmente falando, também era foco de questionamento como a acolhida humanitária prestada por entidades como a DRK Kappler Knoten de Freiburg operava em tal lógica que, por um lado, estava vinculada ao território de um Estado-nação e, por outro, almejava auxiliar e proteger os indivíduos recém-chegados quanto a possíveis desconfortos ocasionados pelas diferenças culturais. Tais embates já eram por mim analisados no momento anterior ao campo, mas se tornaram imprescindíveis a partir das inserções nele.

### 3.2 PRIMEIRAS PERCEPÇÕES EM CAMPO

Hoje tive meu primeiro contato real com uma instituição de assistência a refugiados. É a Cruz Vermelha (Deutsches Rotes Kreuz) de Freiburg, localizada perto da comunidade estudantil (Wohnungsgemeinschaft ou WG) que o Johannes mora. A assistência ocorre em um conjunto habitacional de imigrantes e/ou refugiados, por meio de assistentes sociais. Cada um deles possui um horário de atendimento específico e, por isso, infelizmente não pude falar com nenhum [dos que lá estavam]. Entretanto, amanhã tentarei me comunicar com Sara Braun<sup>50</sup>, uma assistente social responsável pela parte profissional. Creio que conversar com uma mulher pode criar uma maior confiança e me favorecer mais no sentido de informações. [Trecho do diário de campo, 30/07/19]

O que não fiz menção em meu diário de campo é que em meu primeiro dia em campo fui acompanhada por Johannes por conta do idioma alemão. Esperava que ele pudesse promover uma maior abertura de rotas pela fluência no alemão e o maior conhecimento dos padrões culturais e burocráticos de sua própria sociedade. Depois da má experiência, percebi que não poderia ser assim. E essa não seria a única experiência no campo frustrada pela presença dele.

---

<sup>50</sup> O nome “Sara Braun” é um pseudônimo.

Talvez realmente tivéssemos ido à DRK em uma hora não muito propícia (uma terça-feira à tarde), e talvez precisássemos ter agendado uma hora de atendimento antes de simplesmente chegarmos lá, como descobri posteriormente que se procedia. Isso, porém, não foi problema no dia seguinte, quando, pela manhã, apesar de haver outra pessoa esperando, consegui não só ser atendida como também recepcionada.

Acredito que toda interação relacional é uma construção e, em determinados momentos, é inevitável refletir acerca da própria posição em torno dela. Meu relacionamento se constitui em uma interação inter-racial – não somente pelo fato de eu ser uma mulher de um país ex-colônia tendo um relacionamento afetivo estável com um homem branco europeu, mas pelo fato de eu ser negra, e por conta do que isso, ainda no século XXI, socialmente vem a parecer. Sabe-se que o sul do Brasil foi palco no século XIX de migrações italianas e alemãs destinadas, sobretudo, ao campesinato (SEYFERTH, 1993; ZANINI, 2019) e, fenotipicamente falando, muitos traços de tais grupos étnicos são encontrados em meu espaço de origem. Entretanto, eu sou negra, e isso desempenha certo peso nos espaços que ocupo na Alemanha: eu não preciso pronunciar uma palavra sequer, os alemães, só de me olharem, já me identificam enquanto estrangeira<sup>51</sup>. Tal reflexão passou a ganhar evidência também na pesquisa, pois eu não só namoro um alemão como também pesquiso em seu ambiente.

Nesse sentido, pesquisar na Alemanha e sobre um fenômeno da sociedade alemã por alguém que não é alemão pode, às vezes, dividir opiniões. Parte dos alemães que sabem que eu estou pesquisando, admira-se por eu ser uma mulher de 23 anos com um mestrado se conduzindo para a fase final. Há marcadores externos e simbólicos que expressam quem eu sou e, na visão dos alemães, como eu me caracterizo. Se como namorada de um alemão esses marcadores já entram em evidência, como pesquisadora estrangeira analisando um fenômeno recorrente na Alemanha atual, muito mais.

Acontece que tal identificação não ocorre somente com “lados opostos”, mas também pode acontecer com estrangeiros entre si. Isso justifica a interação que pude travar com o refugiado do Uzbequistão e as informações que ele a mim confiara naquela eventualidade de concerto de bicicletas em 2018. Ele mal conversou com o Johannes, somente comigo. E ele o fez porque se identificou, isto é, atribuiu, em algum nível simbólico, significado de que eu era semelhante a ele. Amin, imigrante sírio morador do local em que Johannes vive em Freiburg

---

<sup>51</sup> Isso, no entanto, não é sinônimo de que não há negros em território alemão, pois possuo familiares migrados da Angola que vivem lá. Percebe-se, porém, que socialmente um corpo negro, mulato ou de outros grupos étnicos com pele mais escura na Alemanha ainda remetem ao “outro”, ao “não nacional”, ao estrangeiro que não é pertencente originalmente àquele local.

(em alemão, WG<sup>52</sup>), também travou uma interação semelhante comigo em um momento posterior em campo, ao conversar sobre o Brasil no intuito de fazer com que eu me sentisse “em casa”. Ele automaticamente me colocou em um processo de inserção no ambiente alemão e, como imigrante, previu situações diferentes de meu meio social de origem que eu poderia passar, as quais que ele mesmo pode ter vivenciado e sofrido, como vejo em Bourdieu (1996), certa violência simbólica sobre.

Naquele primeiro dia em campo, percebi que o ambiente envolvendo migrações, estrangeiros e meu projeto de pesquisa não fazia parte do mesmo espaço que minha relação pessoal, visto que a mim e ao Johannes, são atribuídas identidades diferentes e, conseqüentemente, significados diferentes. E, por meio de tal posição a que me foi dada, que muito poderia ter sido uma fronteira em campo, foi, surpreendentemente, meu maior passaporte. O campo me mostrou algo diferente do que estava me preparando: mostrou-me que eu sou o passaporte de entrada, enquanto o Johannes, a fronteira.

Infelizmente, o primeiro dia não foi como o esperado, pois não consegui ter um diálogo com alguém do centro. Entretanto, aproveitei a situação para observar o ambiente do prédio. Havia na parede fotos 3X4 de diversas pessoas que estão à procura de algum familiar. Isso me chamou atenção, pois percebi que a família geralmente não vem em união em um processo de migração forçada. Ademais, uma primeira impressão que tive foi o cuidado para com o público feminino. Logo na entrada do prédio havia um cartaz com várias possíveis situações de agressão ou de violência com um número de emergência caso alguma delas fosse vista ou sofrida. Também, muitos cartões informativos prezavam pelo atendimento de “*Mädchen und Frauen*” (meninas e mulheres), com várias atividades como aulas de dança, esportes, reparação de bicicletas e grupos de apoio. Partindo disso, redes podem ser formadas, fazendo com que uma refugiada apoie e encontre apoio em outra refugiada. Estava um pouco tímida em relação a fotos, pois, por experiência pessoal, percebo alemães geralmente as acham invasivas em algumas ocasiões. Entretanto, obtive um registro dos folhetos e pude levar dois deles comigo.

---

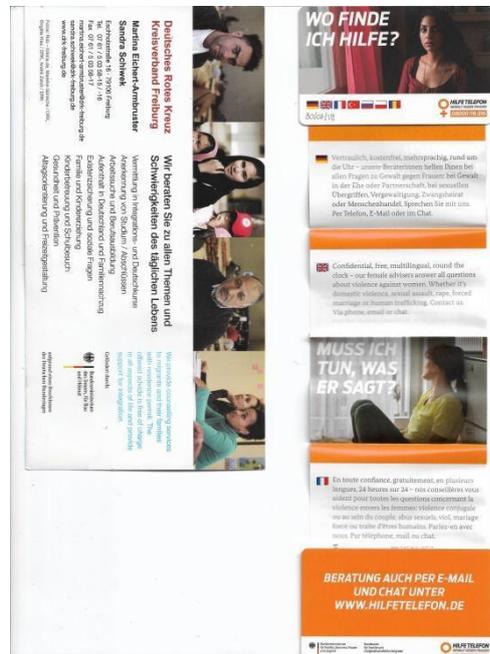
<sup>52</sup> WG, sigla para a palavra em alemão “*Wohnungsgemeinschaft*” é semelhante a uma comunidade estudantil, ou um apartamento cujo estudante aluga um quarto. No caso do Johannes, sua habitação se constitui em um complexo estudantil, o qual comporta dois corredores compridos por andar com diversas portas em ambos os lados e uma sacada. Isso consiste em ser a WG. Nela, cada integrante possui seu quarto, mas o banheiro e a cozinha são compartilhados.

Figura 14 - Cartões informativos destinados ao público feminino presentes no centro Kappler Knoten



Fonte: acervo pessoal (julho de 2019)

Figura 15 - Cartões por mim levados, com slogan de ministérios do Estado alemão



Fonte: acervo pessoal (julho de 2019)

No segundo dia, então, fui sozinha. Era uma quarta-feira de manhã e, diferentemente do dia anterior, não era horário de atendimento. Apesar de o número de pessoas buscando por informações e auxílio ser reduzido a uma moça esperando ser atendida, a quantidade de

funcionários em expediente também era. Na realidade, não era momento de nenhum estar em consultas abertas com o público; mas mesmo assim, aquela moça sentada em uma das poucas cadeiras de aguardar do corredor, suscitou esperança de que algum profissional estivesse ali.

A mulher era originária de algum país árabe. Tentei estabelecer uma comunicação com ela em inglês, e ela fez sinal que não compreendia. Meu alemão não é excelente, consigo entender bem, mas falar em uma porcentagem bem menor – fato que fez com que eu convidasse o Johannes para ir comigo à DRK um dia antes. Entretanto, é justamente nos momentos de maior dificuldade que o ser humano reconhece seu potencial, e creio que, analisando melhor a situação, fui muito bem, pois tentei perguntar o que procurava em alemão. Mesmo assim, a moça disse que não conseguiria me ajudar. Nas anotações de meu diário de campo:

Como a primeira pessoa que perguntei não soube ou não quis me dar algum tipo de informação, procurei por alguém que possivelmente trabalhasse lá. Foi aí que encontrei a pessoa que mais me auxiliou. Irei chamá-la, aqui, de Armênia [...]. Ela estava na cozinha da instituição (hoje percebi que o corredor é dividido em oito portas: quatro são consultórios e as outras quatro são banheiro, cozinha e duas salas com mesas), falava inglês e foi muito atenciosa comigo. Apesar de não saber o auxílio que podiam me prestar ali, providenciou que eu falasse com os assistentes sociais e tentou me ajudar com cartões de informação. Não mencionei que na tarde do dia anterior havia estado lá. [Trecho do diário de campo, 31/07/19]

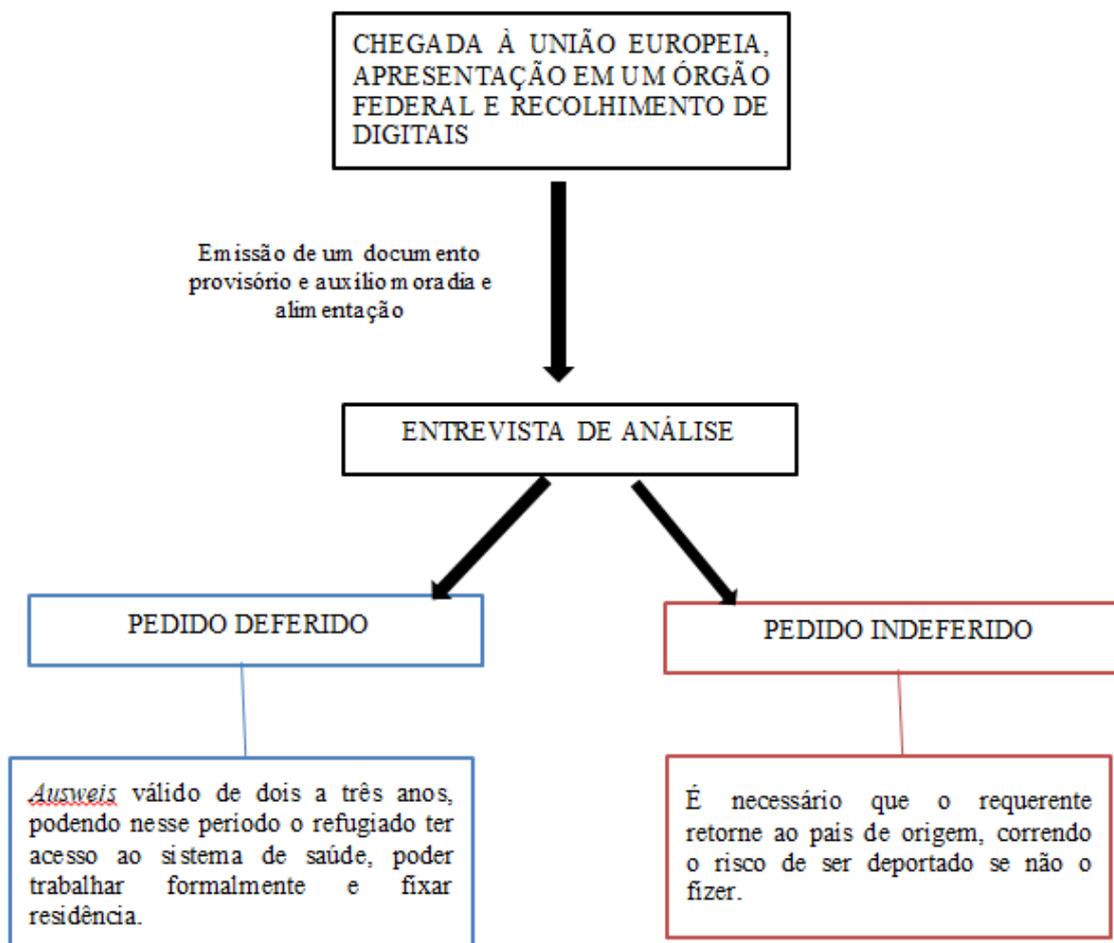
Havia mais assistentes sociais lá presentes do que eu pensava que se tinha – incluindo uma assistente social alemã que já havia pesquisado anteriormente no website da instituição. Infelizmente ela estava em reunião com outro assistente homem (que mais tarde descobri ser o diretor geral daquele centro, mas assim que soube que estava lá a procura de informações, disse que encontrariam um tempinho para me atender. Os atendimentos eram feitos sob horário marcado, algo que na tarde anterior, eu não sabia.

Tive sorte por outra assistente social, de origem árabe, estar lá. Ela acabou por me passar informações introdutórias. Explicou-me que naquele centro trabalhavam especificamente com refugiados, o que orientou minha pergunta mais geral da época sobre a temática das migrações. Disse-me que tiveram um contingente muito grande em 2015, não só de sírios, mas também de pessoas vindas do Iraque e do Afeganistão. Isso foi semelhante ao que eu já havia previamente estudado com os dados da ACNUR em relação à solicitação de refúgio no Brasil.

A despeito do processo de refúgio apontou que, para que alguém seja reconhecido como refugiado, é necessário que peça logo na chegada do país em um órgão federal. O pedido então é analisado, demorando de nove meses a um ano para ser deferido ou indeferido.

Nesse ínterim, é possível permanecer no local ou no país em que chegou, com o documento provisório emitido pelo governo de que o caso está sendo analisado. No caso do pedido negado, o refugiado necessita voltar para o país de origem, correndo o risco de ser deportado se não o fizer. Se for aceito, pode ficar e recebe um documento (*Ausweis*) válido de dois a três anos, podendo ser prorrogado de acordo com o bom desempenho e produtividade do refugiado na sociedade e a situação de seu país de origem. Em um breve esquema, os elementos por ela fornecidos correspondem ao seguinte:

Figura 16 - Organograma sobre o processo do refúgio explicado pela assistente social



Fonte: Elaboração própria baseada na explicação da conversa.

Tais informações apresentadas se relacionam com o organograma do primeiro capítulo (p.58), e serviram de suporte empírico para a formulação da explicação sobre o processo de se tornar refugiado presentes no mesmo. É trazido novamente aqui em sua versão não tão completa para mostrar que a DRK possui grande ciência acerca do processo burocrático do refúgio na Alemanha – sobretudo sobre os pontos que são atuantes, como a questão da

moradia, direcionamentos sobre a entrevista de análise e suporte no momento em que o requerente recebe o *status* de refugiado. Como ressaltado em meu diário de campo:

Não fiz muitas perguntas, deixei que ela falasse – inclusive sobre si própria. Contou-me, nesse sentido, que há mais de 20 anos vivia na Alemanha, mas que possuía origem árabe, como já havia percebido. Admito que tive um pouco de dificuldade na compreensão, pois ela só falava alemão ou árabe; no entanto, pude entender maior parte. O idioma influencia na forma como nos expressamos e como as pessoas nos entendem, e fiquei me perguntando, na ocasião, o quão difícil deve ser para um solicitante de refúgio chegar em uma nação estrangeira sem saber o idioma para expressar quem ele é. Nisso é possível entrever que o caminho do refugiado, em primeiro lugar, implica não só na abdicação de seus bens materiais, mais de elementos simbólicos que compõem sua identidade enquanto pessoa e agente social. O Estado de acolhida o transforma burocraticamente, mas em termos culturais, a sociedade local também. (Diário de campo, 31/07/19).

O processo burocrático e os possíveis pontos de atuação da DRK no tratamento de refugiados me foram revelados em minha primeira inserção em campo. No entanto, foi em um segundo período de visita que elementos empíricos foram revelados e percebidos.

### 3.3 IDA AO CAMPO: SEGUNDA PARTE

Minha segunda inserção em campo ocorreu em dezembro de 2019 a janeiro de 2020. Estive em Freiburg da segunda semana de dezembro até a primeira quinzena de janeiro – com exceção dos dez dias de recesso que englobaram as festas de fim de ano.

Como já mencionado, os assistentes sociais da instituição sabiam que eu iria com o intuito de pesquisar no fim do ano. Naquela eventualidade, Johannes também iniciava um projeto social como voluntário no centro Kappler Knoten, o que propiciou que a comunicação acerca de minha demanda também fosse tida em termos presenciais. Por meio do Johannes, na ocasião, foi permitido que eu o acompanhasse em um projeto que ocorria às quartas-feiras, das 15 às 17h, o qual visava auxiliar jovens de 11 a 15 anos nas tarefas escolares. Foi o único grupo formalizado de refugiados que tive acesso, o qual se constituiu meu grupo focal.

A unidade da DRK fica localizada na parte leste da cidade. Na mesma rua, indo para a esquerda, em direção ao complexo estudantil que o Johannes vive, encontra-se um mercado e, atravessando a rua, tem-se uma pequena travessa pela qual é possível ter acesso ao rio Dreisam. À direita, a rua termina em um cruzamento, o qual é perpendicularmente interseccionado por uma rodovia e, aos fundos, junto a uma linha de trem, há um espaço aberto e um pouco arborizado que serve como pista de caminhada. No plano traseiro à linha

de trem, o bairro se desenrola em outras casas e ruas menores, o que me faz pensar que os arredores do centro Kappler Knoten comportam grande circulação de veículos transeuntes.

O primeiro dia de ida ao projeto foi em 11 de dezembro de 2019, seis dias após minha chegada em território alemão. Como relatei em meu diário de campo:

Dessa vez, prestei um pouco mais de atenção nos elementos que compõem o local. Esse não é somente um escritório administrativo da DRK que funciona a serviço dos refugiados, mas também um conjunto habitacional que abriga muitos deles. Ao todo, pude contar sete prédios, cada um com três andares. Pelo menos cinco desses sete prédios são de moradores. Os projetos geralmente são no prédio no qual a administração funciona (o qual estive em minha primeira visita aqui), e são distribuídos em salas do primeiro e segundo andar. Os andares são independentes entre si, já que o prédio possui uma escada externa. Consequentemente, entrar em um andar do prédio não significa ter acesso a todo ele. Na parte central é possível ver um espaço aberto, como um pátio, onde possivelmente crianças brincam e adultos socializam. [Trecho do diário de campo, 11/12/19]

Figura 17 - Centro da Deutsches Rotes Kreuz: Flüchtlingssozialdienst Kappler Knoten (vista do prédio administrativo)



Fonte: acervo pessoal (janeiro de 2020)

Pela foto pode-se perceber uma visão quase que total dos prédios. Os únicos dois não captados, mas possíveis de serem visualizados do segundo andar do prédio principal, era um que ficava à esquerda e outro atrás do prédio da direita. No terceiro andar, onde os assistentes sociais atuam, é possível ter uma visão ainda mais ampla. Isso me remeteu a uma espécie de

observação vigilante, como um panóptico, o qual é possível ver a estrutura total de um só ponto. O panóptico, ainda que utilizado por Foucault (1987) para explicar o sistema prisional, também é adotado por instituições que visam disciplina, ou seja, “obediência aos preceitos e às regras” (DISCIPLINA, 2020). Estive, em minha última visita à Freiburg, nos em que estão os demais três dormitórios da DRK para refugiados e solicitantes. Por conta da pandemia, não foi possível que eu entrasse no meio, senão somente analisar a estrutura externa. Apesar de não identificar o prédio administrativo, todos os centros eram cercados por portões. Estes talvez representem, por um lado, uma maneira de proteger os moradores do local de possíveis ataques e repressões – mas também remetem uma separação social.

Figura 18 - Montagem de fotos que mostra os demais dormitórios da DRK: Flüchtlingssozialdienst de Freiburg



Fonte: acervo pessoal (novembro de 2020)

Os assistentes sociais atendem em horários determinados o público de refugiados e pessoas que possuem inquietações, dúvidas ou que querem oferecer ajuda. Há uma casa baixa que remete a um container que funciona como guarita, na qual as caixas de correspondência ficam, assim como o guarda do local e as chaves de acesso a todos os prédios, andares e salas. Ainda que Kappler Knoten não possua cercas, para que o Johannes tenha acesso à sala do projeto, ele precisa, primeiramente, passar nessa guarita e falar com o guarda, como método de controle e análise (FOUCAULT, 1987).

Naquele primeiro dia de volta ao campo, Johannes e eu, ao chegarmos à DRK, pegamos a chave com o zelador, abrimos a porta principal do segundo andar, organizamos a sala. Esta era menor que uma sala de aula brasileira, organizada com mesas retangulares (para duas pessoas cada, comuns na Alemanha) em forma de “U”, um balcão que possivelmente possuía em suas gavetas, assim como em seu topo, cartões informativos, e um quadro de folhas de papel. Nos primeiros quinze minutos, nenhuma criança apareceu, e me utilizei desse tempo para analisar o ambiente e ler alguns cartões e revistas informativas. Eram sobre diversos assuntos: desde propostas de grupos coletivos a informações de auxílio em caso de maus tratos e educação sexual – além de conteúdos lúdicos, como um álbum da Copa do Mundo de 2014 referente ao Brasil. Estávamos entretidos no álbum quando, finalmente, uma criança chegou.

### 3.3.1 Sobre as “crianças”

A menininha que chegou era muito querida. De estatura baixa, cabelos castanhos claros e mochila nas costas. Ela parecia tímida de início – e, por estar sem casaco quente, com frio. Segundo o Johannes, era a primeira vez que ela aparecia lá. Como ela era nova para ambos, e nós, nova para ela, resolvi puxar conversa com ela enquanto o Johannes se preparava para ajuda-la. O modo como falamos expressa muito sobre nós. Pela minha (talvez tentativa de) fala de alemão, ficou óbvio para ela que eu era de outro país, assim como ela. E foi assim que, surpreendentemente, consegui estabelecer contato com a Menina 1<sup>53</sup>, bem como com as demais meninas que lá apareceram. [Diário de campo, 11.12.2019].

A tarefa da Menina 1 era de alemão e sobre o Natal. Pude claramente ver sua dificuldade com a escrita do idioma, inversamente proporcional a sua destreza em falar em alemão. Eu sou exatamente o oposto. Por esse motivo, no ditado que o Johannes nos fez sobre os elementos que compõem o Natal fui “um pouquinho” melhor que ela. Eu estava lá observando, mas também participando, e como também preciso aprender alemão, realizei a atividade juntamente com a Menina 1 – até porque ela era a única criança que havia chegado.

Pela simples experiência do ditado, pude perceber nossa diferença em aprender alemão. Eu aprendo o idioma, assim como aprendi inglês e espanhol, conhecendo a gramática e, sobretudo, sem pressão. Somente agora necessito aprender alemão com um pouco mais de pressa por conta das relações domésticas com a família do Johannes, mas o inglês sempre

---

<sup>53</sup> Por serem menores de idade, foi preferido que as crianças com que tive contato fossem identificadas apenas com o gênero e o número, relacionado à ordem de minha interação com elas. Meu acompanhamento no grupo de estudos em observações participantes foi autorizado pelo diretor do centro Kappler Knoten, tanto por intermédio do Johannes quanto por troca de e-mails em um período anterior, como já abordado.

auxiliou quando não consigo me expressar em alemão. Eu tenho escolha de como desejo aprender alemão e em quais circunstâncias usar o idioma; talvez a Menina 1, uma criança refugiada que só sabia árabe, curdo e elementos característicos de tais idiomas, como o alfabeto árabe e persa, não teve a mesma chance de escolher quando teve de se deslocar. Provavelmente, quando entrou na escola na Alemanha, teve de aprender a falar alemão para se expressar – para sobreviver. E, mais do que o idioma, a gramática do alemão se apresentava como um grande desafio.

Como a temática vigente era o Natal, me utilizei disso para perguntar algumas inquietações para a Menina 1 e para as outras crianças que posteriormente foram ao projeto. Com a pergunta “quantos Natais vocês já passaram aqui?” soube, aproximadamente, há quanto tempo elas vivem na Alemanha. Ao todo, naquela tarde, tivemos cinco meninas.

Quadro 3 - Identificação das meninas presentes no grupo, de acordo com informações que me passaram durante conversas

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>IDADE</b>	<b>PAÍS/LOCAL DE ORIGEM</b>	<b>IDIOMAS FALADOS</b>	<b>TEMPO DE RESIDÊNCIA NA ALEMANHA</b>
Menina 1	10 anos	Curdistão	Árabe, curdo e, na ocasião, alemão	4 anos, sendo que dois deles em Freiburg
Menina 2	11 anos	Iraque	Árabe, curdo e, na ocasião, alemão	4 anos
Menina 3	11 anos	Iraque	Árabe, curdo e, na ocasião, alemão	4 anos
Menina 4	11 anos	Síria	Árabe, curdo e, na ocasião, alemão e um pouco de inglês	Sem resposta
Menina 5	11 anos	Iraque	Árabe, curdo e, na ocasião, alemão e um pouco de inglês	Sem resposta

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do diário de campo.

Pelas informações por elas passadas e pelas observações de comportamento, pude perceber que, em primeiro lugar, não eram crianças, mas sim pré-adolescentes. Entretanto, a

primeira impressão por mim tida foi com a Menina 1, a qual era a menor, mais nova, com mochila de personagens de desenho animado e roupas de bichinhos. Isso fez com que eu atribuísse a expressão ao conjunto, apesar de ver que as demais meninas portavam elementos (como celular) e apresentavam comportamentos mais avançados. Ademais, de forma unânime, as cinco meninas chegaram à Alemanha em 2016. Não consegui obter tais elementos da Menina 4 e da Menina 5, mas pelo que me comunicaram, suas famílias eram das mais antigas no local. Com isso, subentende-se que também chegaram em 2016.

De acordo com o espaço e com o poder ou a autoridade que exercemos no ambiente, somos vistos de outra forma. O Johannes, chamado educadamente pelas crianças de “Herr Müller” (senhor Müller), já havia explicado que eu me faria presente em alguns encontros, que era sua parceira e que era brasileira. Entretanto, eu e minha negritude fugimos dos padrões com que elas estavam acostumadas no meio alemão, sendo alvo de olhares pormenorizados e algumas perguntas. Minha posição era de pesquisadora, mas, na presença das crianças, senti-me pesquisada.

A questão que mais me fizeram foi: “você são casados?”. Posteriormente, relatei a inquietação à aliança de prata que usamos no anelar direito, muito comum para simbolizar compromisso no Brasil. Para o imaginário daquelas crianças, assim como de muitos alemães que também nos perguntam, isso é sinônimo de casamento. Na quarta-feira seguinte, a temática foi, de igual, levantada por elas no diálogo traduzido abaixo ocorrido em alemão, revelando que, por trás de tal inquietação, havia uma conduta cultural:

M5: Você é casada com o Johannes?

Eu: Não.

M4: Mas você ama ele?

Eu: Sim, eu amo ele.

M5: Mas então por que não se casam?

Eu: Porque ainda somos muito jovens, e estamos estudando.

M5: Ah, é verdade...

M4: Mas quantos anos vocês têm?

Eu: Eu tenho 22 e ele 24.

M5: Minha mãe casou com 16, e com 22 ela já tinha a mim e meus dois irmãos mais velhos.

M4: Minha mãe também casou com 16 ou 17.

Eu: Nossa, bastante jovens!

M5: Nos nossos países [Iraque e Síria] as mulheres se casam cedo, aí têm filhos cedo... Você e o Johannes têm filhos?

Eu: Não, ainda não somos casados e eu ainda moro no Brasil.

M5: Ah, verdade, vocês ainda não são casados... (Diário de campo, 19.12.19)

Os pais das meninas se casaram jovens e, conseqüentemente, elas pensavam que Johannes e eu seguiríamos a mesma orientação. O que é possível perceber acerca do peso das estruturas de significado presentes nessa interlocução é o valor da família para as crianças. A

universalização de um elemento cultural pode gerar más interpretações e até mesmo conflitos no meio social. No entanto, é por meio da socialização que adquirimos tais atributos culturais e aprendemos, no contato com outros padrões, que há divergências na forma de ver e vivenciar o mundo. Pude perceber que a lógica da existência de visões de mundo diferentes já ganhava espaço na vida daquelas meninas que há quatro anos se encontravam em solo alemão. Muito de tal percepção delas em relação às diferenças se deu por meio da socialização pela educação – algo que alguns projetos do centro Kappler Knoten oferecem. Assim, elas podiam compreender que algo que para suas mães havia sido de uma forma, para mim (e até mesmo para elas), poderia assumir uma maneira diferente.

Um dos projetos mais divulgados pela Cruz Vermelha do local no trabalho com o público refugiado é o “Keep Together”. Segundo o website institucional, a ação tem como objetivo “influenciar positivamente as condições de vida nos albergues para refugiados administrados pela DRK Freiburg”<sup>54</sup>. Em termos práticos, isso implica em ofertas de grupos de apoio e incentivo que incitam a comunicação, a fim de construir um ambiente solidário e harmônico nos dormitórios. Isso porque o espaço é limitado e é compartilhado com diferentes famílias de distintas nacionalidades e grupos étnicos variados. Ao promover um diálogo aberto, um é compreendido pelos demais e se torna mais apto a compreender os outros, o que reduz as chances de conflito. A atuação humanitária, nesse sentido, pode ser atrelada à lógica de Barnett (2016) de que o humanitarismo vai além de fazer algo por alguém necessitado: este deveria ser feito em conjunto com quem demanda dele.

A segunda pergunta mais feita, que também nos acompanhou na semana posterior, foi: “posso mexer no seu cabelo?”. Na época tranças artificiais que possuíam o comprimento equivalente às minhas costas, e crianças automaticamente despertavam curiosidade. Pareceu a realização de um sonho as deixar mexer nos meus “schöne Haare”, bonitos cabelos, na tradução, expressão que elas mesmas passaram a apelidar meu cabelo. Entretanto, como relatei em meu diário de campo, a maior parte delas estava lá pela interação com o Johannes do que para a finalidade das tarefas escolares, o que fez com que eu percebesse quão significativo para aquelas crianças era a sensação de se sentir acolhido por alguém alemão, de forma direta ou indiretamente.

---

<sup>54</sup> A descrição do projeto “Keep Together”, bem como seus objetivos e público-alvo, estão disponíveis em: <<https://www.drk-freiburg.de/angebot/migration-und-integration/projekt-keep-together.html>>. Acesso em 05 de abril de 2021.

A Menina 1 foi a única das meninas que veio no projeto para pedir auxílio escolar. As demais vieram somente para jogar banco imobiliário e conversar. Também deu para perceber suas fases de transição entre fim da infância e início da adolescência, pelo jeito da fala, os gestos e as expressões dos anseios e sentimentos – além do porte do atual grande amigo dos jovens: o celular. Se portaram de maneira muito mais agitada e, às 16:30, após uma sessão de gritos, aos quais Johannes e eu nos atentamos como elas esperavam, disseram que estavam cansadas do jogo e foram embora. Menina 1 também foi, por já havia terminado sua tarefa. Pude perceber que não estava mais se sentindo confortável e acolhida como quando estava sozinha conosco, e quando o Johannes disse “até a próxima semana”, simplesmente soltou um “talvez”. De fato, ela não voltou na outra quarta-feira. [Diário de campo, 19.12.2019]

A acolhida, enquanto elemento sentido por um sujeito, pode ser manifestada ou percebida em diferentes formas (AHMED, 2014) e, de acordo com isso, suas reações são baseadas. A atenção por Johannes despendida para auxiliar a Menina 1 nas tarefas escolares gerou uma demanda pelo mesmo tipo de acolhida nas demais meninas, o que se manifestou na vinda das mesmas com tarefas escolares na semana seguinte. Não obstante, os exercícios eram de língua inglesa, o idioma que Johannes e eu nos comunicamos. Poder-se-ia dizer que foi coincidência, mas em uma análise de campo pautada, nas palavras de Cardoso de Oliveira (2000) em disciplina perceptiva, nada ocorre por acaso. Houve, da parte delas, uma tentativa de maior interação conosco e maior entendimento. Por meio do idioma, como nos mostra Maria Rosa Garrido (2017) sobre multilinguismo por parte dos trabalhadores da CICV, diferentes relações sociais são construídas. Portanto, “precisamos olhar para a linguagem e a comunicação como um terreno para lutas de relações de poder e acesso a outros recursos” (GARRIDO, 2017, p.2, tradução nossa)<sup>55</sup>. O recurso do qual as meninas gostariam de ter acesso pela troca de saberes em idioma era o acolhimento através da atenção a elas destinadas e do entendimento do que falávamos. Por vezes elas falavam em árabe, idioma que Johannes e eu não conseguimos compreender. Isso também sofreu redução no dia em que trouxeram as tarefas escolares de inglês.

### 3.4 A LÓGICA DA ACOLHIDA HUMANITÁRIA

A terminologia “acolhida humanitária” vai ao encontro de um processo mais empírico e completo de inserção e inclusão de refugiados. A expressão é justificada no trabalho pela relação direta que seu significado desempenha com a palavra refúgio e o sentido de “local onde se encontra amparo” (ACOLHIDA, 2015). Como disposto na introdução do trabalho,

---

<sup>55</sup> Trecho original: “We thus need to look at language and communication as a terrain for struggles about power relations and access to other resources” (GARRIDO, 2017, p.2)

acolhida vai além de assistência, remetendo à recepção de alguém que vem ao seu ambiente, enquanto assistência, sinônimo de ajuda, é atrelada a “benefício, favor, obséquio” (AJUDA, 2015). Refugiados são assegurados pela lei. O auxílio para eles prestado não é um favor ou benefício, é um direito. Entretanto, acolher também remete a um sentimento – tanto para aqueles autores da ação quanto para seus receptores, gerada pelo contato dos sujeitos e suas percepções em relação a isso (AHMED, 2014).

A Cruz Vermelha, enquanto instituição humanitária internacional, é muito reconhecida pela assistência humanitária prestada em situações de conflito armado ao longo de sua história, e suas origens se encontram enraizadas no termo – até que a instituição se resignificou de acordo com as demandas sociais e assumiu novas frentes de atuação. Em relação a tais mudanças, há críticos como Jean Pictet (1956), que teme que as rápidas transformações ocorridas na sociedade e, conseqüentemente, na instituição, acabaram por fazer com a que população se perdesse nos princípios norteadores da Cruz Vermelha. Eu, em contrapartida, vejo as mudanças como positivas, visto que propiciaram diferentes frentes de ações, como a acolhida do público refugiado.

### **3.4.1 Um retorno às origens: a história da Cruz Vermelha**

Encontro em um dos escritos sobre assistência humanitária de Peter Macalister-Smith (1985), membro do Instituto Max Planck, respaldo para abordar a historicidade da questão, bem como o surgimento da Cruz Vermelha.

Como já disposto na introdução do trabalho, assistência humanitária é em muito consonante com situações de emergência. A terminologia nasceu no decorrer da Idade Média pelas guerras que eram deflagradas na Europa e na Ásia e as condições dos prisioneiros delas resultantes. Passou a ser utilizada com maior veemência a partir de 1864, em conclusão das Conferências de Genebra, na Suíça, que não deixaram de ter sido resultado das correntes humanistas que circundavam a sociedade do século XIX. Essas também marcaram a institucionalização do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) enquanto organização humanitária para auxílio em áreas afetadas. Juntamente com a Convenção de Genebra, foi assinado e adotado por diversas sociedades nacionais, que compuseram a Liga das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha – como Hessen, Baden e Württemberg, regiões que anos mais tarde viriam a compor o território alemão unificado. Entretanto, a instituição ainda não se encarregava de refugiados, mas majoritariamente do tratamento de soldados feridos em campo de batalha.

A ajuda humanitária a refugiados só foi surgir mais tarde no meio internacional, em decorrência dos problemas emergentes com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Após a criação da Liga das Nações em 1919, os refugiados se tornaram o objeto de medidas coletivas além dos interesses imediatos dos Estados de origem e refúgio. A preocupação internacional nesse campo foi expressa tanto pelos instrumentos concluídos relacionados ao status dos refugiados e na criação de agências de proteção de refugiados e para a administração de assistência material (MACALISTER-SMITH, 1985, p.15, tradução minha)<sup>56</sup>.

Somente no contexto pós-Segunda Guerra Mundial surgiria uma tratativa formal a respeito do status de refugiado. No entanto, depois da criação da Liga das Nações, documentos de proteção àqueles que se deslocavam em busca de melhores condições eram travados, como o Alto Comissariado para Refugiados Russos de 1921 que, de acordo com Macalister-Smith (1985), foi estendido e utilizado em outras situações, como na proteção do povo armênio em 1924 e, em 1928, para assírios, assiro-caldeus e turcos.

Nesse período, já havia auxílio humanitário entre os Estados. Por meio da Cruz Vermelha, sociedades nacionais encaminhavam suprimentos a localidades afetadas. Isso foi formalmente institucionalizado no mesmo ano da Liga das Nações, pela fundação da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho<sup>57</sup> em Paris, França.

Na década de 1930, tendo em vista a emergência humanitária vigente no contexto europeu – sobretudo na Alemanha nazista – pensou-se na criação de um Alto Comissariado que abrangesse mais países e razões de assistência. Tais planos, no entanto, foram interrompidos pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, que além de acentuar problemas relacionados ao deslocamento forçado de indivíduos, foi responsável por problemas muito mais graves. A Alemanha saiu, assim como na Primeira Guerra Mundial, derrotada. Mais que isso, a nação foi estigmatizada em decorrência de suas práticas governamentais desumanas para com outros grupos étnicos presentes e fora de seu território – principalmente os de ascendência judaica.

---

<sup>56</sup> Trecho original: “Following the creation of the League of Nations in 1919, refugees became the object of collective measures beyond the immediate interests of the States of origin and refuge. International concern in this field was expressed both by concluding instruments relating to the status of refugees, and in the creation of agencies for the protection of refugees and for the administration of material assistance.” (MACALISTER-SMITH, 1985, p.15).

<sup>57</sup> Nomenclatura utilizada por sociedades nacionais membros da CICV na região do Oriente Médio em conflitos no fim do século XIX. Por tal razão, a região atualmente reconhece a Cruz Vermelha enquanto instituição internacional de assistência humanitária.

Passada a guerra, fez-se necessário reformular o papel da assistência humanitária. Por tal razão, em 1949, novas convenções foram travadas.

As Convenções de Genebra de 1949 tratam da proteção e assistência às vítimas de conflitos, incluindo membros de forças armadas (convenções I e II); prisioneiros de guerra (Convenção III); e civis (Convenção IV). A conquista da conferência diplomática que criou as quatro Convenções de Genebra foi baseada em grande parte na experiência da Segunda Guerra Mundial. As Convenções de Genebra anteriores foram ampliadas e fortalecidas, e muitas novas disposições foram adicionadas. (MACALISTER-SMITH, 1985, p.22, tradução minha)<sup>58</sup>

Partindo disso, mas também da criação da ONU<sup>59</sup> em 1945 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, foi uma questão de tempo para que uma tratativa internacional explicitamente sobre a questão do refúgio viesse a existir, como ocorreu em julho de 1951. Nesse momento, então, a acolhida humanitária ganhou espaço em caracterizar a atuação da Cruz Vermelha, a qual já possuía, na eventualidade, escritórios nacionais e subdivisões que acompanhavam a população local em suas demandas diversas.

Excetuando questões envolvendo Primeira e Segunda Guerra Mundial, Macalister-Smith (1985) não aborda especificamente a Alemanha. Entretanto, apesar da situação alemã de divisão territorial e burocrática no pós-Segunda Guerra e o concerto internacional de bipolaridade ideológica, de acordo com dados disponíveis no site oficial da *International Committee of the Red Cross* (Comitê Internacional da Cruz Vermelha), as Convenções de 12 de agosto de 1949 foram assinadas pela República Federal Alemã (RFA) e, posteriormente, em 1954, por Berlim<sup>60</sup>. Vale lembrar que a divisão político-econômica da Alemanha perdurou até 1989, fruto da queda do muro de Berlim em 9 de novembro do mesmo ano. Isso também propiciou a abertura alemã para o ambiente internacional e para o advento da globalização, a qual inseriu, na teoria, mais países na lógica da acolhida humanitária.

<sup>58</sup> Trecho original: “The 1949 Geneva Conventions deal with protection and assistance for victims of conflict, including members of armed forces (Conventions I and II); prisoners of war (Convention III); and Civilians (Convention IV). The achievement of the Diplomatic Conference which brought into being the four Geneva Conventions was based largely on the experience of World War II. The earlier Geneva Conventions were expanded and strengthened and many new provisions were added.” (MACALISTER-SMITH, 1985, p.22).

<sup>59</sup> A Organização das Nações Unidas, em português, conhecida pela sigla ONU, é uma organização intergovernamental (isto é, formada por Estados-nações) criada no contexto de reconstrução do pós-Segunda Guerra Mundial no intuito de promover a cooperação mundial entre Estados. Sua data de criação é considerada 24 de outubro de 1945, com a assinatura da carta de fundação por 51 países, conclusiva da Conferência de São Francisco. Informações disponíveis em: <https://www.un.org/en/about-un/> > Acesso em 2 de maio de 2020.

<sup>60</sup> Dados disponíveis em: [https://databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/vwTreatiesByCountrySelected.xsp?xp\\_countrySelected=DE](https://databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/vwTreatiesByCountrySelected.xsp?xp_countrySelected=DE) > Acesso em 25 de maio de 2020.

### 3.4.2 O lado prático da acolhida humanitária

As pretensões de acolhida humanitária do centro Kappler Knoten podem ser visualizadas publicamente no website oficial da Cruz Vermelha Alemã de Freiburg. Esta corresponde a uma das dezesseis associações distritais do estado de Baden-Württemberg, e se subdivide em outros escritórios locais de demandas diversas em Freiburg.

Figura 19 - Descrição (traduzida para o português no tradutor automático) da atuação da DRK Kappler Knoten

Deutsches Rotes Kreuz Associação distrital Freiburg eV

promoções Cursos Ajuda O DRK no local

#### Dormitório de nó Kappler

O dormitório na construção de contêineres foi ocupado a partir de outubro de 2016. Atualmente, a DRK oferece serviços sociais, bem como mediação linguística e cultural na acomodação de cerca de 200 residentes. Quatro colegas trabalham na equipe de serviço social. O foco do trabalho está no atendimento e no aconselhamento dos moradores que chegam ao serviço com suas diversas preocupações. O objetivo é uma independência crescente. Além disso, a DRK organiza as ofertas nas quatro salas sociais em cooperação com vários parceiros. Um colega da associação do projeto Baden está no local várias vezes por semana e oferece suporte em questões relacionadas a treinamento, estágios e trabalho. Além disso, há testes regulares de nivelamento em habilidades linguísticas e os residentes são colocados em cursos de línguas do próprio DRK ou outros. O projeto "Manter juntos" é representado no dormitório com um grupo de homens e ofertas de empoderamento. Além disso, a DRK organiza as ofertas nas quatro salas sociais em cooperação com vários parceiros, por exemplo, a associação de creches.

Fonte: <http://drkkyfrei1.drk-hosting.de/angebote/migration-und-integration/fluechtlingssozialdienste.html>.

Acesso em 01 de abril de 2021.

A descrição contida na página da web é relevante para o entendimento dos objetivos do centro, mas a forma com que isso se dá na prática, é essencial. Nesse sentido, para além dos momentos de observação participante, nos primeiros dias de janeiro, passado o recesso de fim de ano, fui à busca de trabalhadores da DRK que pudessem conversar comigo sobre a atuação em Kappler Knoten. O diretor do centro foi quem me recebeu e, já sabendo que me encontrava no ambiente para fins de pesquisa, acordou em me conceder uma entrevista. A mesma foi feita na presença de uma estagiária como observadora, a qual não exerceu influência. A entrevista foi feita em inglês, o que se mostrou um pouco desafiador para o diretor Kappler Knoten. Foi acordado e concedido o uso de um gravador de celular, instrumento que foi essencial para a compreensão exata das informações angariadas na entrevista.

Gaskell (2002, p.62) afirma que entrevistas qualitativas fornecem elementos básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais em suas situações. Em entrevista com o diretor do centro, foi confirmada a existência de 200 moradores, tendo uma porcentagem equivalente de homens e mulheres. Segundo ele, os países dos quais mais se recebem refugiados são Iraque, Afeganistão e Síria, mas também, em menor número, da região dos Balcãs (países da ex-Iugoslávia), Gâmbia, Nigéria e Siri Lanka, entre outros. Os primeiros chegaram à Alemanha em maior número entre 2016 e 2018, entrando em contato com o centro Kappler Knoten por meio do processo de asilo. Entretanto, por ser um centro focado na acolhida, as histórias e trajetórias de chegada não são de muita ciência dos trabalhadores do centro. De acordo com o diretor do centro, alguns refugiados chegaram ao local graças ao serviço de rastreamento, o qual ajuda a encontrar familiares separados durante o deslocamento. Tal processo é dado em coparticipação com a Cruz Vermelha regional (de Baden-Württemberg) e a nacional alemã, sendo um dos poucos meios de contato dele, enquanto trabalhador do dormitório, com outros níveis institucionais da Cruz Vermelha – o que fortalece a visão empírica de que, naquele ambiente de Freiburg, o centro Kappler Knoten é visto como uma ONG. Nas palavras do próprio diretor:

A Cruz Vermelha é ... Eu trabalho para a Cruz Vermelha de Freiburg, e a Cruz Vermelha de Freiburg pertence à Cruz Vermelha da Alemanha e à Cruz Vermelha de Baden [Baden-Württemberg], certo? Mas é uma instituição soberana, instituição social soberana. Uma organização soberana sem fins lucrativos. Então, eu nunca trabalhei em outro país, certo? Em Freiburg, temos “*Suchdienst*”, traduzido palavra por palavra, serviço de busca, e todos os meses recebemos fotos de refugiados que procuram suas famílias. Mas esta é a única coisa com a qual tenho contato. A grande Cruz Vermelha [da Alemanha] com a Cruz Vermelha Internacional, quando vou para a qualificação, falamos sobre o que a Cruz Vermelha faz com os refugiados, mas isso não é tão grande para mim. Eu trabalho aqui no dormitório. (Entrevista, 12/01/20, tradução minha)<sup>61</sup>

Quanto aos trabalhadores, na eventualidade da entrevista (janeiro de 2020), eram três contratados pela Cruz Vermelha e uma estagiária. Outras três pessoas desempenhavam responsabilidade de organizar os projetos, como, por exemplo, cursos de língua alemã, grupos de diálogo, atividades recreativas e outros serviços que auxiliam na qualificação do refugiado

<sup>61</sup> Trecho original: “The Red Cross is... I work for the Red Cross of Freiburg, and the Red Cross of Freiburg belongs to the Red Cross of Germany and to the Red Cross of Baden [Baden-Württemberg], yeah? But it’s a sovereign company, sovereign social company. A sovereign non-profit organization. So I’ve never worked in another country, yeah? In Freiburg we’ve got “*Suchdienst*”, translated word by word, searching service, and every month we get a hand out with pictures of refugees who are looking for their families. But this is the only thing that I get contact with. The big Red Cross [from Germany] with the International Red Cross, when I go to qualification, we speak about what the Red Cross does else with refugees, but this is not so big for me. I work here in the dormitory.”

em termos laborais. Além disso, foram incluídos alguns voluntários atuantes nos projetos e funcionários de segurança. Dos assistentes sociais, voluntários e coordenadores de projeto, havia uma mulher da Palestina e outra da Armênia (as quais eu tive contato em minha primeira visita a campo), além de outro homem de Camarões.

O diretor explanou que os seguranças, em sua maioria, eram estrangeiros, sendo esta uma ocupação que refugiados homens conseguem ofertas de trabalho. As mulheres, por sua vez, são atreladas a cargos de limpadoras e cozinheiras. Segundo ele, isso se dá em decorrência de serem profissões que não requerem grande conhecimento no idioma e qualificação e que apresentam demanda elevada na sociedade alemã. Ele também relatou que alguns refugiados e solicitantes chegam sem mesmo ter um conhecimento gramatical em seu próprio idioma de origem, o que, conseqüentemente, dificulta a aprendizagem do alemão. Entretanto, em um primeiro momento, a avaliação é feita no sentido de proteção política, prezando pela sobrevivência. Depois, ao longo do tempo, é que se conhecem outros elementos que impactam na permanência do refugiado na Alemanha, no sentido de promover uma maior ou menor interação com o ambiente. A verdade é que refugiados e imigrantes acabam por ocupar maior parte dos postos de trabalho que são essenciais, sendo responsáveis até mesmo pelo aumento do produto interno bruto (PIB) alemão<sup>62</sup>.

A aprendizagem do idioma é tão importante quanto à aprendizagem dos códigos culturais. Por esta razão, a *Bundesregierung für Migration, Flüchtlinge und Integration*, Governo Federal para Migração, Refúgio e Integração, desde 2005, coloca como serviço essencial curso de idioma alemão, no intuito de gerar uma maior participação social de pessoas recém-chegadas. A relevância dos chamados “*Integrationkurse*” pode ser encontrada em relatórios e boletins oficiais, como o “Relatório dos representantes do Governo Federal para Migração, Refugiados e Integração referente à situação de estrangeiros na Alemanha” de outubro de 2014<sup>63</sup>. Em poucas palavras, o governo federal presta subsídios financeiros tanto para instituições quanto para refugiados, a fim de que estes tenham condições de receberem o curso de integração, o qual é responsável pelo ensino de alemão. O curso de integração não diz respeito apenas ao público refugiado, mas, em grau de política pública, de todos os que

---

<sup>62</sup> Dados tidos de acordo com a notícia “Imigrantes impulsionam o PIB na Alemanha”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/imigrantes-impulsionaram-pib-na-alemanha/a-46105470>. Acesso em 8 de junho de 2021.

<sup>63</sup> O nome do documento em alemão é “Bericht der Beauftragten der Bundesregierung für Migration, Flüchtlinge und Integration über die Lage der Ausländerinnen und Ausländer in Deutschland”. O arquivo está disponível em: < <https://www.bundesregierung.de/resource/blob/975292/733826/9e310b776de8879946bcb464935d23d0/10-auslaenderbericht-2015-download-ba-ib-data.pdf?download=1>> Acesso em 07 de abril de 2021.

chegam ao território alemão. Se eu, por exemplo, migrasse para a Alemanha sem muito conhecimento no idioma, também teria de passar pelo processo.

A DRK não fornece cursos de idioma, mas aconselha os solicitantes sobre tais informações. Em casos de moradores que não conseguem o subsídio estatal para a aprendizagem, há voluntários (geralmente estudantes universitários) ou até faculdades que se responsabilizam por um ensino de alemão alternativo. Como relatou o diretor do centro:

Sim, existe uma faculdade que organiza cursos de alemão aqui no dormitório. Esses não são os cursos oficiais de integração. Estes cursos de alemão são para pessoas que não têm o curso de integração pago ou para pessoas que estão à espera de uma vaga no curso de integração, ou para mulheres que têm filhos e fazem uma pausa antes de iniciar o curso de integração, ou vão começar o curso de integração, mas quero fazer alguma coisa aqui no dormitório antes. (ENTREVISTA, 12/01/2020, tradução minha)<sup>64</sup>.

Nota-se que a comissão federal destinada para assuntos migratórios é denominada “Governo Federal para Migração, Refugiados e Integração” – bem como os cursos de idioma, denominados “cursos de integração”. A implicação a palavra “integração”, ainda que em termos burocráticos e de acordo com o direito internacional é apropriado, muitas vezes implica em uma violência simbólica (BOURDIEU, 1996) pela semelhança induzida à visão de mundo alemã. Ao longo prazo, integração é algo esperado pelo Estado e sustentado pelas políticas públicas aplicadas, também como garantia de que o indivíduo se enquadre aos moldes econômicos esperados pelo país.

O documento do governo federal que revela a demanda de cursos de integração tem, como foco principal, crianças e jovens em idade escolar. Em um trecho (2014, p.37, tradução minha) aponta que “habilidades de linguagem são um pré-requisito básico para o sucesso educacional. Alemão é a língua da educação e instrução e, portanto, um bom conhecimento de alemão é um pré-requisito para crianças e jovens podem abrir o conteúdo das aulas e aprender juntos”<sup>65</sup>. É importante, nesse sentido, um contato diário com o idioma que incita a fala e a compreensão e que, posteriormente, se desenvolve na forma escrita e lida.

<sup>64</sup> Trecho original: “Yes, there is one college that organizes German courses here in the dormitory. These [ones] are not the official integration courses. These German courses are for people who don’t get an integration course payed or for people who are waiting for a place in the integration course, or for women who have children and make a break before starting the integration course, or they will start the integration course, but want to do something here in the dormitory before.” (ENTREVISTA, 12/01/2020)

<sup>65</sup> Trecho original do documento (2014, p.37): “Sprachliche Fähigkeiten sind eine elementare Voraussetzung für den Bildungserfolg. Deutsch ist Bildungs- und Unterrichtssprache und somit sind gute Deutschkenntnisse eine Bedingung dafür, dass sich Kinder und Jugendliche Unterrichtsinhalte erschließen und gemeinsam lernen können.”

De acordo com o diretor do centro Kappler Knoten, crianças apresentam uma maior facilidade de serem incluídas na rede de sociabilidade alemã que os adultos – não só em termos linguísticos, mas também pela educação. Crianças e jovens que chegam à Alemanha em classe escolar passam por uma espécie de classe de nivelamento e, de acordo com seu desempenho, podem ingressar na classe normal. Como foi constado na entrevista:

Para as crianças e os jovens é mais fácil, porque vão à escola. Acho que depois de um ano e meio, eles terminam a classe para estrangeiros e vão para a regular. Assim, eles entram em contato com alemães ou pessoas que receberam permissão para ficar aqui. Estão mais bem integrados na sociedade, têm maior contato com os alemães do que com os adultos. Os adultos frequentemente atuam em suas próprias comunidades. Mas dos moradores que temos aqui, os bem integrados se mudam e os outros ainda moram aqui. Com frequência tenho contato... Trabalho com pessoas que têm um grande potencial de maior integração (ENTREVISTA, 12/01/2021, tradução minha)<sup>66</sup>.

A rotina laboral dos assistentes sociais do Kappler Knoten gira em torno do aconselhamento quanto aos procedimentos de asilo. Pessoas as quais já passaram pelo processo de solicitação de asilo e a que foram atribuídas o *status* de refugiado também por vezes vão às duas horas diárias disponíveis para reuniões de aconselhamento. De acordo com o diretor, eles tentam auxiliar da melhor maneira possível, mas tentam também “não realizar o trabalho por eles”. Na visão dele, é importante que os próprios solicitantes e refugiados preencham, por exemplo, a documentação ou entrem em contato com pessoas e empresas recomendadas na consultoria, a fim de que eles mesmos tenham consciência dos processos burocráticos e consigam de forma mais autônoma conquistarem seu espaço na sociedade alemã.

Cada assistente tem independência em gerir seus horários para atendimento, pois alguns atuam em outros centros da DRK Freiburg. Por esta razão, em minha primeira ida a campo, o diretor do centro não estava presente. Outro foco do cotidiano, além de reuniões internas, é a organização de atividades recreativas ou extras oferecidas no próprio local. Estas são feitas em parceria com voluntários – como o Johannes. O diretor relatou que:

[...] Temos diversos cursos para crianças. O “*Tagesmutter Pfarrei*” é uma organização que cuida de crianças. É semelhante a um jardim de infância, mas não

<sup>66</sup> Trecho original: “For the children and the youth it is more easy [easier], because they go to school. I think after one and half year, they finish the foreigner class and they go to the regular class. So they get contact to German people or people who got the allowance to stay here. They are better integrated in the society, bigger contact with German people than the adults. The adults often act in their communities. But from the residents we’ve got here, the well-integrated ones move out, and the other ones still live here. So often I have contact... I work with the people who have a big potential for more integration” (ENTREVISTA, 12/01/2021).

tão bom, não tão fixo quanto o jardim de infância. O jardim de infância tem outra qualidade, certo? Aqui eles podem vir ou não precisam. Na Alemanha o jardim de infância é mais institucionalizado, então você vai todos os dias ao jardim de infância, esse é o trabalho quando você tem entre 3 e 6 anos. Seu trabalho é ir ao jardim de infância para fazer alguma coisa. Mas os cursos que nós temos são facultativos, eles podem vir ou podem não vir. Mas de qualquer maneira também é possível que eles tenham algo para fazer à tarde. Temos 5 cursos assim. Há café entre homens, no qual eles se encontram e falam sobre suas coisas, e convidam pessoas que informam os moradores. Por exemplo, como conseguir um emprego, sobre inquietações ou sexualidade. Antigamente também tínhamos café das mulheres, mas no momento está em recesso. Há um grupo de futebol, que espero que comece em breve, porque no inverno não temos possibilidade de chutar [jogar] dentro de casa. Então temos os cursos de alemão que eles podem fazer, temos ... reuniões. [...] temos aulas extras para crianças de 11 a 15 anos e eu acho que uma para maiores de 15 anos. Temos cursos de natação e... Sim, aprendemos alemão para mães e bebês. Se eles não podem matricular as crianças no jardim de infância, nós temos um curso que também está aqui. Eles podem trazer a criança e nós estamos cuidando enquanto as mães podem aprender alemão (ENTREVISTA, 12/01/2021, tradução minha)<sup>67</sup>.

Durante minha análise de campo, tive acesso ao grupo das aulas extras, e, indiretamente, em um dia específico, com a atividade para as mães e os bebês. Fui convidada a participar da reunião da semana seguinte com elas, mas, infelizmente, isso foi na última possibilidade de estar no centro antes de retornar ao Brasil, em janeiro de 2020. Um dos desafios que os projetos apresentam é o inverno alemão, que limita algumas atividades ao ar livre e, conseqüentemente, oportunidades de contato entre refugiados e alemães. A pandemia do COVID-19 foi também um fator que provavelmente veio a impactar tal interação.

### **3.4.3 Autonomia entre aspas: a expectativa estatal expressa na Cruz Vermelha**

Barnett (2016) argumenta que o humanitarismo é composto de uma dualidade de cuidado e controle, o que corresponde ao que o autor denomina de paternalismo. O paternalismo consiste ser “a atitude ou as ações de uma pessoa, organização, etc., que protege

<sup>67</sup> Trecho original: “Recreation activities... We have different courses for children. The “Tagesmutter Pfarrei” is an organization which takes care of children. It’s similar to a kindergarten, but not so good, not so fix as kindergarten. Kindergarten has another quality, yeah? Here it’s [like this]: they can come or they don’t have to. In Germany Kindergarten is more institutionalized, so it is normal, you go every day to Kindergarten, this is the job when you are between 3 and 6 years old. Your job is to join the Kindergarten to do something. But the courses we have, they can come or they cannot come, as they want. But anyway is also possible that they get something to do in the afternoon. We have 5 courses like this. We have men’s coffee, and they meet each other and speak about their things, they invite people that inform the residents. For example, to get into job, they inform about aches or sexuality. In the past we also had women’s coffee, but it has a break at the moment. Football group, that I hope they will start soon, because in the winter we have no possibility to kick [play] inside. Then we have the German courses they can do, we have...meetings. [...] we have extra lessons for children from 11 to 15 and I think one for 15 and above. We have swimming courses and... Oh yes, learning German for mothers and the babies. If they cannot give the children to the Kindergarten, we have a course that is also here. They can bring the child and we are taking care and they can learn German.” (ENTREVISTA, 12/01/2021)

peças e as fornece o que elas necessitam, mas não as dão responsabilidade ou liberdade de escolha” (Merriam Webster dictionary apud BARNETT, 2016, p.15, tradução minha)<sup>68</sup>. Como visto na seção acima, o centro Kappler Knoten se preocupa com a autonomia e senso de responsabilidade dos solicitantes e refugiados em momentos como, por exemplo, os aconselhamentos e as diferentes oportunidades de projetos oferecidos. No entanto, talvez Kappler Knoten não seja um centro tão autônomo em suas ações, visto que está inserido em um Estado-nação com uma lógica específica operando.

No que tange as relações internacionais, o sistema mundial é dividido nas esferas internacional, nacional e local, e as funções das instituições de acolhida humanitária correspondem a tal lógica. Entretanto, essa divisão não pressupõe, diretamente, uma hierarquização – ou pelo menos na temática do refúgio. Perin (2014, p.308) analisa, em convergência com a argumentação de Ferguson (2006), as instituições envolvidas na temática do refúgio com um mecanismo transnacional de governo, o qual “permitiria ver órgãos governamentais, organismos multilaterais e organizações não governamentais como contemporâneos e operando no mesmo nível, através de um aparato de governamentalidade”. A governamentalidade é conceituada por Foucault (2007, p.144, tradução minha), dentre outras duas maneiras, como:

[...] o conjunto formado por instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem o exercício desse poder específico, mas complexo, que tem a população como seu alvo, a economia política como sua forma de conhecimento e o aparato da segurança como seu instrumento técnico essencial<sup>69</sup>.

Apesar de o conceito remeter à conjuntura estatal da Idade Média, a governamentalidade é um elemento presente na lógica da contemporaneidade – sobretudo em relação aos espaços de poder. Nisso, governamentalidade engloba uma “tecnologia política para o gerenciamento de populações por meio de um sistema global de formas indiretas de poder que guiam, moldam e incentivam determinados tipos não só de estados (estados párias, rogue, falidos), mas também de indivíduos” (MOULIN, 2012, p.3).

Partindo de tal argumentação, pode-se divergir de Perin (2014) e seu conjunto de atores operando no mesmo nível, pelo fato dos diferentes espaços e relações de poder que os

<sup>68</sup> Trecho original: “[...] the attitude or actions of a person, organization, etc., that protects people and gives them what they need but does not give them any responsibility or freedom” (MERRIAM WEBSTER apud BARNETT, 2016, p.15).

<sup>69</sup> Trecho original: “[...] the ensemble formed by institutions, procedures, analyses and reflections, calculations, and tactics that allow the exercise of this very specific, albeit very complex, power that has the population as its target, political economy as its major form of knowledge, and apparatuses of security as its essential technical instrument” (FOUCAULT, 2007, p.144).

mesmos são inseridos. Segundo Barnett (2016), o paternalismo é constituído de hierarquia, e a governamentalidade enquanto aparato de poder é expressa, ainda que indiretamente, na razão pela qual o centro Kappler Knoten existe no ambiente alemão. Para além de uma necessidade de ordem empírica vigente relacionada aos refugiados, há, também, um conjunto de expectativas expressas por instituições governamentais que são indiretamente incluídas na atuação de organismos não governamentais.

Ao longo da história, muito da atuação da Cruz Vermelha foi analisada e até alvo de críticas. Agir humanitariamente é um auxílio necessário – mas também pode acarretar em disputas por poder. Didier Fassin (2012) explora criticamente sobre o humanitarismo, trazendo exemplos de diferentes instituições e Estados no contexto contemporâneo. O autor (2012, p.2, tradução minha) designa como governo humanitário aquele que se utiliza de sentimentos morais em ações políticas da atualidade, argumentando que “humanitarismo se tornou uma linguagem que inextricavelmente vincula valores e afetos, e serve tanto para definir quanto para justificar discursos e práticas de governo na questão dos seres humanos”<sup>70</sup>. Isso é o que analisa a respeito do tratamento de refugiados no centro de Calais, região portuária a noroeste da França – ou como ativistas denominavam, “campo de Calais”. Sangatte foi um centro criado sob a administração da Cruz Vermelha em contrato com o governo francês. De acordo com Fassin (2012), de 1999 a 2002, ano de sua desativação, o local abrigou milhares de refugiados do leste europeu, paquistaneses, vietnamitas, afegãos e de tantos outros países em situação de confronto armado que tentavam cruzar pelo Canal da Mancha em vista de novas condições de vida na Inglaterra. As condições do campo eram mais que precárias, o que revela, na visão do autor (2012), uma hospitalidade ambivalente<sup>71</sup>.

O exemplo de Sangatte, ainda que em um contexto diferente, mostra a acolhida humanitária da Cruz Vermelha em uma autonomia de ação limitada. De acordo com o diretor do Kappler Knoten, o direcionamento do governo também impacta na aceitação ou não de solicitantes. Em uma de suas falas ressaltou que:

[...] Há cinco anos Merkel falou “*wir schaffen das*”, certo? E a população respondeu: “sim, refugiados, vocês são bem-vindos”, não é? Agora, porém, os ares mudaram. Então a situação política da Alemanha não é a mesma de cinco anos atrás.

<sup>70</sup> Trecho original: “[...]humanitarianism has become a language that inextricably links values and affects, and serves both to define and to justify discourses and practices of the government of human beings” (FASSIN, 2012, p.2).

<sup>71</sup> Sabe-se que pouco tempo após o fechamento de Sangatte e alocação dos solicitantes, Calais voltara a ser utilizado como abrigo, e a situação foi agravada pelo novo contingente de refugiados. Estima-se que cerca de 9 mil refugiados viviam na apelidada “Selva de Calais”, até sua desativação em 2016. Disponível em: <https://observador.pt/seccao/mundo/europa/franca/calais/>, <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37752453>> Acesso em 15/04/2021.

Agora refugiados não são mais tão bem-vindos (ENTREVISTA, 12/01/2020, tradução minha)<sup>72</sup>.

Desde 2007, a DRK regional (de Baden-Württemberg) conta com um projeto de aconselhamento quanto ao retorno. Esse tem como público-alvo aqueles que tiveram o pedido de requerimento de asilo indeferido, ou que já completaram o período primeiramente concedido e não conseguiram um prolongamento do prazo. O centro Kappler Knoten não abrange tal projeto, mas provavelmente a demanda por informações relacionadas ao tópico aumentou depois de junho de 2019. Como o diretor bem disse, “os ares mudaram”, e com a aprovação da *Geordnete-Rückkehr-Gesetz* (Lei do retorno ordenado) pelo parlamento alemão, solicitantes de asilo com o pedido indeferido passaram a ser melhores identificados e assessorados no retorno ao seu país de origem ou saída da Alemanha<sup>73</sup>.

Ainda sobre a lógica do paternalismo relacionada ao consentimento, Barnett (2016, p.19, tradução minha) contesta que “um argumento contrário à crítica de que as agências humanitárias estão agindo de maneira paternalista é que elas receberam a permissão do Estado (formalmente) e da população local (informalmente); se eles não tivessem essa permissão, eles não poderiam operar”<sup>74</sup>. Contudo, é preciso também ver a relação de consentimento estabelecida pelo sujeito foco daquela ação humanitária, isto é, o refugiado. Isso foi por mim percebido, dentre outras observações, por meio dos refugiados que frequentavam os atendimentos e projetos oferecidos. Concomitantemente com o projeto do Johannes, aconselhamentos ocorriam no andar de cima, e geralmente solicitantes de asilo ou refugiados estavam lá. O simples fato de procurarem o centro Kappler Knoten em busca de auxílio mostra a legitimidade a ele dada. Apesar de inseridos e parcialmente guiados por uma lógica emanada pelo Estado alemão, organismos não governamentais como o dormitório Kappler Knoten da Cruz Vermelha se apresentam eficazes no tratamento com os refugiados, no que diz respeito à proteção e auxílio para a sobrevivência deles no novo ambiente.

---

<sup>72</sup> Trecho original: “[...]five years ago Merkel said ‘*Wir schaffen das*’, okay? And the population said: ‘yes, refugees, you are welcome’, yeah? But now the wind changed. So the political situation in Germany is not like five years ago. Now the refugees are not so welcome anymore”. (ENTREVISTA, 12/01/2020)

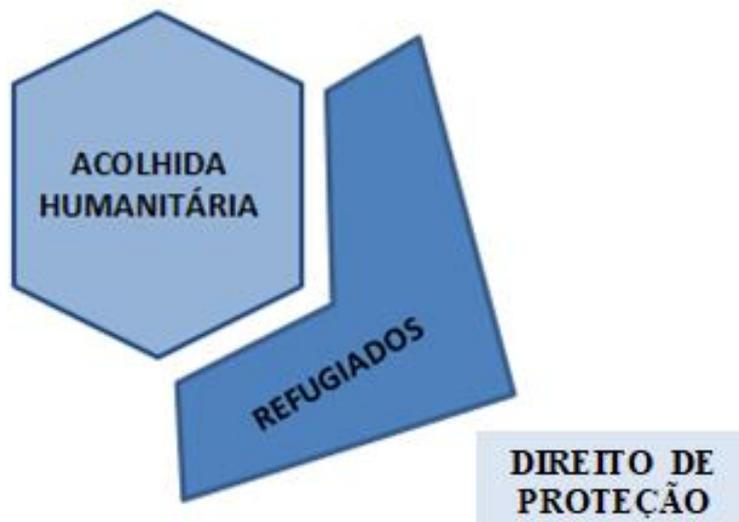
<sup>73</sup> A medida passou a entrar em vigor em agosto do mesmo ano, e tem como foco um maior controle do Estado no processo de deportação em casos de pedidos indeferidos, visto que muitos solicitantes, ao terem o pedido negado, acabavam por “se esconder” da burocracia alemã e não deixar o país. Mais informações disponíveis em: < <https://www.bmi.bund.de/SharedDocs/pressemitteilungen/DE/2019/08/geg-geordnete-rueckkehr-gesetz.html>> Acesso em 15/04/2021.

<sup>74</sup> Trecho original: “One argument against the claim that humanitarian agencies are acting in a paternalistic manner is that they have received the permission of the state (formally) and the local population (informally); if they did not have such permission, then they could not operate” (BARNETT, 2016, p.19).

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O capítulo em questão contou com uma gama de discussões que giraram em torno do objetivo de analisar a relação entre o indivíduo deslocado e a Cruz Vermelha estudada, trazendo as principais funções da instituição e como ela tem lidado com a agenda de acolhida e integração local de refugiados. Tomando como base a explanação inicial acerca dos direitos humanos já dispostos das constituições históricas mais renomadas do ocidente (BRAGATO, 2010), apresentei elementos de minhas duas inserções em campo que ocorreram em análise sobre o centro Kappler Knoten e suas ações de acolhida humanitária. Para isso, a história da Cruz Vermelha foi relevante de ser mostrada, a fim de que se percebesse a ressignificação de sua atuação quanto ao humanitarismo, que foi historicamente conhecido pela ida a locais conflituosos. Atualmente, a Cruz Vermelha, através de seus escritórios nacionais e repartições locais, atua no recebimento do público solicitado, como as vítimas de deslocamento forçado que chegam à Alemanha. Sua atuação, apesar de vinculada à lógica e expectativa estatal, é legitimada pela demanda acerca de seus serviços prestados – sobretudo pela garantia do direito de proteção em território alemão.

Figura 20 - Relação entre a acolhida humanitária de entidades não governamentais e o refugiado



Fonte: Elaboração própria

#### 4 A PASSAGEM PARA A SOCIEDADE: A ALEMANHA CONTEMPORÂNEA E A VISÃO DO REFÚGIO DENTRO DELA

Além das transformações burocráticas e dos direitos recebidos, a permanência do indivíduo refugiado ou solicitante de asilo prescinde contatos e interações sociais. Dito isso, o capítulo a seguir pretende analisar a visão local da sociedade alemã em relação ao refúgio atual em uma discussão sobre identidades e nacionalismo, e o quanto o centro Kappler Knoten auxilia (ou não) no processo de aproximação das diferentes visões de mundo, ou até mesmo na preservação das especificidades dos grupos étnicos que chegam.

Nesse sentido, o capítulo conta com uma parte inicial com uma discussão sobre a noção de asilo (FASSIN, 2013) e o sentido de lugar (AUGÈ, 2012) – algo que provocou inquietações no primeiro momento que descobri a temática do refúgio na Alemanha, em 2016. É seguido de uma situação relatada em contato com a sociedade alemã relacionada ao ser *outsider* (ELIAS & SCOTSON, 2000), na qual tive a oportunidade de explorar mais o campo social – visto que, mesmo conseguindo ir ao país durante a pandemia, o acesso ao centro Kappler Knoten não era possível. Seguindo a mesma lógica, abordo o viés cultural de estar em um país diferente do seu, o qual conduz a uma discussão acerca de transnacionalismo (GLICK-SCHILLER et al., 1995; VERTOVEC, 2009) e nacionalismo (BRAH, 2005; TODOROV, 2012). É composto por uma parte sociopolítica da Alemanha atual e o que isso pode implicar na aceitação de refugiados por parte da sociedade, bem como a atuação de organismos não governamentais como o centro Kappler Knoten em relação à sociedade de Freiburg e na Alemanha no geral.

##### 4.1 A IDEIA DE ASILO E O (NÃO) LUGAR:

Didier Fassin (2013) aposta na explicação da origem etimológica e histórica de “asilos” para fundamentar os diversos usos da expressão no contexto contemporâneo. Advinda dos templos gregos *sulons*, a palavra *asulon* fora utilizada enquanto princípio por padres daquela época, no intuito de proteção contra invasores e guerreiros. Posteriormente, trazida para o latim como *asylum*, isto é, “santuário”, passou a designar locais na parte externa de cidades, onde criminosos e infratores diversos da lei podiam se abrigar e assim escapar de seu julgamento ou punição. As denominadas cidades-santuários da contemporaneidade são cidades que, de acordo com Heuser (2017), recusam-se a participar da política de deportação de imigrantes ilegais e solicitantes de asilo – mais popularizadas no contexto anglo-saxônico norte-americano, mas cuja expressão passou a ser fortemente utilizada sob o mandato do presidente Donald Trump (2017-2020).

Para além de toda explicação, um dos principais fatos mostrados por Fassin (2013) é a relação entre asilo e lugar, pois, afinal, tanto as tradições gregas como as romanas apontam asilo enquanto espaço, enquanto local de divisão, de exceção. O ambiente alemão no qual houve o despertar da pesquisa em 2016 também pode ser assemelhado a um local de exceção, e Marc Augè (2012), antropólogo francês conhecido por trazer ricas reflexões para a ideia espacial na atualidade, fez com que eu, em um retorno situacional a 2016, analisasse o que eu vivi em minha viagem de trem e o que aquilo significou. Na obra *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade* (2012) o autor traz elementos para pensarmos na posição do antropólogo frente à contemporaneidade, na distinção entre história e antropologia, na relação do pesquisador com o método e com o objeto de estudo e, sobretudo, na emergência e proliferação de espaços com os quais os indivíduos não estabelecem vínculos de identidade nem de relações, e que estabelecem uma série de oposições em relação ao que entendemos por “lugar”.

Os denominados como não lugares por Marc Augè na obra, inspirados em Michel de Certeau em *L'invention du quotidien* (1990), são espaços considerados de passagem para a maioria das pessoas, característicos do que o autor chama de supermodernidade, na qual é possível encontrar uma alta circulação e interconexão mundial, mas baixo estabelecimento de uma real vinculação.

Para Augè (2012, p.73):

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar. [...] a supermodernidade é produtora de não lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos.

A ideia do não lugar entendida por Augè (2012) pode ser relacionado ao espaço que me permitiu ter uma primeira reflexão sobre as migrações e o contingente de refugiados na Alemanha: um trem. Esse, assim como um terminal rodoviário ou uma sala de aeroporto, não se constitui, para a maioria das pessoas, em um espaço acolhedor ou de permanência. Os meios de transporte ligados a tais lugares – melhor dizendo, não lugares – também refletem a lógica de uma não identificação, a uma não criação de vínculos, mas que muitas vezes nos utilizamos para chegarmos a um lugar que temos algum tipo de relação, ou que, pelo menos, possamos vir a ter.

Na época, o fato da checagem do trem em que estava me chamou atenção. Atualmente vejo que isso não ocorreu esporadicamente e nem aleatoriamente. Passou a ser realizada desde

que o contingente de refugiados aumentou na Europa Central. As regiões fronteiriças são ambientes que costumeiramente se entra ou se sai de um país. Estas passaram a ser vistas com maior atenção, bem como os locais de passagem (visto que os policiais se encontravam em uma estação de trem), especialmente porque tais locais com alta circulação de pessoas são conhecidos na contemporaneidade como espaços de atentados terroristas (AUGÈ, 2012, p.102).

Sabe-se, como já explanado no primeiro capítulo, que por trás dos procedimentos de controle e acolhida há um Estado e sua máquina burocrática que discursa segurança e estabilidade interna. Isso faz com que indivíduos de outros locais – ou advindos de locais específicos – sejam vistos com maior atenção e controle. E ainda que se tratasse da Alemanha, que em setembro de 2015 abria suas portas para a acolhida de refugiados, o país tinha suas estratégias de controle e segurança. Não se tinha condições de acolher a todos, e mesmo os possíveis acolhidos, deveriam ser analisados por um processo burocrático. Além disso, o usuário do não lugar é sempre obrigado a provar sua inocência (AUGÈ, 2012, p.94), sua identidade em espaços de entrada e de saída, como a alfândega de um aeroporto ou uma fronteira entre países que, vinculados ao poder federal, fazem com que os indivíduos sejam vistos pelo Estado nacional.

Nem todos podiam entrar legalmente, nem todos podiam passar de um não lugar para um lugar de asilo, ainda que pequeno e limitado, na sociedade alemã. Mas muitos tentavam. Utilizar-se da rota de trem que ligava Salzburg a uma das principais cidades da Alemanha, mesmo que arriscado, talvez tenha sido a estratégia usada por alguns deslocados que buscavam encontrar um local que pudessem criar uma relação de segurança e identidade, um lugar em que, mesmo que por tempo indefinido, pudessem chamar de seu lugar. A Alemanha obteve um alto índice de decisões positivas de concessão de asilo, mas, mesmo assim, apresentou significativa porcentagem de pedidos indeferidos por diversas razões, a qual vem timidamente crescendo desde 2017.

O quadro abaixo sustenta tal argumentação, mostrando, em números de solicitações, o processo percorrido pelo solicitante de asilo em termos burocráticos. O indeferimento do asilo em primeira instância pode levar o solicitante a recorrer da decisão, tendo seu pedido encaminhado para o tribunal. Há também solicitantes que foram negados no primeiro país de solicitação e desejam recorrer a um segundo Estado, o que faz deles casos recorrentes. Isso justifica o motivo pelo qual os números não somam integralidade em termos percentuais, visto que um mesmo indivíduo pode realizar no período de um ano ambas as solicitações, ou que outros sujeitos podem estar aplicados, naquele ano, apenas em segunda instância.

Portanto, em termos de pedidos, apesar de as decisões positivas no tribunal sofrerem acréscimo ao longo do período de tempo analisado, o percentual do número total de pedidos indeferidos também aumentou. Em outras palavras, para além do sucesso na concessão de asilo, nota-se um enrijecimento das políticas para o mesmo.

Quadro 4 - Dados de aplicações de asilo na Alemanha (2015-2019)

Ano	Decisões em primeira instância			Decisões no tribunal			Número total de pedidos indeferidos	%
	Nº total de aplicações	Decisões positivas	%	Solicitações recorrentes	Decisões positivas	%		
<b>2015</b>	249.280	140.910	57%	93.840	7.305	8%	194.905	57%
<b>2016</b>	631.085	433.905	69%	123.700	11.305	9%	309.575	41%
<b>2017</b>	524.185	261.620	50%	158.085	63.750	40%	356.900	52%
<b>2018</b>	179.110	75.490	42%	146.545	63.620	43%	186.545	57%
<b>2019</b>	154.175	70.320	46%	131.050	45.910	35%	168.995	59%

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados estatísticos dos relatórios da Eurostat do ano de 2016 a 2020. Valores em percentagem são aproximados devido ao arredondamento.

Ademais, para além da parte burocrática, há a questão cultural. A discussão proposta por Vincent Descombes e trazida por Augè (2012) no texto acerca do “país retórico” aponta para uma reflexão mais aprofundada sobre os não lugares e sua interconexão com o que para a população de uma nação conhece como lugar, casa, lar. O que para um alemão pode ser visto como um lugar, para um refugiado pode não ser:

O personagem está em casa quando fica à vontade na retórica das pessoas com as quais compartilha a vida. O sinal de que se está em casa é que se consegue se fazer entender sem muito problema, e ao mesmo tempo se consegue entrar na razão de seus interlocutores sem precisar de longas explicações (AUGÉ, 2012, p.99).

A presença atual de refugiados e de solicitantes de asilo faz parte da realidade alemã. Sabe-se que as diferenças culturais entre os alemães e aqueles que chegam podem desenvolver choques internos. Fassin (2013, p.43, tradução minha), baseado na argumentação de Benveniste (1969, p.87), explana em seu texto que asilo também tem relação com hospitalidade: “a investigação filológica sobre este conceito revela sua notável ambiguidade em idiomas indo-europeus, uma vez que a palavra é derivada de *hospes*, o ‘hóspede’, se originando de *hostis*, o ‘inimigo’, que fornece a raiz para a hostilidade”<sup>75</sup>. Ambos os termos,

<sup>75</sup> Trecho original: “Philological inquiry into this concept reveals its remarkable ambiguity in Indo-European languages, since the word is derived from *hospes*, the “guest,” itself stemming from *hostis*, the “enemy,” which provides the root for *hostility* (Benveniste 1969: 87)” (FASSIN, 2013, p.43).

hospedagem e hostilidade, relacionam-se à categoria de “estranho”, a qual pode ser visto de duas formas antagônicas, dependendo da sociedade em questão. Tal expressão, segundo o autor (2013), é diferenciada do termo *peregrinus*, que depois de um tempo passou a ser utilizado para todos os estrangeiros, exceto os bárbaros, povos vistos com estranheza e com os quais não se podia estabelecer uma relação de igualdade. Fassin (2013, p.43, tradução minha) conclui que, portanto, “temos então duas verdades fundamentais do asilo contemporâneo: o sagrado direito à proteção em um espaço inviolável, independente da condição dos refugiados, e a ambivalência da hospitalidade, sempre em perigo de hostilidade”<sup>76</sup>.

#### 4.2 ESTRANGEIROS E ESTRANHADOS EM SEU PRÓPRIO PAÍS

Apesar da pandemia e do fechamento do centro Kappler Knoten para visitantes, tive a oportunidade de ir à Alemanha por uma terceira vez no curso da pesquisa, de agosto a novembro de 2020. Isso somente foi possível por conta do relacionamento afetivo com o Johannes, que me colocou na categoria de parceira não registrada de um cidadão alemão e que, comprovando isso por meio de uma série de documentos, permitiu que eu pudesse ir à Alemanha.

O intuito não era ir a campo na Cruz Vermelha, pois havia ciência de que não seria possível entrar na instituição desta vez. Nem voluntários de projetos, como o Johannes, tinham autorização para frequentar o centro Kappler Knoten, por medida de segurança às 200 pessoas que lá viviam. A pandemia, nesse contexto, impactou diretamente a pesquisa empírica, no sentido de eu não poder realizar a terceira e última inserção em campo. Era planejado, desde a formulação do projeto de pesquisa em novembro de 2019, que ao terminar as disciplinas do mestrado no primeiro semestre de 2020, poderia passar três meses na Alemanha e desempenhar um maior contato com o campo. Planejava ir ao período do verão alemão (de junho a setembro), o qual o clima propicia uma maior abertura da sociedade e, conseqüentemente, maior interação entre as pessoas. Isso, infelizmente, não foi possível. Entretanto, uma vez estando em ambiente alemão, foi inevitável perceber as relações circulantes sobre refúgio e migrações em geral. As temáticas são pautas muito discutidas no período atual, visto que as eleições de 2021 se aproximam.

No mês de setembro, devido a um estágio profissional de Johannes, acabamos por ficar em Saarbrücken, capital do estado de Saarland, nas fronteiras com a França. Pelos

---

<sup>76</sup> Trecho original: “we have then two founding truths of contemporary asylum: the sacred right to protection in an inviolable space, independent of the refugees’ condition, and the ambivalence of hospitality, always in danger of hostility” (FASSIN, 2013, p.43).

contatos que lá tivemos, soube-se que a região é conhecida por suas fábricas e pelo setor da mineração, o qual trazia muita bonança até as crises do petróleo (1973 e 1979) e a consequente crise da década de 1980, na qual a China passou a exportar minérios a preço mais baixo. Pelo potencial econômico das minas de carvão, Saarland se constituiu em uma região que, ao longo do século XX, foi ora francesa e ora alemã, até que, em 1964 por decisão de um plebiscito, o estado foi definitivamente reconhecido como parte da Alemanha. Também por conta da mineração, a localidade atraiu muitos imigrantes no contexto pós-Segunda Guerra, os quais eram recrutados para o fomento industrial e a recuperação alemã. Com isso, é perceptível a presença de outros grupos étnicos - tais como turcos de primeira, segunda e terceira geração.

O estágio do Johannes era atrelado à questão social, e permitiu uma aproximação de certo diálogo intercultural por conta da religião. Uma das incumbências que ele teve durante o mês foi o auxílio na organização de um evento inter-religioso, o qual ocorre anualmente na cidade. O mentor de estágio do Johannes tinha conexões com o Brasil e, ao saber que eu me encontrava em território alemão pesquisando sobre deslocamentos, convidou-me para também participar de uma reunião. Em meu diário de campo anotei:

A reunião foi para a discussão da temática do evento e, além de Johannes e seu mentor como representantes da Igreja Católica, havia um homem e uma mulher, dos quais não pude identificar a vertente religiosa, e duas outras mulheres que, no decorrer da reunião ficamos sabendo que eram turcas vindas quando crianças para a Alemanha, e que seguiam a tradição islâmica sunita. Um dos assuntos que se encontra em voga em qualquer sociedade é o coronavírus e seus impactos na vida das pessoas. A discussão da temática foi direcionada a tal aspecto, até que uma das mulheres representantes da vertente islâmica sunita começou a relatar uma situação que poderia servir de inspiração para tema. [Diário de campo, 05.09.2020]

Segundo a interlocutora, ela e seu marido (também proveniente da Turquia) foram comprar mantimentos em uma padaria. Ele estacionou o carro, enquanto ela foi até o estabelecimento. Acontece que o local era de pouca permanência, e logo um fiscal apareceu. Este, ao ver a infração, ao invés de ir conversar com o homem, simplesmente começou a tirar fotos do veículo. O marido, já desconfortável com a situação, perguntou qual era o problema e o porquê das fotos, mas o fiscal, como se não o ouvisse ou não quisesse dar a honra de responder, continuou. Ela contou, então, que seu marido chamou a polícia. O policial veio e, em um primeiro momento, foi ao encontro do fiscal para ver o que havia ocorrido. As pessoas presentes na reunião disseram que isso faz parte do protocolo, mas, do ponto de vista do casal, foi uma falta de respeito somente em um segundo momento eles serem ouvidos – especialmente porque haviam sido eles os responsáveis pela polícia ter ido. E, por serem

ouvidos somente após o fiscal, o policial acabou por dar razão à ação do primeiro. Também, de acordo com a mulher, foi possível perceber o tom autoritário com que o policial falou com o seu marido, pois o mesmo não fala tão bem alemão. Somente na presença dela, que foi alfabetizada em alemão por ter ido para o país nos primeiros anos de vida, é que ele passou a falar “em tom mais amistoso”.

Há vários pontos de análise em torno do caso. Desde a) o clima de insegurança e de não cumprimento de regras estabelecidas causado pela pandemia, até b) a falta de confiança que instituições policiais têm vivenciado em decorrência dos últimos acontecimentos em diversos países, como os Estados Unidos. Entretanto, há também o fator que me parece óbvio – e que para eles, de igual, pareceu: as roupas por eles utilizadas na situação foram logo atribuídas às populações que o senso comum alemão mais identifica com a religião muçulmana: os refugiados atuais. Os refugiados e seus elementos culturais são vistos como diferentes e, quando atribuídos ao casal, fez com que eles também fossem vistos como diferentes, como não pertencentes e não entendedores daquele conjunto de regras de trânsito. Naquele dia, a mulher falou que se sentiu como “uma cidadã de segunda categoria”, algo que remeteu a conceito de *outsider*.

Norbert Elias, sociólogo alemão conhecido por suas concepções acerca das interações humanas em sociedade, trouxe à luz acadêmica, juntamente com John Scotson, o termo *outsider*, conceituado como “os de fora” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.20). A expressão vem como explicação a um estudo realizado em uma comunidade de nome Winston Parva, no qual se percebeu a diferenciação atribuída a novos trabalhadores em relação aos que já estavam lá estabelecidos. Nesse sentido, o termo *outsider* foi utilizado como contraponto a *establishment* e *established* que, de acordo com Neiburg (2000, p.9), responsável pela apresentação o livro na versão português, compreende ser

[...] um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma "boa sociedade", mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros.

Em português, *outsider* significa estranho, forasteiro, podendo ser atribuído a alguém que não se enquadra no espaço social em que se encontra. Patrícia Hill Collins (2017) vai além do que Elias e Scotson conceituam ao atribuir a expressão *outsiders within* a mulheres negras na sociedade norte-americana, sobretudo em relação ao movimento feminista. Nas palavras de Djamila Ribeiro (2019, p.23) que se utiliza da autora para retratar a situação racial

brasileira, os *outsiders within* seriam “forasteiros de dentro”, isto é, pessoas com “posição social ou espaços de fronteira ocupados por grupos com poder desigual”.

O *outsider within* corresponde ao que muitas pessoas de etnia turca, nascidas ou não na Alemanha, hoje enfrentam. Segundo dados de uma notícia presente na Deutsche Welle com título “1961: Acordo para levar mão de obra turca à Alemanha”<sup>77</sup>, o “Acordo de Recrutamento”<sup>78</sup>, foi o início da presença turca na Alemanha. Firmado em 30 de outubro de 1961 na cidade de Bonn, então capital da República Federal da Alemanha (RFA) permitia que trabalhadores turcos fossem como *Gastarbeiter*, isto é, trabalhadores convidados, para a Alemanha, sobretudo em fábricas de minas. Outros acordos de recrutamento de mão de obra foram travados com diferentes países como Itália, Espanha, Tunísia, Marrocos, Portugal e Iugoslávia, o que auxiliou no crescimento econômico alemão tanto desejado no período. No caso da Turquia, o pacto inicial visava que a permanência máxima do trabalhador fosse de dois anos, no intuito de evitar a imigração. Porém tal restrição foi suspensa em 1964 e, posteriormente, foi permitido que o *Gastarbeiter* pudesse trazer sua família para o território alemão. O acordo de recrutamento entre as duas nações teve seu fim em 1973 com a crise mundial do petróleo. Neste período, estima-se que 2,7 milhões de turcos já haviam se candidatado para trabalharem na Alemanha, mas que apenas um total de 750 mil teriam realmente ido. De acordo com a reportagem, metade deles permaneceram no país e realizaram o processo de reunião familiar.

A história da população de etnia turca na Alemanha se relaciona não somente em termos fenotípicos aos refugiados atuais, mas às contribuições econômicas que também prestam ao Estado. De acordo com as mesmas fontes do parágrafo anterior, atualmente a etnia turca é a mais proeminente na Alemanha, com cerca de 2,8 milhões de pessoas de primeira, segunda e terceira geração – as quais ocupam cargos diversos na sociedade. Exemplos mundialmente conhecidos são Ugur Sahin e Özlem Türeci, filhos de imigrantes turcos. O casal é fundador da BioNtech, empresa atualmente famosa pela parceria com a norte-

---

<sup>77</sup> Apesar de a notícia de autoria de Klaudia Prevezanos ser datada em 30 de outubro de 2016, o contexto histórico que ela se utiliza é atualmente muito empregado na Alemanha. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1961-acordo-para-levar-m%C3%A3o-de-obra-turca-%C3%A0-alemanha/a-15483900>> Acesso em 11 de fevereiro de 2021. Outra notícia foi utilizada, disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-saga-dos-turcos-na-alemanha/a-542993>> Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

<sup>78</sup> Em alemão o documento da tratativa é intitulado “*Regelung der Vermittlung türkischer Arbeitnehmer nach der Bundesrepublik Deutschland (Anwerbeabkommen) nebst Anlage*”, podendo ser encontrado no website do Museu Virtual de migração da Alemanha. Disponível em: <<https://zis-virtuelles-museum-der-migration.de/wp/wp-content/uploads/Regelung-der-Vermittlung-t%C3%BCrkischer-Arbeitnehmer-nach-der-BRD--30.10.1961.pdf>> Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

americana Pfizer na produção da vacina contra o COVID-19<sup>79</sup>. Outro exemplo muito acompanhado por mim ao longo da vida é de Mesut Özil, jogador que se popularizou na Seleção Alemã Masculina de Futebol. Neto de imigrante turco, o futebolista anunciou sua aposentadoria na seleção em 2018 por questões políticas, após polêmicas envolvendo uma foto postada com o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan. Ainda que até a comunidade turca critique a postagem, a decisão de Özil não deixa a vir como uma reação à aversão sofrida, pois, de acordo com o jogador, em todos os seus anos de atuação na seleção, ele sempre foi visto como “turco-alemão”<sup>80</sup>.

Ainda em Elias e Scotson (2000), é perceptível que somente os *established* são vistos como grupo único, ao passo que *outsider* é um termo empregado no plural, remetendo a várias particularidades que acabam ficando de fora do padrão dominante. Na Alemanha, os *outsiders* atuais consistem ser os refugiados, mas acabam por trazer a tona uma aversão a imigrantes no geral, como os turcos. E, apesar de muitos serem diferentes entre si, os grupos de origem árabe e de religião islâmica contemplam duas características que popularmente se interseccionam. Sabe-se que muito do que vivenciamos em sociedade transpassa nossa experiência sensorial – como o ver e o ouvir (INGOLD, 2008), e isso consiste ser uma fonte de aprendizado. Também, pelo próprio meio social, somos condicionados a determinados pensamentos e visões de mundo. Por conta do período atual, os imigrantes de religião muçulmana ou islã, no geral, são compreendidos como refugiados, sejam eles de origem árabe ou não – e, conseqüentemente, como *outsiders*.

Senti a dor da mulher ao ouvir que ela se sente desamparada em seu próprio país. Ela é cidadã alemã, cresceu e deu a luz a seus filhos no país. Entretanto, seus traços (se é que ainda é possível ler o país de origem de alguém pelo fenótipo) são diferentes, suas vestimentas são muçulmanas e a mesma ainda cultiva tradições da religião islâmica. Marilyn Strathern (2014) teoriza acerca de cultura e identidade, alicerçando seu pensamento a outros autores como James Clifford (1988). Com base na argumentação de ambos, na situação vivenciada acima há uma discrepância identitária entre a forma (cultura) e a substância (pessoa), que faz com que a sociedade alemã não identifique o casal como possuidores de elementos culturais alemães e, conseqüentemente, os relaciona à categoria de “não nacionais”. E, ainda mais que doloroso, a

<sup>79</sup> Informação retirada de < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54889486> >. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

<sup>80</sup> Recentemente, de acordo com últimas notícias, Özil foi anunciado como jogador do Fenerbahçe, da Turquia. Esta e as informações retratadas no parágrafo estão disponíveis em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/08/03/milhares-de-alemaes-de-origem-turca-se-sentem-estrangeiros-como-ozil.htm> > <<https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/ozil-e-anunciado-oficialmente-pelo-fenerbahce-da-turquia.ghtml>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

situação se torna perigosa nos tempos atuais em que o nacionalismo e o repúdio ao público que representa ser de outros países vêm crescendo.

#### 4.2.1 A “alta cultura”

Pierre Bourdieu (1983) possui um texto em que debate as disputas e disposições por ele percebidas existentes no campo da moda e da pintura. Por campo, o autor se refere ao espaço em que as interações ocorrem e, no caso analisado, o mesmo corresponde à alta costura da moda:

Num campo, e esta é a lei geral dos campos, os detentores da posição dominante, os que têm maior capital específico, se opõem por uma série de meios aos entrantes (emprego de propósito esta metáfora emprestada da economia), recém-chegados, chegados-tarde, arrivistas que chegaram sem possuir muito capital específico (BOURDIEU, 1983, p. 155).

Por trás da argumentação provocada pelo autor em direcionamento ao mundo artístico, encontra-se uma analogia com a cultura, ou a “alta cultura”, como empregado de forma mais direcionada desde o título do texto.

Bourdieu (1996) é conhecido pela teoria da ação, e se utiliza da ideia de que nós, enquanto sujeitos sociais (ou agentes, como Bourdieu classifica), somos distribuídos e ocupamos um espaço social. Este, por sua vez, é organizado (ou hierarquizado) de acordo com o capital que os agentes possuem. Ele não é necessariamente um capital econômico, mas abrange diversas esferas do espaço social, sendo denominado capital simbólico. Atualmente e na temática do refúgio, o peso étnico opera como fonte de distinção predominante na Alemanha, fazendo com que o capital cultural e identitário ganhem espaço de debate, por serem sinais de distinção entre membros de um corpo social.

Steven Vertovec (2011) apresenta uma forma política de pensar cultura em estudos antropológicos envolvendo migração e Estado. Por meio de um conjunto de outros pensadores da área, o autor (2011, p.244, tradução minha) enfatiza que “‘cultura’ oferece uma maneira de classificar características de um mundo em fuga em um modelo que parece fazer sentido”<sup>81</sup>. O modelo de cultura estabelecido transmite segurança de seus participantes, isto é, membros de determinado lugar. Os sujeitos de fora que se deslocam para o ambiente, nessa lógica, são vistos muitas vezes como ameaças à estabilidade, por trazerem novos elementos – e até

---

<sup>81</sup> Trecho original: “‘Culture’ offers a way of classifying features of a runaway world and a model that seems to make sense” (VERTOVEC, 2011, p.244).

mesmo se “apropriarem” da cultura local, algo que pode vir a remeter uma perda dos padrões culturais já vividos ali. Para essa linha de pensamento, “[...] migrações representam o elemento de transformação que desencadeia apenas este tipo de resposta” (VERTOVEC, 2011, p.244, tradução minha)<sup>82</sup>.

Há, também, teóricos críticos acerca do padrão cultural que o antropólogo transmite em sua pesquisa por meio de suas percepções de campo – especialmente aqueles cujo campo de trabalho consiste em ser um ambiente de sociedades tribais. Isso é consonante ao pensamento de Turner (1993, p.423), que traz cultura enquanto “o gozo do sujeito consumista do capitalismo tardio que brinca com as arrebatadoras oportunidades de autocriação que um mundo cada vez maior de mercadorias parece proporcionar”. Em minha presente análise, poderia dizer que o tal sujeito de Turner também pode ser um ator internacional, um Estado que participa da invenção cultural a fim de atender suas finalidades de estabilidade no ambiente capitalista e globalizado que se insere. E, nesse sentido, apesar de acolher diferenças culturais, possui elementos padrões que constituem a forma esperada que os indivíduos sigam.

Hobsbawn e Ranger (1983) argumentam que muitas tradições culturais são construídas, isto é, inventadas socialmente, a fim de justificar e manter a coesão nacional. De acordo com os autores (1983, p.9), tradições inventadas consistem ser:

“[...] um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas: tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.”

Na história alemã presenciamos, no século XX, a ideologia nazista como uma forte tradição que fora assimilada pelo Estado e propagada pelo mesmo em um período de tempo. A mesma contava com elementos específicos, como, por exemplo, o antissemitismo, que tinha como principal solução prática os campos de concentração e de extermínio. Hobsbawn e Ranger (1983) apontam que transformações rápidas e radicais podem acarretar no surgimento de novas tradições e, no caso da Alemanha, a perda da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), confronto em que se tentou a expansão internacional da ideologia nazista, significou isso. Conseqüentemente, a ideia de separação e exclusão social foi substituída por políticas de tolerância e acolhida muito vistas na atualidade, e a simbologia que envolveu o passado alemão não ganha mais espaço na sociedade como um todo. Talvez seja por isso que a Alemanha, apesar de ser um dos países que mais acolhe solicitantes de refúgio no cenário

---

<sup>82</sup> Trecho original: “Migration represents one key mode of transformation that triggers just this sort of response” (VERTOVEC, 2011, p.144).

européu atual, difere da maior parte dos outros Estados no contexto em não possuir “campos de refugiados”. Conversando com Johannes, cidadão alemão, sobre o aspecto, ele alegou que o fato era óbvio: isso, na comunidade internacional, poderia ser relacionado a uma gama de elementos do passado histórico que a Alemanha atual não deseja resgatar ou transmitir.

Norbert Elias (1997) apresenta uma obra que nos propicia melhor compreender a mentalidade alemã e suas transformações pelos acontecimentos dos séculos XIX e XX. Nela, o autor tem como foco unir o passado histórico à visão de mundo contemporânea apresentada no corpo social e nacional, argumentando que muito do que é vivido no cenário atual encontra explicações em êxitos e fracassos do passado. No prefácio da edição em inglês (original de 1996), Eric Dunning e Stephen Mennell (1997, p.9) abordam que muito dos escritos de Elias está vinculado ao conceito “*habitus*” que, para o mesmo, “significa basicamente ‘segunda natureza’ ou ‘saber social incorporado’”. O conceito não é, de forma alguma, essencialista; de fato, é usado em grande parte para superar os problemas da antiga noção de ‘caráter nacional’ como algo fixo e estático”. O *habitus* em Elias (1997), apesar de ser dependente de um ambiente social, apresenta forte ligação com a ação individual. Dumont (1993) apresenta isso em sua análise acerca do individualismo, tomando o caso do nacional-socialismo alemão como exemplo de confluência entre práticas individuais e holísticas. Na visão do autor (1993), a postura hostil que desencadeou em uma série de ações que marcaram a história da Alemanha do século XX, apesar de promover ações globalizantes (a guerra de todos contra todos que Dumont elenca parafraseando Hobbes (2014)), foi fruto de uma perspectiva particular e individual.

Para além da relação com o Estado-nação, o *habitus* foi popularizado por Bourdieu (1996) como princípio gerador de práticas distintas e distintivas, que são incorporados pelos agentes de determinado campo e, por outros, não. Ele une agentes em torno de uma esfera social – podendo ela ser, em minha perspectiva, nacional ou internacional – mas também os diferencia quanto aos que não fazem parte dela, estabelecendo regras simbólicas, mas objetivas, quanto à conduta que se deve tomar para entrar em determinado campo. A Alemanha, nesse sentido, se defendesse enquanto Estado o não acolhimento do público refugiado, seria vista de forma diferente, e provavelmente excluída de muitas interações internacionais, o que abalaria seu *status quo* e sua sobrevivência. Isso porque o sistema internacional opera de acordo com uma lógica específica, prezando por determinados valores e ações de seus atores estatais. Em termos nacionais, ou até mesmo localmente, o mesmo ocorre: aqueles que não correspondem às expectativas do ambiente ou à lógica por ele

pregada possuem chances de serem considerados, nas palavras da mulher turca, “de segunda categoria”.

Há, entretanto, marcadores linguísticos, visto que expressões e até ações de hostilidade são relacionadas ao modo de transmissão de informações no meio social – não necessariamente pelo Estado, mas pela própria sociedade. Luciane Ferreira e Lívia Melo (2020) analisam em um estudo linguístico cognitivo a forma com que a mídia, através de seus veículos de informações online, traz refugiados, solicitantes de asilo e imigrantes no geral nos contextos brasileiro e alemão. Expressões metafóricas como “*Flüchtlingswelle*” (onda de refugiados), “*Flüchtlingsströmen*” (corrente de refugiados) e “*Flüchtlingsommer*” (verão de refugiados), apareceram com muita frequência na pesquisa das autoras, desencadeando o que a linguística cognitiva chama de *frame*. “*Frames* são ativados no cérebro por meio do uso da linguagem. Os *frames* ativam um determinado significado ao relacionares determinadas informações com nossa experiência corpórea” (FERREIRA & MELO, 2020, p.38). O fato de, por exemplo, atrelar o refúgio e a migração a fenômenos naturais passíveis de promover desastres e catástrofes faz com que, conseqüentemente, as notícias produzam rejeição da população local, em proteção automática contra o que pode vir. Até mesmo o diretor do centro Kappler Knoten se utilizou da expressão “*Flüchtlingswelle*” cerca de cinco vezes durante a entrevista – sendo que na primeira delas introduziu o termo dizendo que na Alemanha a questão do refúgio é comumente assim denominado. Isso mostra que tal categoria ganhou força populacional, a ponto de que até pessoas diretamente ligadas à acolhida humanitária a usam sem refletir na hostilidade que ela indiretamente representa. E, quanto mais palavras e atitudes hostis em relação a refugiados e imigrantes, mais se fazem necessários locais de acolhida, ou seja, santuários (FASSIN, 2013) em que eles se sintam bem em suas diferenças e não sejam vistos enquanto ameaça.

#### 4.3 O (TRANS)NACIONALISMO ALEMÃO

Partindo de uma abordagem mais ampla na temática dos deslocamentos, Abdelmalek Sayad (1998), sociólogo de origem argelina que dedicou parte de sua pesquisa às migrações africanas para o território francês do século XX, observa o processo de migração como algo paradoxal, consequência de uma “dupla ausência”, pois não é possível que o imigrante viva totalmente aos moldes da nova sociedade em que fisicamente está. Isso é possível perceber nos fragmentos de campo presentes acima, e é de igual reconhecido por Nina Glick Schiller (1995) que argumenta que a migração mostra ser um importante processo transnacional que reflete e contribui para as atuais configurações políticas da emergente economia global

(GLICK-SCHILLER et al., 1995, p.1) e também de novas formas de pertencimento. Além disso, a autora salienta a possibilidade de uma “antropologia transnacional”, pelo renovado interesse da área nos fluxos de cultura e de população. De fato, a palavra transnacional faz parte desse cenário global, no qual sair de um ambiente para outro em termos físicos não significa, necessariamente, deixá-lo.

Nina Glick-Schiller (1995) analisa que a palavra “transnacional” vem sendo adotada desde a década de 1960, quando o globo passou a presenciar o aumento de processos econômicos envolvendo mais de um país. A antropóloga norte-americana empenhada em temáticas envolvendo migrações e nacionalismo de longa distância é muito utilizada na contemporaneidade em estudos antropológicos sobre processos transnacionais e a lógica estatal frente a este novo e diferenciado fluxo de comunicações e de pessoas que acarretou em uma reformulação das fronteiras nacionais. Segundo a autora (1995, p.6-7), “o transnacionalismo é visto nas Ciências Sociais como efeito da globalização e, na área da antropologia, vem sendo empregado em estudos a partir da década de 1980, mostrando um renovado interesse pelos fluxos de cultura e de população”.

Assim como Glick-Schiller (1995), Vertovec (2009) destina grande parte de seu arcabouço teórico à temática do transnacionalismo e das migrações. Já na introdução de seu livro intitulado *Transnacionalismo* (2009) aponta que a expressão parece estar em todos os lugares – ou pelo menos nas ciências sociais. O elemento aparece enquanto consequência da globalização como um crescimento das conexões globais e, na esfera das migrações, conecta os agentes no tempo e espaço.

Feldman-Bianco (2009) alicerça o transnacionalismo à interação que pessoas imigrantes estabelecem com a cidade que passam a residir. Tomando o exemplo de New Belford, cidade norte-americana que recebeu na metade final do século XX um número significativo de imigrantes portugueses, a autora mostra como indivíduos deslocados formam comunidades no novo local, em uma união com elementos já estabelecidos no ambiente.

O transnacionalismo remete tanto a um sujeito transpassado identitariamente por mais de uma nação quanto a situações de diferentes culturas ocorridas em um só meio. A importância do transnacionalismo e do debate interidentitário foi perceptível em minha segunda inserção em campo, na qual pude acompanhar o Johannes semanalmente em seu projeto social vinculado à DRK: Flüchtlingssozialdienst Kappler Knoten. Com isso, tive a oportunidade de entrar em contato com as meninas que necessitavam de ajuda nas tarefas escolares – sobretudo as de inglês e alemão. Naquele ambiente, conectaram-se um alemão, uma afro-brasileira e cinco meninas do Iraque e da Síria e, apesar de elas terem sido avisadas

sobre minha presença em um momento prévio, fui alvo de olhares pormenorizados e diversas perguntas. Na realidade delas, o Johannes já se apresentava enquanto diferente, mas o diferente que já se encontrava no ambiente para qual elas foram e que, gradualmente, já estavam se acostumando. Eu, no entanto, representava um novo diferente – tanto para alemães quanto para elas. Talvez, em termos identitários, esta “nova diferença” por mim elencada corresponde, na perspectiva de imigrantes turcos, aos refugiados atuais. Eles possuem suas diferenças e seus períodos históricos. Entretanto, o problema tem sido, na perspectiva deles, a crescente falta de identificação da sociedade alemã de quem eles são e o que eles vem representando para o país em termos econômicos. No período atual em que muitos refugiados são acolhidos na Alemanha, estes, mas também outros grupos étnicos, podem ser vistos como sinônimo de ameaça.

No primeiro capítulo já se relaciona situações de ameaça com a atuação de indivíduos. A verdade é que a categoria refugiado engloba em sua definição um temor fundado que ameaça sua sobrevivência no ambiente. No caso da Alemanha, o que, na visão de alguns, se encontra em ameaça é a identidade cultural alemã.

Friederik Barth (2000) introduz no debate antropológico a forma com que grupos étnicos são construídos e faz certa crítica ao quanto correntes da antropologia social acabam por colocarem diferentes grupos étnicos em um conceito geral de sociedade. No que tange a diferenciação de grupos – sobretudo ao abrangente na sociedade e aos grupos de etnias minoritárias, uma das contribuições trazidas pelo autor é a ideia de “sinais diacríticos”, que são um conjunto de elementos que operam como “sinais explícitos de identidade aos quais as pessoas se referem como critério para classificação” (BARTH, 2000, p.90). Traduzindo para simples termos, os sinais diacríticos são responsáveis por marcar diferenças entre grupos, no intuito de que seus membros sejam identificados entre si e diferenciados em relação a outros em contextos interativos comuns, sendo observados em tais processos.

A noção de identidade, de acordo com Roberto Cardoso de Oliveira (2007), envolve um viés bidimensional, contando com uma esfera pessoal e uma esfera coletiva. Apesar de ambas atuarem em constante união, a primeira é mais relacionada a estudos da psicologia, enquanto a dimensão coletiva se relaciona com os objetivos das ciências sociais. “A identidade social e a identidade pessoal são parte, em primeiro lugar, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão” (GOFFMAN, 1963, p.105-106 apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007, p. 119). Em outras palavras, identidade é um elemento que, na prática, está atrelado ao que um “outro”, ou seja, um agente externo atribui ao sujeito classificado. Isso faz com que o autor (2007, p.120)

desenvolva a questão da “identidade contrastiva”, utilizada na diferenciação de dois grupos que entram em contato. Quando um indivíduo ou grupo de indivíduos acaba por “negar” a outra identidade por preferir elementos da sua própria, o conceito utilizado se torna identidade étnica. Talvez tal reivindicação da identidade étnica tenha sido o que acabou por travar a situação entre o casal turco e o fiscal de trânsito alemão. O problema, entretanto, consiste no poderio que uma identidade cultural obtém, por conta do Estado, sobre as demais existentes.

#### **4.3.1 A nação diante das diferenças em seu meio**

A fim de compreender como a lógica o transnacionalismo e o conceito de identidade “cultural”, é necessário passar pela ideia de nação. Avtar Brah (2005) trabalha com o conceito de nação em diferentes momentos da história, sob diferentes óticas. “Às vezes, [o termo nação] é usado a fim de designar uma ampla categoria de pessoas que se presume terem uma cultura comum. Em outros discursos, invoca uma entidade política incorporada a um estado” (BRAH, 2005, p.156, tradução minha)<sup>83</sup>. A autora cita Benedict Anderson (original de 1983) e seu conceito de comunidades imaginadas utilizado para interpretar a construção e desenvolvimento do Estado-nação moderno e o sentimento nacionalista. Anderson (2008) argumenta que o surgimento da nação e do nacionalismo está atrelado à linguagem impressa e disseminada como meio informacional no século XVIII, alegando que “a convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna” (ANDERSON, 2008, p.82).

Brah (2005) explora outras perspectivas de nacionalismo em seu texto – desde Chaterjee (1986) e a diferenciação entre nacionalismo do Ocidente e do Oriente até a concepção de Smith (1991) sobre o modelo cívico e étnico de nação. Entretanto, encontra em vertentes marxistas e neomarxistas, representadas por Pervaiz Nazir (1986) para apresentar o ponto de maior concordância:

A tentativa de chegar a uma definição conclusiva ou teoria geral seria inapropriado... [pois] nenhuma definição universal é possível, e que, em vez de identificar essências, precisamos explorar conjuntos concretos de relações históricas e

---

<sup>83</sup> Trecho original: “At times, it is used in order to designate a broad category of persons who are presumed to have a common culture. In other discourses, it invokes a political entity embodied in a state” (BRAH, 2005, p.56).

processos em que essas ideologias se tornam significativo (NAZIR, 1986b, p. 494-501 apud BRAH, 2005, p.159, tradução nossa)<sup>84</sup>.

O conceito de nacionalismo se encontra entrelaçado com a definição de Estado-nação. Nesse sentido, Ernest Gellner (1983), filósofo e antropólogo social, traz ricas contribuições para antropologia contemporânea acerca dos estudos envolvendo o Estado-nação. O autor explana sobre o princípio político do nacionalismo formado da congruência entre a unidade política e a unidade nacional. Isso seria dizer, em outras palavras, um território em que há convergência étnica e que legitima o poder político por se identificar com ele. O autor, porém, destaca que já ocasiões que isso não acontece, pois nem sempre os limites étnicos coincidem com os limites da nação.

Um exemplo disso é a Síria atual que, em conversas com Amin e por um livro com relato de um refugiado<sup>85</sup>, acabei por saber mais informações. De acordo com tais fontes, assim como outros países do Oriente Médio, a Síria tem seu poder político central divergente em termos étnicos e/ou ideológicos da grande parte da população que lidera. A nação síria é etnicamente diversa, mas sempre possuiu como grupo majoritário a população de conduta sunita (mais de 90%). Entretanto, está sob o comando de Bashar al-Assad, de ascendência alaúita, que constituem apenas 3% da totalidade da nação. Um governo ideologicamente divergente de sua maioria populacional pode acarretar em problemas e revoltas em relação ao próprio poder nacional – o que gera, como é possível de observar na Síria e na eclosão de uma guerra civil constante desde 2011, consequências e danos ao princípio do nacionalismo.

Outra razão pela qual tal princípio político do nacionalismo encontra contestações é pelo fato de não se ter uma unidade política territorial. Além dos “nacionais”, há estrangeiros que residem em um país, o qual não é etnicamente homogêneo. E, a partir disso, o autor une a dificuldade apresentada na definição de nação à dificuldade de conceituar o que é o Estado.

Em nível internacional, apesar das transformações ocorridas em detrimento da emergência do modelo político e econômico neoliberal, o Estado ainda é considerado o mais relevante ator. De acordo com Nogueira e Messari (2005, p.24), a teoria realista das Relações Internacionais argumenta que, de forma simplista, a função do Estado pode ser resumida em dois elementos: a manutenção da paz no ambiente interno e a segurança de seus cidadãos em relação às ameaças da conjuntura externa. O primeiro ponto é justificado pelo que Max Weber

---

<sup>84</sup> Trecho original: “An attempt to arrive at a conclusive definition or general theory would be inappropriate... [for] no universal definitions are possible, and that, instead of identifying essences, we need to explore concrete sets of historical relations and processes in which these ideologies become meaningful” (NAZIR 1986b, p. 494–501 apud BRAH, 2005, p.159).

<sup>85</sup> Parte das informações retiradas do livro “Eu venho de Aleppo: itinerário de um refugiado” (2017).

apelida de monopólio de uso legítimo da força<sup>86</sup>, enquanto o outro, diz respeito à sobrevivência do mesmo e preservação de seus interesses – fato que, na visão de Bobbio (1998, p.935), faz com que os atores almejem expandir poder, isto é, capacidade de influência perante os demais.

A definição de nação, no entanto, é mais complexa que a ideia de Estado. Este, desde os escritos de Weber (1919), é caracterizado por um aparato burocrático visível e estruturado, que limita a atuação e o número de indivíduos em seu interior. A nação, por outro lado, prescinde de homens, já que a mesma é um conjunto de “artefatos produzidos pelas convicções, solidariedade e lealdade dos homens” (GELLNER, 1983, p.19, tradução minha). Sem o engajamento dos homens, não há nação.

Pensar em nação engloba uma gama de fatores e, dentre eles, a coerção e o consentimento (ou vontade). Isso porque a formação e a manutenção dos grupos de diversas naturezas existentes ao longo da história é fruto da combinação de tais elementos. Como salienta Gellner (1983, p.83-84, tradução minha): “A maioria dos grupos duradouros é baseada em uma mistura de lealdade e identidade (sob uma adesão voluntária), bem como estimulantes exógenos, positivos ou negativos, que inspiram esperança e medo”.

Há, também, um fator muito importante atrelado ao debate de formação do nacionalismo: a cultura. Esta, já um pouco debatida em contextos anteriores e definida por Geertz (1989) como um conjunto de valores, crenças e costumes compartilhados por um grupo de indivíduos em um tempo e espaço, é responsável por alimentar a vontade de unidade política. Dessa forma, as sociedades políticas almejam estender suas fronteiras aos limites de suas “culturas padrões”, proteger e impor sua cultura com as fronteiras de seu poder – o que pode ser chamado, com alusão a Bourdieu (1983), de “alta cultura”.

O processo de passagem social que se apresenta ao refugiado em termos culturais e, no geral, ao público imigrante na Alemanha contemporânea é semelhante a um rito de passagem, muito utilizado por Turner (1974) no contexto tribal. Tomando como base Arnold von Gennep (1960), Turner (1974) explana que os ritos de passagem são organizados por meio de três fases: a separação, a margem ou fase limiar e a agregação. Por limiaridade podemos inferir algo que está no limite de dois estados, na fronteira entre duas situações distintas, algo

---

<sup>86</sup> A expressão é advinda do alemão “*Gewaltmonopol des Staates*”, e se refere à definição de Estado sustentada por Max Weber em *A política como vocação (Politik als Beruf)*, conferência proferida na Universidade de Munique em 1918, e publicada em 1919. De acordo com o autor, o Estado é a única entidade que pode se utilizar de arcabouço coercitivo dentro de determinado território. Bourdieu (1996) acrescenta à definição de Weber o termo “simbólico”, como forma de explicar a atuação objetiva do Estado enquanto instituição específica e, concomitantemente, subjetiva no que diz respeito à atuação estatal na formação das estruturas mentais daqueles que dele fazem parte.

que não está completamente lá, mas que também não está em sua totalidade aqui. Gláucia Assis (2002), ao tratar do migrante, também identifica certa limiaridade, visto que, em sua perspectiva, o mesmo está lá e está aqui, não estando por completo em lugar nenhum.

O processo de desprendimento físico de suas raízes sociais e se inserir em um novo ambiente faz com que o refugiado exerça continuamente um papel limiar, visto que ele não abandona por completo o que já fora em prol do que as novas regras sociais, políticas e culturais o fazem viver e agir. É aí, em muitas ocasiões, que se encontra o problema: o que é híbrido, o que é “misturado” e, por isso, diferente, acaba por ser atrelado socialmente à segunda fase do rito de passagem – ou seja, à margem ou limiaridade da sociedade.

Em termos de inserção e inclusão social em um novo ambiente, analiso que há três possíveis reações: a aceitação e incorporação total dos novos padrões e regras, a adoção parcial de elementos da cultura diferente, mesclando com valores culturais originalmente já vividos, e a resistência. A partir de tais reações, são avaliados os níveis de socialização e adaptação dos indivíduos e, conseqüentemente, sua capacidade de ficar no ambiente diferente.

Pelas minhas inserções em campo, mas também vivências pessoais no território alemão, percebo que a resistência não é uma grande possibilidade. Na maioria dos casos, a resistência leva ao isolamento social, e aumenta os riscos de o pedido de asilo ser indeferido. Imaginemos, por exemplo, um refugiado que se recusa a aprender o alemão. Em longo prazo, não conseguirá realizar muitas atividades na nova sociedade, tão pouco sobreviver. Entretanto, no quesito identidade, também é improvável que o estrangeiro aceite todas as regras e condutas proferidas culturalmente no novo país, pois, ainda que seja natural o reconhecimento positivo e a identificação de alguns elementos da nova sociedade, não é possível deixar totalmente para trás o que se é e o que se aprendeu a ser.

O que mais percebo é o meio termo: a adoção parcial de elementos e a mescla. Uma das características mais importantes da cultura é sua dinamicidade, isto é, capacidade de adequação e ressignificação no tempo e no espaço. Em outras palavras, padrões culturais se transformam e, apesar de no caso de estrangeiros, serem considerados inferiores à “alta cultura” política e socialmente propagada, quando readaptadas, conseguem sobreviver.

Um dos grandes exemplos disso é Amin, que vive na mesma WG que o Johannes. Em uma eventualidade, quando o elogiei pelo fato de ele ter traduzido os nomes dos armários da cozinha de cada morador para o alfabeto árabe ele ficou feliz, agradeceu e disse “já aprendi muito com eles (alemães em geral) aqui; queria que eles aprendessem um pouco comigo e de mim”. Isso me mostrou que é assim, nessa interação de estar na Alemanha, porém ainda com valores sírios, é que ele se sente em casa, mesmo que em outra nação.

Falar em nacionalismo na Alemanha é um assunto delicado. A palavra em si já compreende uma gama de elementos e símbolos que, no caso alemão, possui um peso histórico que as gerações posteriores à Segunda Guerra Mundial carregam. Como Barth (2000) assinala, cada grupo possui seus sinais diacríticos, que funcionam como marcadores de diferenças em processos interativos. Algumas culturas possuem símbolos comportamentais parecidos, mas que são interpretados de maneiras adversas. O fato de, por exemplo, estender a mão em formaturas em sinal de fidelidade à profissão no Brasil, pode ser passível de detenção e multa na Alemanha, por remeter a um sinal popularmente utilizado pelo nacional-socialismo. Compreender tais sinais é importante para a interação com esse meio, mas é imprescindível alçar interpretações para além, no intuito de entender suas raízes.

#### **4.3.2 Nacionalismo, Populismo e Xenofobia**

Em união com a Ciência Política, Tzvetan Todorov (2016) complementa a visão da teoria democrática, trazendo elementos da contemporaneidade que contradizem seus princípios gerais. Porém, antes de adentrar de fato na argumentação do pensador, é necessário analisar o que é democracia. O Dicionário de Política de Norberto Bobbio é muito eficaz para a explicação dos principais conceitos da Ciência Política, bem como sua origem e utilização ao longo da história, nesse sentido, voltando-se um pouco para a tradição política, democracia pode ser conceituada em três importantes vertentes do pensamento:

*a) a teoria clássica, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de Governo, segundo a qual a Democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos; b) a teoria medieval, de origem romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior; c) a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga Democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia), onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o Governo genuinamente popular é chamado, em vez de Democracia, de república (BOBBIO, 1998, p.319-320).*

Isso corresponde ao que Todorov explana no primeiro capítulo do livro *Los enemigos íntimos de la democracia* (2016) sobre o poder pertencente ao povo<sup>87</sup> e a ideia de liberdade inferida do conceito de democracia – sobretudo frente aos desafios enfrentados pelo modelo político no decorrer do século XX. De fato, no século passado os ideais democráticos foram utilizados contra potências imperiais na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), governos totalitários na segunda (1939-1945), contra governos ditos comunistas no contexto da Guerra Fria e, como se não bastasse, o início do século XXI e o atentado de 11 de setembro de 2001 apresentaram um novo desafio à democracia: o novo “inimigo”, o islamismo integralista, “chamava à guerra santa contra todas as democracias, começando pelos Estados Unidos” (TODOROV, 2016, p.8, tradução minha). É nítido perceber os inimigos externos que um país com governo democrático tende a enfrentar. Entretanto, quando seus maiores riscos se encontram em seu interior e ainda se definem enquanto democráticos e defensores da liberdade, é que os maiores problemas passam a existir. E é justamente este o ponto analisado por Todorov, por meio de elementos domésticos dos Estados que se constituem nos inimigos íntimos da democracia.

No capítulo “Populismo e Xenofobia” nos atenta para um lado ideológico que acaba por deturpar o pensamento democrático dos países – sobretudo quando se trata da Europa atual e a ressignificação ideológica de fronteiras e identidades contra os imigrantes. Os países europeus, ao longo da idade moderna, tiveram migrações que simbolizaram a solução para diversos desafios, como fome, guerras e crises econômicas, o que faz com que seus territórios sejam marcados por diferenças culturais. No entanto, desde o 11 de setembro de 2001, há emergência de um populismo que enrijece as fronteiras do Estado nacional e defende uma homogeneidade de padrões culturais, que se resume em práticas xenofóbicas que têm encontrado um alvo principal: o imigrante islâmico. De fato, “o islã é o inimigo número um não só da Europa, mas de todo o mundo” (TODOROV, 2016, p. 146).

Ferreira (2013) abre discussão sobre o uso do lenço islâmico em países europeus como a França que, em julho de 2010, passou a proibir a burca e o *niqab* em ambientes públicos. Os motivos levantados para tal proibição foram a questão da segurança frente à ligação do lenço ao terrorismo e um respeito à tradição e aos costumes da sociedade francesa no que diz respeito às mulheres. Entretanto, para além do pensamento ocidental de que a ausência do véu seria sinônimo de emancipação, Ferreira (2013, p. 186) chama atenção para um relevante fato

---

<sup>87</sup> Rousseau em *Do contrato Social* (original de 1762) teoriza sobre a república e a soberania do povo. Essa, segundo ele, possui quatro características essenciais: a soberania é inalienável, indivisível, infalível e absoluta (no sentido de não existir meio termo).

que mostra a importância da reivindicação pelo adereço: “este é um produto da ‘escolha livre’ das mulheres e uma evidência de sua ‘libertação’ da hegemonia dos códigos culturais ocidentais”. O que as reflexões de Ferreira (2013) apontam é que, em contextos recentes – sobretudo desde o 11 de setembro – discursos de proteção, autonomia e salvação começaram a ser incluídos em países com longa tradição democrática do ocidente, como forma de mascarar o verdadeiro desacordo não só com determinadas vestimentas, mas visões de mundo e padrões culturais.

O populismo atual aparece como deturpação dos ideais democráticos. Na teoria clássica de Aristóteles, a degeneração da democracia (em Aristóteles, denominada “politeia”) corresponde à demagogia. Essa, segundo Bobbio (1998, p.318),

[...] não é propriamente uma forma de Governo e não constitui um regime político, é, porém, uma praxe política que se apoia na base das massas, secundando e estimulando suas aspirações irracionais e elementares, desviando-a da sua real e consciente participação ativa na vida política (BOBBIO, 1998, p.318).

É um fenômeno antigo, mas “acentuou-se particularmente no nosso século [XX] com o advento e o desenvolvimento da sociedade industrial e com o conseqüente aparecimento na cena política do papel determinante das massas e a crise das democracias liberais” (BOBBIO, 1998, p.319). O nacional-socialismo alemão representado pelo regime nazista vigente por 12 anos (1933-1945) é um desses exemplos e, como a história nos mostra, fazendo menção a Fassin (2013), esse foi muito mais atrelado a práticas hostis do que de hospitalidade.

Todorov (2016) explica de uma forma mais simples que a demagogia atrelada ao discurso populista da contemporaneidade identifica preocupações comuns em determinada população e, para aliviá-las, propõe soluções fáceis de entender, mas impossíveis de aplicar. Difere-se da ação democrática, pois “o democrata está disposto a intervir em favor das minorias do país em nome do interesse geral, enquanto o populista prefere se limitar às certezas da maioria” (TODOROV, 2016, p. 150, tradução minha)<sup>88</sup>.

O populismo não é baseado em uma escolha racionalmente pensada, mas no medo em que as possibilidades ao seu redor apresentam. E apesar de não possuir posicionamento político definido, atualmente percebemos que o elemento é atrelado à posição xenófoba e nacionalista da extrema direita – os quais, para além da liberdade individual, defendem, acima de tudo, a identidade nacional.

---

<sup>88</sup> Trecho original: “El demócrata está dispuesto a intervenir en favor de las minorías del país en nombre del interés general, pero el populista prefiere limitarse a las certezas de la mayoría” (TODOROV, 2012, p.150).

Falar em identidade nacional é acender um debate reflexivo em torno da cidadania nacional. Todorov (2016), enquanto imigrante búlgaro na França, traz seu exemplo pessoal de que, para além da aprendizagem dos códigos culturais franceses, o processo de se tornar francês passou pela concessão da cidadania pelo Estado. Ser francês, italiano, britânico ou alemão é um processo majoritariamente burocrático, mas socialmente falando, envolve uma série de padrões e condutas que aquela nação propaga enquanto identidade cultural. Adquirir uma nova identidade cultural, diferentemente do que é se tornar nacional de fato, “é um processo que pode durar indefinidamente” (TODOROV, 2012, p.155).

O caso do populismo alemão da atualidade, para além dos demais abordados no texto de Todorov, é o que mais chama atenção. Identificado, sobretudo, na última eleição federal de 2017 pelo crescente número de votos recebidos pelo *Alternative für Deutschland* (AfD), partido populista de direita com pautas eurocêntricas e anti-imigração, a nova mentalidade alemã é mais um alerta global que uma alternativa de solução. É verdade que alguns países do globo estão em um movimento parecido – e alguns vizinhos da Alemanha, como Hungria e França, possuem atualmente tendências populistas emitidas pelo próprio governo. O fato é que a Alemanha já viveu isso em um passado relativamente recente, e a nação, assim como o escopo europeu e grande parte do globo, pagaram o grande e desumano preço. E, mesmo diante de todas as consequências que isso já acarretou, há pessoas no território alemão amantes do populismo, do nacionalismo exacerbado e de uma Alemanha só para alemães aspirando a um cargo político e tendo apoio crescente de suas ideias, é um grande risco.

Isso se mostrou perceptível em uma situação vivenciada na Alemanha, em que, estando lá, em novembro de 2020, um documentário jornalístico transmitido pela Arte, rede de telecomunicações famosa na Alemanha, teve como temática um novo grupo de extrema direita crescente: o *Der dritte Weg*<sup>89</sup>. Traduzido para o português como “O terceiro Caminho”, o grupo – já conhecido como partido político – nasceu em 2013 por ex-membros do NPD, o Partido Nacional Democrático. É abertamente autoconsiderado um grupo neonazista e tem como principal pauta uma Alemanha somente para alemães. O *Der dritte Weg* foi organizado no leste alemão assim como AfD, mas, diferentemente do último, foi fundado no sudoeste do país, em Heidelberg, Baden-Württemberg. Esse é um dos estados que mais acolhem refugiados e que coincide em ser a região em que Freiburg está localizada. De acordo com o

---

<sup>89</sup> O documentário foi transmitido em 16 de novembro de 2020, e se encontrava disponível até 14 de fevereiro de 2021 no website do Arte. Link: <https://www.arte.tv/de/videos/098419-001-A/re-militant-und-rechtsextrem/> Acesso em 3 de fevereiro de 2021.

documentário que acompanhou o grupo por três meses em 2020, eles possuíam na época quase 600 membros espalhados em 20 sedes.

A união de elementos nacionalistas à política partidária é identificada por Hobsbawn (1990) em uma análise sobre nações e nacionalismo de diferentes países – especialmente os que possuem movimentos separatistas, como o caso espanhol da Cataluña. Nesse sentido, o autor (1990, p.202) afirma que “partidos e movimentos especificamente compromissados com um programa ‘nacionalista’, a maioria deles separatista, parecem ser a expressão de interesses minoritários ou delimitados setorialmente, ou ainda serem politicamente instáveis e vacilantes”. O fato é que a Alemanha contemporânea é composta por população de estrangeiros. Longe do ideal hitleriano do século passado de raça ariana pura, ou até mesmo do senso comum, imigrantes sempre foram uma opção no solo alemão – especialmente para a reconstrução da economia que o próprio Hitler com suas ideias intangíveis destruiu. Atualmente a Alemanha se constitui na nação mais poderosa da União Europeia, com uma sociedade diversa e que, por isso, se diz multicultural. Na verdade, em consonância como a argumentação pós-moderna de Bhabha (1998) a Alemanha não é multicultural, mas comporta diferentes culturas, pois elas não coexistem de maneira igualitária: a cultura alemã é preponderante e mais aceitável em termos legítimos que todas as demais.

Atualmente, como se percebe em Todorov (2012), o discurso da multiculturalidade tem sido substituído pelo fortalecimento da identidade nacional, correlacionado ao banimento de estrangeiros, refugiados e imigrantes. Entretanto, longe de toda a discussão feita pelo autor sobre o enfraquecimento nacional – sobretudo intelectual – que a visão populista crê que a diversidade cultural pode causar, na contemporaneidade, o medo do multiculturalismo há nome e direção: o imigrante islâmico.

O medo, desde o estado de natureza hobbesiano presente no *Leviatã* (2014), é um sentimento que surge da insegurança humana. A falta de segurança é atrelada a possibilidade de não conquista daquilo que se almeja. No caso do populismo, o que está em jogo para aqueles que o pregam, é a bonança, a segurança e o bem-estar. Estes, ditos serem gerais, mas, verdadeiramente, ascenderem de motivações individuais, prescindem de um elemento: a manutenção de seus padrões culturais. A violação ou a transformação deles gera incerteza, e um risco que o populista não está disposto a pagar. Por esse motivo, o cálculo populista é simples: diminuir os riscos antes que as incertezas aumentem. O problema real é quando este cálculo tenta ser aplicado, sendo incluído em teorias e ações xenofóbicas e de não aceitação do outro enquanto também possuidor de um padrão cultural que lhe transmite uma espécie de bem-estar.

Até o momento, o populismo, ainda que crescente em setores da sociedade, não atingiu radicalmente o poder central alemão. É verdade que os chefes de governo possuem condutas apontadas como conservadoras, mas ainda sim, abertas a políticas de acolhida de refugiados do Oriente Médio – como mostrou Merkel em final de agosto de 2015. Isso, no entanto, não é sinônimo de multiculturalidade.

O termo multiculturalidade é subentendido em Malik (2005) por equidade, podendo ser visto na prática pela coexistência de culturas em um mesmo espaço e tempo de maneira harmônica e equilibrada. Como já dito acima, a Alemanha possui um grande número de estrangeiros e atualmente abriga refugiados muçulmanos. Entretanto, não a vejo como multicultural. Um dos exemplos disso é o emprego de termos como “adaptação” e “integração” tanto pelo diretor do centro Kappler Knoten na entrevista como circulantes na sociedade alemã. Apesar de juridicamente legítimos, como mostrado no capítulo anterior, são eticamente problemáticos quando se trata de pessoas com uma bagagem cultural prévia que se deslocam para outro ambiente. Por “adaptação” se compreende “mudança” de algo ou alguém para outro diferente (ADAPTAÇÃO, 2020). Infere-se que, aquele refugiado que chega ao território alemão, deve se reorganizar de maneira tal que seu jeito primeiro de ser seja transformado e ajustado em alguém que ele culturalmente não é – isto é, um alemão. A expressão exerce uma violência simbólica (BOURDIEU, 1996) ao que me parece, que se levada a cabo, pode acarretar em consequências negativas.

Um refugiado, um imigrante ou qualquer ser humano que passa de um ambiente cultural para outro, não se adapta, ele se insere. Isso quer dizer que ele adquire novos padrões culturais e relaciona com os quais já possui. A Alemanha, assim como as diversas nações que temos no globo, possui uma “cultura padrão”, a qual garante maior bem-estar aos alemães. Há, também, culturas periféricas, marcadas por grupos étnicos que carregam sua origem para onde quer que vão – mesmo estando quilômetros de distância de casa. Elas estão em diferentes níveis e influenciam a sociedade diferentemente que a cultura principal – e por isso talvez a diferença cultural de Homi Bhabha (1998) seja a expressão que melhor caracteriza o fenômeno. Mais tarde tal disposição propicia o hibridismo, isto é, a união de valores culturais diferentes pelo “empréstimo” de elementos umas das outras, algo que Clifford (1988) denomina inventividade. É o que podemos concluir da introdução de padrões culinários turcos na Alemanha, fruto da imigração – ou até mesmo pela tradução para o alfabeto árabe dos nomes dos integrantes da WG do Johannes por Amin. O que não pode ocorrer é o desrespeito e a exclusão, ou até banimento de determinado grupo cultural por viverem os valores – principalmente por parte da máquina burocrática e administrativa do Estado que, enquanto

democrático, defende suas minorias a fim de promover o bem estar do maior número de pessoas possível.

#### 4.4 A VISÃO SOCIAL DO REFÚGIO EM FREIBURG

Nesse contexto de diferença cultural e até mesmo de não aceitação de outros grupos étnicos, encontro outro motivo – para além da questão estatal – que revela a importância da atuação de organismos não governamentais na cidade de Freiburg. Freiburg, enquanto espaço de análise, também carrega um acontecimento que faz com que a acolhida humanitária da DRK seja importante e muito necessária.

Como já mencionado no capítulo anterior, o centro Kappler Knoten foi inaugurado em outubro de 2016, pela demanda de um local que fornecesse boas condições para que solicitantes de asilo ou já com o status de refugiado recém-chegados à cidade pudessem habitar. Neste mesmo mês, uma fatalidade que chocou não somente a cidade, como também o país inteiro, ocorreu, em uma distância relativamente curta da casa estudantil dos Johannes e, conseqüentemente, da DRK. Entretanto, tal informação não veio até mim como algo evidente ou até mesmo em um momento destinado ao campo de pesquisa, mas em uma conversa trivial durante um jantar com a irmã do Johannes, a qual vive há mais tempo em Freiburg. Desconsiderando o laço de afeto já existente por conta do Johannes, “essas ocasiões propiciam a única ‘ponte’ disponível para que haja empatia entre o forasteiro e o nativo; elas ‘humanizam’ o primeiro ao tornar seus problemas tão imediatamente compreensíveis que qualquer um poderia se identificar com ele” (WAGNER, 2007, p.32).

O caso Maria Ladenburger ocorreu em 16 de outubro de 2016. Em outras ocasiões, este já havia se feito presente em conversas e até em meu campo de visão – visto que, no caminho para o centro da cidade partindo da residência estudantil do Johannes percorrido por mim muitas vezes, é possível encontrar uma homenagem no local de sua morte. Em realidade, Maria residia no edifício para estudantes que atualmente Johannes mora, e o mesmo havia me comentado sobre o assunto. Entretanto, somente quatro anos depois, quando o aniversário de morte foi lembrado em veículos de comunicações, é que compreendi o quanto isso não poderia ficar de fora da análise de pesquisa. E, não obstante, a irmã do Johannes me transmitiu o impacto empírico da fatalidade na cidade. Anotei em meu diário de campo que:

Ao comentar sobre sua chegada como estudante em Freiburg, em final de outubro de 2016, a irmã do Johannes admitiu medo da cidade nas primeiras semanas. De acordo com ela, um crime de estupro e assassinato havia ocorrido na semana anterior às margens do rio [Dreisam], e suspeitos ainda não haviam sido identificados naquela

ocasião. Assim como ela, muitas meninas necessitadas de trafegar de bicicleta nas localidades do rio ao escurecer, algo antes considerado seguro, se sentiam com muito medo de terem o mesmo destino de Maria Ladenburger. Mais tarde, em dezembro, foi decretada a prisão do suspeito e, com isso, Freiburg ficou aliviada, mas, ao mesmo tempo, apreensiva e de opinião dividida. Isso diz respeito ao fato de o suspeito – atualmente culpado e condenado à prisão perpétua – ser um solicitante de asilo vindo do Afeganistão, algo que fez com que a população de Freiburg refletisse sobre os possíveis limites de toda a política de acolhida a refugiados que estava ocorrendo na cidade. Maria, inclusive, era conhecida por ser defensora da causa. [Diário de campo, 29.10.2020]

O assassinato de Maria Ladenburger foi, talvez, um dos crimes mais hediondos presenciados pela cidade, por toda a construção existente por trás disso. Atualmente, sabe-se que Hussein Khavari, perpetrador, pedira asilo na Grécia em um primeiro momento, onde cometera outro crime. Por ter mentido seu ano de nascimento, foi-lhe concedido anistia por ser considerado menor de idade. Com isso, mesmo que ilegalmente, acabou migrando para a Alemanha em novembro de 2015, solicitando um segundo asilo que, na época do crime de Maria, estava no processo de análise. É possível inferir que houve uma falha de identificação do sistema europeu de dados (Eurodac), pois seu pedido de asilo não poderia ter sido computado pelo Estado alemão se a este fosse acusado que Khavari já teria passagem pelo sistema grego – e que, além disso, teria sido réu no país. Porém, para além do erro burocrático e do caso isolado de Khavari, o acontecimento deixou marcas de insegurança em Freiburg acerca do público refugiado no geral. Uma das reportagens analisadas no estudo de Ferreira e Melo (2020) é sobre tal crime, e retrata o refugiado enquanto “*Flüchtlingsbestie*”, isto é, refugiado monstro. Apesar de ser destinada ao fato em específico, a metáfora em questão é responsável pela construção de um *frame* que convida a população alemã a ver os refugiados como criminosos no geral.

Em reportagens por mim analisadas, protestos organizados ocorreram na eventualidade, especialmente militantes locais do AfD que atribuíram a fatalidade à política de acolhida da chanceler alemã, Angela Merkel. Esses foram rebatidos com demonstrações contrárias ao partido, mas, com toda certeza, a partir do acontecimento começou a surgir um movimento interior de maior defesa ao que alemães chamam de “*Heimat*”, isto é, lar. Na interpretação de alguns, como vimos acima, isso simboliza a exclusão de todo e qualquer tipo de outra nacionalidade ou expressão cultural diversa no país<sup>90</sup>.

<sup>90</sup> Para além da narrativa da população alemã sobre o assunto, as informações aqui trazidas se encontram disponíveis em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38234377>>, <https://www.dw.com/pt-br/um-crime-abala-a-liberal-e-receptiva-freiburg/a-36652690>, <https://www.badische-zeitung.de/fall-maria-l>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

Figura 21 - Montagem de fotos do local de homenagem a Maria Ladenburger, no qual seu corpo foi encontrado



Fonte: Johannes Müller (março de 2021)

Em meio a tal panorama, o centro Kappler Knoten da Cruz Vermelha Alemã surgiu, no intuito de atender os solicitantes de asilo não somente em termos de proteção em relação ao ambiente em que anteriormente estavam – mas, especialmente, da errônea visão que a segmentos da sociedade alemã presente em Freiburg poderia desenvolver deles.

#### 4.4.1 O contraponto na sociedade de Freiburg

Ao analisar questões culturais na Alemanha contemporânea, Fuchs et al. (2020) aborda não somente sobre elementos conhecidos tradicionalmente como de diferenciação (tais como idioma, religião e vestimenta), mas também sobre níveis de dissimilitude. Entretanto, para que isso seja notável, os autores (2020, p.3, tradução minha)<sup>91</sup> focam sua argumentação em três questões valorativas, que por vezes não visíveis: “[...] Primeiro, os valores democráticos liberais como expressões da concepção e satisfação de um indivíduo com uma ordem política democrática. [...] Em segundo, inclui o secularismo em oposição aos valores

<sup>91</sup> Trecho original: “[...] First, liberal democratic values as expressions of an individual’s conception of and satisfaction with a democratic political order. [...]Second, it includes secularism as opposed to religious values. [...]Third, it includes gender equality values” (FUCHS et al., 2020, p.3).

religiosos. [...] Terceiro, inclui valores de igualdade de gênero”. Nesse sentido, quanto maior a distância cultural entre duas sociedades por base nesses três elementos, mais difícil o processo de aceitação entre elas. Isso explica quão difícil é para um refugiado de etnia árabe e religião muçulmana, por exemplo, vivenciar a Alemanha como um lar, e a sociedade alemã acolhê-lo sem exercer, direta ou indiretamente, alguma reivindicação pelo seu próprio modo de ser. Entretanto, em um espaço destinado e aberto a compreender ambos as partes, isso se torna mais fácil.

Apesar do olhar crítico já exposto em relação à atuação humanitária de organismos não governamentais atrelada à lógica identitária e de expectativas acerca do público refugiado, o centro Kappler Knoten desempenha um papel relevante enquanto espaço de liberdade étnica. Creio que é justamente nessa transformação de um não lugar para um lugar que as organizações de acolhida humanitária entram na questão do refúgio, permitindo que o refugiado e sua originalidade cultural também sejam acolhidos e ganhem espaço na sociedade alemã. Nas palavras de Agier (2006, p.211), encontro que:

De fato, o espaço vivido dos refugiados é *a priori* um não-lugar e um *vazio* no plano sociológico e político, mas este é preenchido de relações – as mesmas que são criadas pela intervenção humanitária e pela formação dos espaços-tempos dos refugiados. Em outras palavras, se quisermos ver com justiça toda a complexidade da situação dos refugiados, não podemos associar exclusivamente a questão dos direitos políticos à da inscrição nacional. Nestes tempos de mundialização, outros espaços podem ser os lugares da existência política. A problemática dos refugiados, desse ponto de vista, é exemplar.

Em minha segunda inserção em campo, ao retornar de um passeio realizado com a Menina 4 e a Menina 5, enquanto o pôr do sol ocorria pelo caminho de volta que percorríamos, membros de famílias moradoras do centro Kappler Knoten expunham suas grelhas e iniciavam o fogo. O pai da Menina 4 era uma dessas pessoas. O fato me chamou atenção, visto que me remeteu a um tipo de jejum e, em meu entendimento, dezembro não era o período do Ramadã<sup>92</sup>, único momento em que sei que jejuns do nascer ao pôr do sol acontecem. Posteriormente Amin me explicou que algumas ramificações islâmicas também realizam jejuns em tal época do ano, sobretudo que vivem na Europa atualmente. Em minha compreensão lógica, talvez seja porque dezembro é o mês em que se tem menor quantidade

---

<sup>92</sup> O Ramadã, de acordo com Amin, é um momento de profunda reflexão interior. A tradição muçulmana é muito relacionada ao ciclo lunar, tendo também calendário diferente do romano que, tradicionalmente conhecido pelo Ocidente. A lua nova do nono mês do calendário muçulmano marca o início do período de jejuns e orações que ocorrem diariamente, do nascer ao pôr do sol, até a lua nova seguinte. Em outras palavras, no Ramadã não se come e, em alguns casos, não se bebe durante a luz do dia.

de horas de sol em países europeus, o que faz com que os jejuns também tenham tempo reduzido. Porém, não tive a possibilidade de comprovar tal hipótese.

O que eu pude inferir da simples observação foi uma espécie de comunidade que permite a partilha e vivência de valores que anteriormente tais grupos étnicos já possuíam. Por mais que elementos possam ter sido adaptados às condições climáticas do ambiente – como alguns dos períodos de jejum fora do Ramadã, o sentimento de estar em casa prevalece. Nesse sentido, locais como o centro Kappler Knoten operam como promotores da *agency* dos refugiados frente à sociedade alemã (ORTNER, 2007) enquanto protetores da expressão de elementos culturais, que traz conforto para que o público refugiado vivencie também suas tradições, remetendo a um sentimento de estar em casa. Como mostra Agier (2006, p.213):

Os deslocados e refugiados cessam de sê-lo não quando retornam “para suas casas”, mas quando lutam como tais por seu corpo, sua saúde, sua socialização: cessam então de ser as vítimas que a cena humanitária implica para se tornarem os sujeitos de uma cena democrática que eles improvisam nos lugares onde estão.

O espaço de organismos não governamentais como Kappler Knoten também exercem, ao senso comum, a função de centro educativo, auxiliando na incorporação de regras e valores alemães. O fato se apresenta como elemento positivo para a sociedade local que, apesar de sofrer influência e influenciar os rumos políticos de aceitação de refugiados, considera que organismos não governamentais auxiliam refugiados a se sentirem confortáveis com os padrões culturais alemães de maneira mais rápida. Em termos mensuráveis, Kappler Knoten percebe a inserção de seus moradores à sociedade na medida em que se mudam e vão viver em outros locais, os quais contam com maior autonomia e união com o público alemão. De acordo com o diretor do centro, de 200 moradores que hospedam desde outubro de 2016, 100 já fixaram residência em outro ambiente, seja ele um alojamento com mais espaço ou um lugar privado. Isso significa que metade obteve sucesso quanto sua permanência em território alemão – enquanto outros 50% ainda negocia sua bagagem cultural do passado às demandas da nova sociedade.

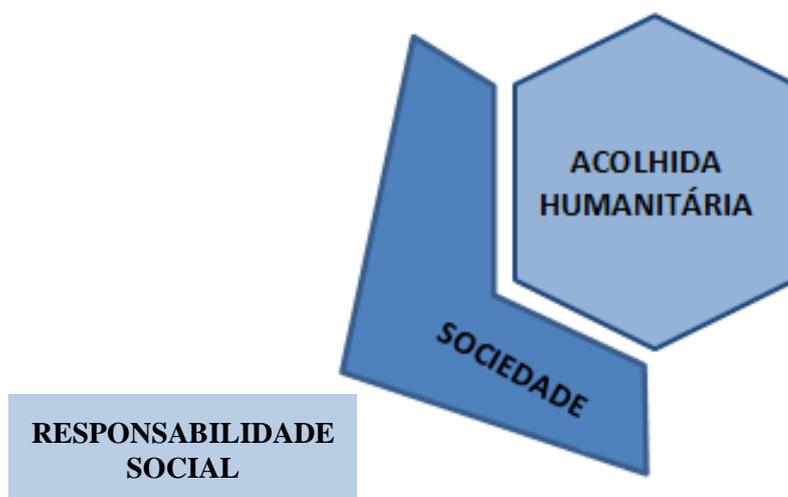
Os refugiados com maior permanência na Alemanha seguem, sim, uma lógica esperada pela sociedade e pelo Estado, e organismos não governamentais atuam, em parte, por tal processo. No entanto, isso não significa que tiram deles suas próprias características. O fato de 100 pessoas morarem desde o período inicial no centro Kappler Knoten pode não ser o ideal aos olhos do Estado e da sociedade, mas remete um respeito pelo processo dos refugiados. Alguns não se mudam por falta de interação social; outros, pelo simples desconforto que pessoas da sociedade podem fazer com que vivenciem. O diretor comentou

que os outros três dormitórios administrados pela DRK Freiburg são mais antigos e abrigam pessoas por muito mais tempo – não só refugiados, mas imigrantes no geral. Isso implica dizer que organismos não governamentais de assistência humanitária atuam como um meio termo, permitindo que sujeitos que neles se hospedam tenham conforto cultural necessário e seu tempo individual de vivenciar a Alemanha como um lar.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

O presente capítulo teve como objetivo analisar a visão local da sociedade alemã em relação ao refúgio atual, e o quanto o centro Kappler Knoten atua no processo de aproximação das diferentes visões de mundo. Tendo como base o conceito de asilo desenvolvido pelo arcabouço teórico de Fassin (2013) e as situações empíricas vivenciadas tanto no ambiente alemão quanto na cidade de Freiburg, percebeu-se a importância de organismos não governamentais também para a preservação das características étnicas dos grupos que buscam asilo na Alemanha. O debate político e do nacionalismo se torna um importante ponto de análise no cenário atual, vide a parte da sociedade que se apresenta contrária às políticas de acolhida atuais. Isso se torna uma questão em aberto, pois respostas serão elucidadas somente com as próximas eleições no segundo semestre de 2021. No entanto, para os solicitantes de asilo que já se encontram em território alemão, o papel de locais como o Kappler Knoten, os quais são atrelados à sociedade civil, são reconhecido pela mesma por conta da finalidade educativa da população acolhida que organismos não governamentais trazem.

Figura 22 - Relação entre a acolhida humanitária de entidades não governamentais e a sociedade



Fonte: Elaboração própria



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todos os pontos e argumentações apresentados, as considerações finais trazem um apanhado de tudo, bem como ressalta a importância da acolhida humanitária para uma melhor inclusão das populações em mobilidade.

Em primeiro lugar, faz-se necessário lembrar o *insight* pelo qual a ideia da pesquisa surgiu: uma situação empírica que suscitou curiosidades, mas também preocupação sobre o refúgio e as possibilidades de acolhida que poderiam ser encontradas na sociedade alemã. Isso pelo alto número de deslocados e solicitantes de asilo que entravam na Alemanha na eventualidade de 2016, pela situação de urgência que a acolhida deles em território alemão suscitava (JAMES, 2017) e pelo fato de ser algo que todos viam, sendo crucial refletir sobre isso (BOURDIEU, 1989). Afinal, como operava (e, em parte, ainda opera) a acolhida de refugiados e solicitantes na Alemanha? Quem eram os atores envolvidos? Em meu entendimento prévio, além do governo e da questão burocrática, outras entidades mais próximas à sociedade civil lidavam com os delineares práticos da acolhida, e foi percebendo isso que pude chegar a organismos não governamentais. Entretanto, para que eu também pudesse refletir sobre, necessitei de uma migração das Relações Internacionais para as Ciências Sociais, de uma ciência mais positivista e sistêmica a outra mais aberta e com outras possibilidades e métodos de análise. Nessa, é destacada a vertente hermeneuta de pensadores como Weber (2006), Roberto Cardoso de Oliveira (2000) e Geertz (1989), que foi primordial para a elaboração do objeto de pesquisa e a maneira com que ele foi abordado. Ademais, a perspectiva hermeneuta (e também reflexiva) auxiliou na compreensão e reflexão do meu papel em campo e de como eu era vista pelos demais e por mim mesma, enquanto mulher brasileira, jovem, negra e pesquisadora, estrangeira em ambiente alemão, mas ao mesmo tempo com vínculos afetivos em relação a ele. Perceber tais características foi crucial para a disposição do campo de pesquisa e as eventuais negociações e trocas que nele ocorreram.

Em termos metodológicos, as mudanças sociais decorrentes da pandemia do COVID-19 provocaram transformações na pesquisa. Isso afetou tanto o acesso a bibliografias físicas da UFSM com importante respaldo na temática quanto e, sobretudo, no desenrolar empírico da pesquisa de campo no centro Kappler Knoten da Cruz Vermelha, localizado em Freiburg, cidade ao sudoeste da Alemanha. Nesse sentido, a etnografia virtual de Christine Hine (2000) veio como uma alternativa de dar continuidade à pesquisa por outros meios e pela utilização de outro instrumento principal na era contemporânea: a internet. Esta se mostrou uma importante aliada quando a terceira inserção no centro Kappler Knoten se mostrou

improvável, o que também fez com que o trabalho seguisse um rumo de discussão que passou a incluir mais aspectos acerca da sociedade alemã, terceiro elemento vinculado à questão da acolhida humanitária.

Tendo como base que a acolhida prestada por entidades não governamentais como o centro Kappler Knoten, a qual envolve o indivíduo que se desloca, o Estado que o recebe e a sociedade na qual ele se estabelece, os objetivos específicos foram vinculados a tais pontos de análise, sendo o fio norteador do desenvolvimento dos capítulos.

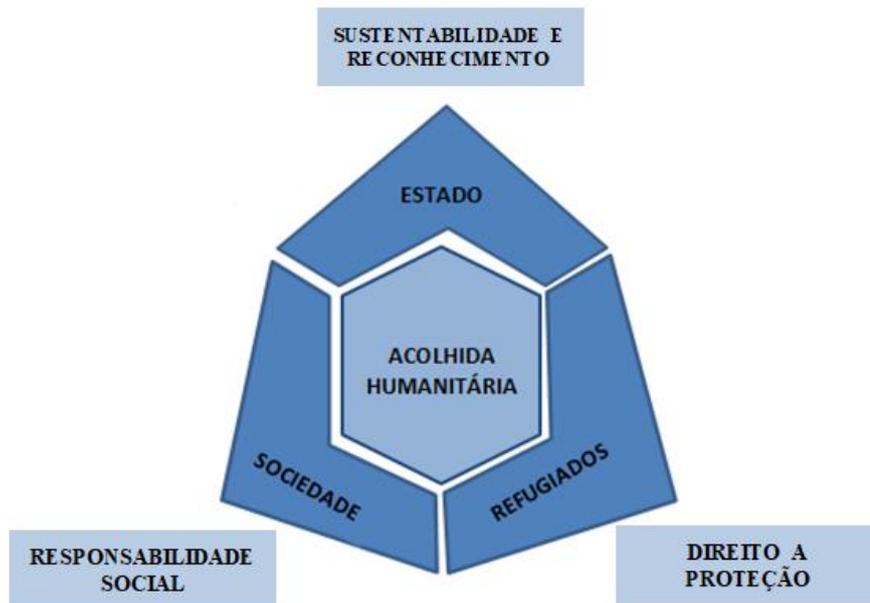
O capítulo 2, nomeado “Do Brasil à Alemanha, das Relações Internacionais às Ciências Sociais: o despertar de uma pesquisa internacional e interdisciplinar” foi responsável por apresentar a vinculação estatal em relação à acolhida humanitária. Por meio dos pressupostos do problema de pesquisa, foi baseado no Direito Internacional, no Direito da União Europeia e nas diretrizes alemãs acerca do refúgio, ressaltando a burocracia atrelada à trajetória que transforma um indivíduo em refugiado, mas também a importância de organismos não governamentais pela limitação estatal frente a todas as tratativas empíricas de acolhida. Nele consta minha trajetória de descoberta do campo, mas também do ambiente de pesquisa das Ciências Sociais – bem como os passos burocráticos que, no caso alemão com seu órgão federal (o BAMF), marcam a transformação de um indivíduo em refugiado (WEISS, 2018). A parte final do capítulo apontou, no entanto, que o Estado ocidental sofreu transformações na contemporaneidade, e que, com o marco da globalização, novos atores de ordem não governamental surgiram na esfera internacional tomando responsabilidade por nuances agora não mais alcançadas pela entidade estatal. É justamente nisso que se compreende a atuação da Cruz Vermelha e, de forma local, do centro Kappler Knoten da cidade de Freiburg.

O terceiro capítulo, cujo título é “Na busca por um lar: dos processos burocráticos para a realidade do refugiado e a questão da acolhida”, abordou a relação entre o indivíduo deslocado e o centro Kappler Knoten estudada, e trouxe as principais funções da instituição, bem como a forma com que ela tem lidado com a agenda de acolhida e integração local de refugiados. Para isso, o capítulo tomou como base pontos dos direitos humanos (BRAGATO, 2010), como o direito a proteção, para trazer questões sobre as duas inserções em campo – sendo que a última dela contou com a entrevista semiestruturada com o diretor do centro Kappler Knoten e um contato direto com os moradores do ambiente. A partir daí, mas também pela luz teórica de autores como Ahmed (2014), foi possível compreender as ações empíricas de acolhida humanitária e sua divergência em relação à assistência, característica pela qual a Cruz Vermelha tem sido globalmente conhecida ao longo de sua história de

atuação, e até mesmo criticada. Tal diferenciação auxiliou em uma visão mais eficiente do trabalho prestado por tal escritório local da instituição que, apesar de estar incluído em uma lógica de expectativas esperadas pelo Estado alemão, desempenha um papel insubstituível na garantia de elementos envoltos no direito à proteção que a pessoa refugiada ou solicitante de asilo recebe.

Já o capítulo na sequência, intitulado “A passagem para a sociedade: a Alemanha contemporânea e a visão do refúgio dentro dela”, trouxe reflexões mais abertas, com o objetivo de analisar a visão local da sociedade alemã em relação ao refúgio atual em uma discussão sobre identidades e nacionalismo, e o quanto o centro Kappler Knoten auxilia (ou não) no processo de aproximação das diferentes visões de mundo, ou até mesmo na preservação das especificidades dos grupos étnicos que chegam. As vivências e contatos obtidos com a sociedade alemã foram primordiais para as discussões do capítulo, bem como as percepções de que a Alemanha de 2015 que decidira estar de portas abertas à acolhida de refugiados possui, no contexto atual, uma sociedade controversa em relação e isso. Nesse sentido, autores como Fassin (2013) e a questão hospitalidade-hostilidade, Elias e Scotson (2000) e a definição de *outsiders*, Todorov (2012) e os elementos em torno do nacionalismo, Barth (2000) e os sinais diacríticos, entre outros, auxiliaram na compreensão do relevante papel de organismos não governamentais como o centro Kappler Knoten desempenham em relação à sociedade, isto é, de educação de refugiados e solicitantes sobre elementos presentes na sociedade em questão.

Figura 23 - Relação entre a acolhida humanitária de entidades não governamentais com os três elementos que com ela se relacionam



Fonte: Elaboração própria

No sentido às considerações finais de cada capítulo e o elemento nele mais fortemente apresentado, podem-se inferir conclusões. Na relação Estado-acolhida mais abordada no primeiro capítulo, entendeu-se que uma atuação efetiva do Estado na esfera da acolhida humanitária faz com que o mesmo seja reconhecido pelos demais enquanto sustentável, isto é, suficiente para gerir a si mesmo. Isso também pode ser visto como consonância aos regramentos internacionais acerca do refúgio, pois um Estado em questão que consegue convertê-los para seu meio, se torna referência. No caso da Alemanha, país que já era reconhecido como potência econômica do século XXI no contexto regional da União Europeia, passou a ser, a partir da decisão emitida pela chanceler Angela Merkel, um exemplo notável na comunidade internacional de acolhida humanitária.

No que diz respeito à relação entre refúgio e acolhida trazida no segundo capítulo, tira-se como conclusão que a acolhida humanitária possui um valor essencial para a garantia da sobrevivência do refugiado, por meio de elementos que o incentivam a se inserirem e serem incluídos no novo ambiente. Isso foi solidificado pelas informações de campo apresentadas e pela entrevista com o diretor do centro – bem como uma análise dos projetos e objetivos do centro Kappler Knoten. Claro que a acolhida humanitária no sentido da proteção do refugiado conta com uma parcela de negociações individuais por parte do último sobre questões culturais e identitárias. Essas, porém, são, em sua maioria, suplantadas pela oportunidade de sobrevivência a qual foi dado ao refugiado.

Por último, a importância da acolhida humanitária em relação à sociedade civil diz respeito da responsabilidade social, mas também do conforto para o refugiado. A Cruz Vermelha, nesse sentido, opera como órgão que se responsabiliza por “ensinar” os indivíduos que chegam a como viver naquele ambiente, no sentido do conjunto de regras e valores presente em toda e qualquer sociedade, mas também no que diz respeito à questões culturais. Em contrapartida, é na acolhida humanitária de centros como o Kappler Knoten que refugiados e solicitantes podem expressar de forma confortável seus valores culturais por vezes não aceitos na sociedade em que chegam, de maneira que têm a oportunidade de se sentirem em casa.

Nesse sentido, a finalização da pesquisa vai ao encontro de prováveis conclusões que, segundo Gil (2008) a metodologia de abordagem indutiva incita. A sociedade se transforma continuamente e, no cenário atual, os rumos políticos da Alemanha são incertos. As eleições que se aproximam ainda se apresentam abertas quanto às possibilidades de dirigentes políticos, o que, conseqüentemente, impacta no meio social e em tratativas diversas. Isso implica em incertezas e por vezes insegurança quando às políticas de acolhida ao público refugiado, o que leva a conclusão de que as relações de acolhida travadas são independentes do corpo estatal, mas dependem deste para serem ou não empregadas. Os ares mudam, parafraseando o diretor do centro Kappler Knoten, e espera-se, com a mudança do governo, mudança no cenário da acolhida. Entretanto, que a mesma continue sendo exercida enquanto direito, e seja vista como tal pelo Estado, pelo sujeito refugiado e pela sociedade alemã.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. 1951. Disponível em: [http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf) Acesso em 12 de novembro de 2019.

ACOLHIDA. In: **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/acolhimento/>. Acesso em 22 de março de 2021.

ADAPTAÇÃO. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/adaptacao/> Acesso em 27 de maio de 2021.

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. Tradução Paulo Neves. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v.8, n.2, 2006, p.197-215.

\_\_\_\_\_. Uma exceção redobrada: espaços, tempo e atores do governo humanitário. Tradução Sílvia Naidin. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 11, ago/dez, 2012, p. 11-22. Disponível em: <http://desigualdadeediversidade.soc.puc-rio.br/media/2artigo11.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2021.

AJUDA. In: **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ajuda/>. Acesso em 22 de março de 2021.

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Tradução de Fernando Vieira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. Apud BRAGATO, Fernanda. Para além do individualismo: crítica à irrestrita vinculação dos direitos humanos aos pressupostos da modernidade ocidental. In: ROCHA, Leonel Severo; CALLEGARI, André Luís; STRECK, Lenio Luiz. **Constituição, Sistemas Sociais e Hermenêutica**: Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNISINOS, Mestrado e Doutorado. n. 7. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p.105-122.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Estar Aqui, Estar Lá ...uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, jun. 2002.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução: Maria Lúcia Pereira – 9ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

BARTH, Friedrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**: o guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André carona. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BENVENISTE, Émile. 1969. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes (Indo-European language and society)*. Paris: Minuit. Apud FASSIN, Didier. The precarious truth of Asylum. In: **Public Culture**, nº 25, v. 1, 2013, p.39-63. DOI: <https://doi.org/10.1215/08992363-1890459>. Acesso em 13 de maio de 2021.

BETTS, Alexander; LOESCHER, Gil (Org.). Refugees in International Relations. In: **Refugees in International Relations**. USA: Oxford Press University, 2010, p.1-27.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BLAKE, William & BASKIN, Leonard. **Auguries of Innocence**. New York: Printed anew for Grossman Publishers, 6<sup>th</sup> ed., 1968.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11<sup>a</sup> ed., 1998.

BOURDIEU, Pierre. A alta costura e a alta cultura. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 154-161, 1983.

\_\_\_\_\_. A casa Kabyle ou o mundo às avessas. In: **Cadernos de Campo**, ano IX, n. 8, 1999, p.147-159. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v8i8p147-159>. Acesso em 7 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. Uma introdução à sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, p.17-58.

BRAH, Avtar. Re-framing Europe: gendered racisms, ethnicities and nationalisms in contemporary Western Europe. In: **Cartographies of Diaspora**: contesting identities. London: Taylor & Francis e-Library, 2005, p.150-174.

BRAGATO, Fernanda. Para além do individualismo: crítica à irrestrita vinculação dos direitos humanos aos pressupostos da modernidade ocidental. In: ROCHA, Leonel Severo; CALLEGARI, André Luís; STRECK, Lenio Luiz. **Constituição, Sistemas Sociais e Hermenêutica**: Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNISINOS, Mestrado e Doutorado. n. 7. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p.105-122.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11<sup>a</sup> ed., 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: **Sociedade e cultura**, Vol 6, n. 2, 2007, p.117-131. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v6i2.912>. Acesso em 7 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000, p.17-36.

CERTEAU, Michel de. **L'invention du quotidien**. 1. Arts de faire. Gallimard: "Folio – Essais", 1990. Apud AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução: Maria Lúcia Pereira – 9<sup>a</sup> ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, reimpressão, 2002, p. 17-62.

\_\_\_\_\_. **The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988. Apud STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/RmjB7R>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. **Compreender as políticas da União Europeia: Como funciona a União Europeia**. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014. ISBN 978-92-79-39922-0 DOI:10.2775/1248. Acesso em 7 de junho de 2021.

COSTA, Jean Henrique. Max Weber e a objetividade do conhecimento nas ciências da cultura: um breve guia para o texto A ‘Objetividade’ do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política (1904). **Revista Espaço Acadêmico**, nº120, maio de 2011, p.175-185. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11297>. Acesso em 7 de junho de 2021.

DISCIPLINA. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/disciplina/>> Acesso em 22 de março de 2021.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. Parte I (p.9-175).

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX**. Editado por Michael Schröter; tradução, Álvaro Cabral; revisão técnica, Andréa Daher. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FASSIN, Didier. The precarious truth of Asylum. In: **Public Culture**, nº 25, v. 1, 2013, p.39-63. DOI: <https://doi.org/10.1215/08992363-1890459>. Acesso em 13 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. **Humanitarian reason: a moral history of the present**. Translated by Rachel Gomme, University of California Press, 2012.

FEATHERSTONE, Mike. **Localismo, globalismo e identidade cultural**. In: Mike Featherstone, *Undoing Culture. Globalization, Postmodernism and Identity*. London, Sage Publications, 1995, p. 102-125. Tradução: Pablo Sendón.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Reinventando a localidade: globalização heterogênea, Escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. **Horizontes Antropológicos**, Vol. 31, Circulação Internacional. Porto Alegre: UFRGS (impresso), 2009, p.19-50.

FERREIRA, Francirosy C. B. Diálogos sobre o uso do véu (*hijab*): empoderamento, identidade e religiosidade. In: **Perspectivas**. São Paulo, v. 43, jan/jun 2013 p. 183-198.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/6617>. Acesso em 6 de junho de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUCHS, Lukas, et al. Value Differences between Refugees and German Citizens: insights from a Representative Survey. **International Migration**, published by John Wiley & Sons Ltd on behalf of International Organization for Migration, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/imig.12795>. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

GARRIDO, Maria Rosa. Multilingualism and cosmopolitanism in the construction of a humanitarian elite. In: **Social Semiotics**, volume 27, n.3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/10350330.2017.1301800/>> Acesso em 01 de abril de 2021.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura (cap.1). In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GELLNER, Ernest. **Nations et nationalisme**. Paris: Payot, 1983. Cáp. 1 Définitions (p.11-19); Cáp. 5 Qu'est-ce qu'une nation (p.83-96) e Conclusions (p.193-200).

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Tradução, Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

\_\_\_\_\_. “O que é ciência social?” In: GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia**. São Paulo: UNESP, 2001, p.97-113.

\_\_\_\_\_. “Política e sociologia no pensamento de Max Weber” e “Comte, Popper e o positivismo”. In: **Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p 25-72 e 169-240.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6ª ed, 2008.

GLICK SCHILLER, Nina et al. **De imigrante a transmigrante: teorizando a migração transnacional**. Título original: “From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration” – *Anthropological Quarterly*, Vol. 68, nº 1 (Jan., 1995), p.48-63.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1990.

HEUSER, Helene: Sanctuary Cities in Deutschland: Widerstand gegen die Abschiebepolitik der Bundesregierung. **VerfBlog**, 13/03/2017, DOI: 10.17176/20170313-084937. Disponível em: [Sanctuary Cities in Deutschland: Widerstand gegen die Abschiebepolitik der Bundesregierung – Verfassungsblog](https://www.verfblog.de/2017/03/13/sanctuary-cities-in-deutschland-widerstand-gegen-die-abschiebepolitik-der-bundesregierung-verfassungsblog/). Acesso em 19 de maio de 2021.

HINE, Christine. Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla (orgs.). **Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2016, p.11-28.

HINE, Christine. **Etnografia virtual**. Barcelona: Editorial OUC, 2000.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Cláudia Berliner; revisão da tradução Eunice Ostrensky; organizado por Richard Tuck. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 3ª ed, 2014.

HOBBS, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INGOLD, Tim. Antropologia versus etnografia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 26, v.1, 2017, p.222-228. Tradução Rafael Antunes Almeida. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v26i1p222-228. Acesso em 7 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia in **Educação** Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Pare, olhe, escute! Visão, audição e movimento humano. **Pontourbe [Online]**, Vol. 3, nº 2, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1925>. Acesso em 7 de junho de 2021.

JAMES, Eric. **Managing Humanitarian Relief: an operation guide for NGOs**. UK: Rugby, 2<sup>nd</sup> Ed, 2017.

JASSOUMA, Joude; DE CAMBRONNE, Laurence. **Eu venho de Aleppo: itinerário de um refugiado**. Tradução Fernando Scheibe. – 1ªed – São Paulo: Vestígio, 2017.

KEOHANE, Robert. **International institutions and State Power: Essays in International Relations Theory**. Boulder, CO, Westview Press, 1989a.

LINS RIBEIRO, Gustavo. **Antropologia da globalização: circulação de pessoas, mercadorias e infor mações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

MALIK, Kenan. Making a difference: culture, race and social policy. In: **Patterns of Prejudice**, Vol. 39, No. 4, 2005, p.361-378. DOI: <https://doi.org/10.1080/00313220500347808>. Acesso em 06 de junho de 2021.

MARCUS, George. **Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography**. *Annu. Rev. Anthropol.* 1995, nº 24, p. 95-117.

\_\_\_\_\_. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, Vol. 34, 1991, p.197-221. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1991.111301>. Acesso em 7 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. O que vem (logo) depois do “pós”: o caso da etnografia. **Revista de Antropologia**, Vol. 37 (1994), p. 7-34. <http://www.jstor.org/stable/41616138>. Acesso em 7 de junho de 2021.

MOGHADDARI, Sonja. (2020) The Affective Ambiguity of Solidary. Resonance Within Anti-Deportation Protest on German Radical Left. **Critical Sociology**, Vol. 47, n. 2, 2021, p.235-248. DOI: <https://doi.org/10.1177/0896920520932661>. Acesso em 11 de junho de 2021.

MOULIN, Carolina. A política internacional da mobilidade: governamentalidade global e a produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo. In: OLIVEIRA, S. (2012). **Migrações e a Pan-Amazônia**. Manaus: Editora UFAM, 2012.

NAZIR, Pervaiz. Marxism and the national question: Class and ideology in the making of Pakistan. **Journal of Contemporary Asia**, Abingdon, v.16, n.4, 1986, p.491-507. DOI: <https://doi.org/10.1080/00472338685390231> Acesso em 4 de março de 2021. Apud BRAH, Avtar. Re-framing Europe: gendered racisms, ethnicities and nationalisms in contemporary Western Europe. In: **Cartographies of Diaspora: contesting identities**. London: Taylor & Francis e-Library, 2005, p.150-174.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORTNER, Sherry. **Dark anthropology and its others: theory since eighties**. HAU: Journal of Ethnographic Theory 6 (1): 47-73, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14318/hau6.1.004>. Acesso em 7 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. “Poder e projetos: reflexões sobre a agência”. In: **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Goiânia: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006, pp.45-81.

\_\_\_\_\_. “Subjetividade e crítica cultural”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n.28, p.375-405, jul/dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/pjZf86ZNtHzDmh4QJtXNDGz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 7 de junho de 2021.

PAIVA, Ariane, et.al. Migrações e refúgio: travessias interdisciplinares, desafios globais. **O Social em Questão** - Ano XXI - n° 41 - Mai a Ago/2018, p.9-22. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_41\\_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em 7 de junho de 2021.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Editora Vozes, 9ª ed., 2004.

PERIN, Vanessa, “Um campo de refugiados sem cercas”: etnografia de um aparato de governo de populações refugiadas. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 303-330, jan./jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000100011>. Acesso em 11 de novembro de 2021.

PICTET, Jean. **Red Cross Principles**. Geneva, 1956. Disponível em: <https://international-review.icrc.org/sites/default/files/S0020860400019872a.pdf>. Acesso em 8 de junho de 2021.

REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luiz Augusto Bittencourt. Proteção dos refugiados na Declaração de Cartagena de 1984: uma análise a partir do caso dos haitianos no Brasil. In: **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, ISSN 2236-4811, Vol. 4, n° 1, 2013, p. 30-45.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos plurais). ISBN: 978-85-98349-68-8.

RODRIGUES, Gilberto M. A. **Refugiados: o grande desafio humanitário**. São Paulo: Moderna, 1ª ed, 2019.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SAYAD, Abdelmalek. “O que é um imigrante?”. In **A imigração ou paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 45-72.

SEYFERTH, Giralda. **Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TODOROV, Tzevetan. Populisme et xénophobies in **Les ennemis intimes de la démocratie**. Paris : Robert Laffont, 2012, p.183-226.

TROUILLOT, Michel-Rolph. The Anthropology of the State in the Age of Globalization. In: **Current Anthropology**, Volume 42, Number 1, February 2001, p.125-139.

TURNER, Victor. Liminaridade e communitas. In: **O processo ritual. Estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974 [1969], pp. 116-159.

VALENÇA, Marcelo M.; TOSTES, Ana Paula B. O storytelling como ferramenta de aprendizado ativo. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019, p. 221-243. DOI: 10.21530/ci.v14n2.2019.917.

VERTOVEC, Steven. The cultural politics of Nation and migration. In **Annu. Rev. Anthropol.**, n.40, 2011, p.241-256. DOI: 10.1146/annurev-anthro-081309-145837. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-an40#h2>> Acesso em 21 de maio 2021.

VERTOVEC, Steven. **Transnationalism**. London and New York: Routledge, 2009

WAGNER, Roy. A presunção da cultura in **A invenção da cultura**. Tradução Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Ubu editores, 2007, p. 25-44.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. Tradução Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

WEISS, Anja, 2018. Tornar-se refugiado: uma trajetória de vida para a migração sob coação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 49, set-dez 2018, p. 110-141. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-02004904>. Acesso em 7 de junho de 2021.

ZANINI, M. Catarina C. “O colono compra a ferradura pagando com o cavalo” – A liberdade como valor e representação e a autoexploração como prática: uma leitura da obra de Giralda Seyferth sobre os campesinatos do sul do Brasil. In: SANTOS, Mirian; REINHEIMER, Patrícia (Org.). **Giralda Seyferth muito além da imigração**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, Oikos, 2019.

**ANEXO A - Glossário alemão-português por ordem de aparecimento no texto**

Pág. 14 – “*Wir schaffen das*”: “nós vamos conseguir”.

Pág. 16 – *Deutsches Rotes Kreuz*: Cruz Vermelha Alemã

Pág. 24 – *Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland (GG)*: Conjunto de Leis Básicas da República Federal Alemã.

Pág. 29 – *Bundesamt für Migration Und Flüchtlinge (BAMF)*: Escritório Federal para Migração e Refúgio

Pág. 52 – *Altstadt*: parte antiga da cidade, geralmente localizada no centro.

Pág. 53 – *Wohnheim Kappler Knoten*: Dormitório do Cruzamento da Rua Kappler.

Pág. 61 – *Aufnahmeeinrichtung*: Centro de recepção.

Pág. 61 – *Ausländerzentralregister (AZL)*: Registro central de estrangeiros.

Pág. 61 – *Bescheinigung über die Meldung als Asylsuchender (BüMA)*: Certificado de registro como solicitante de asilo

Pág. 61 – *Ankunftsnachweis*: documento que comprova a chegada e o requerimento de asilo.

Pág. 61 – *Ankunftszentrum*: Centro de chegada.

Pág. 62 – *Erstverteilung Asylbegehrenden (EASY)*: Primeira Distribuição De Requisitos De Asilo.

Pág. 63 – *Stadthalle*: Câmara Municipal, às vezes sendo utilizada no sentido de Prefeitura.

Pág. 80 – *Wohnungsgemeinschaft (WG)*: comunidade de habitações, comumente utilizado por estudantes universitários.

Pág. 99 – *Bundesregierung für Migration, Flüchtlinge und Integration*: Comissão do Governo Federal para Migração, Refúgio e Integração.

Pág. 99 – *Integrationkurse*: Cursos de integração.

Pág. 105 – *Geordnete-Rückkehr-Gesetz*: Lei do Retorno Ordenado.

Pág. 114 – *Gastarbeiter*: trabalhador estrangeiro, o qual é convidado por demanda da sociedade em questão.

Pág. 118 – *Flüchtlingswelle*: onda de refugiados.

Pág. 118 – *Flüchtlingsommer*: verão de refugiados.

Pág. 118 – *Flüchtlingsströmen*: corrente de refugiados.

Pág. 128 – *Alternative für Deutschland (AFD)*: Alternativa para Alemanha.

Pág. 129 – *Der Dritte Weg/ Der III Weg*: O Terceiro Caminho.

Pág. 133 – *Flüchtlingsbestie*: Refugiado monstro

Pág. 133 – *Heimat*: lar, terra natal.

**ANEXO B – Modelo de entrevista aplicado**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**PROJETO: O refúgio na Alemanha sob a luz da acolhida humanitária da Cruz**

Vermelha

Juliê Makumbi Pontes Zola

NOME (opcional): \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_ SEXO: \_\_\_\_\_

ESCOLARIDADE: \_\_\_\_\_ PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

OCUPAÇÃO: \_\_\_\_\_ RELIGIÃO: \_\_\_\_\_

**Sobre a Cruz Vermelha**

1. Quando foi instituído este centro da Cruz Vermelha de Freiburg?
  - 1.1 De onde surgiu tal necessidade?
2. Quantos profissionais atuam aqui neste centro da Cruz Vermelha?
  - 2.1 Todos eles são alemães?
  - 2.2 Vocês possuem voluntários aqui?
3. Há em outras cidades da Alemanha centros como este?
4. Você considera Freiburg uma cidade que recebeu (ou que ainda recebe) muitos refugiados? Por quê?
  - 4.1 Como a cidade vivencia tal fato?
5. Conte-me um pouco da sua rotina enquanto profissional.

**Sobre os refugiados:**

6. Quantos refugiados, aproximadamente, vivem aqui atualmente? Quais são os principais países de origem?
  - 6.1 Quantos deles são sírios?
  - 6.2 Há mais homens ou mais mulheres?
7. Qual foi o período ou ano em que vocês mais receberam refugiados sírios?
8. Há diferença cultural, étnica e/ou religiosa dentro da comunidade de refugiados sírios?
  - 8.1 Você saberia me informar o grupo étnico sírio que mais recebem, ou a região síria de origem que aparece como majoritária?
9. Conte-me um pouco acerca de como a Cruz Vermelha atua, desde a entrada do refugiado na Alemanha até a vinda para cá.
10. Qual é a média de tempo que os refugiados ficam aqui?
  - 10.1 Há um tempo máximo que eles podem permanecer?
11. Vocês possuem muitas famílias que aqui vivem. Há também pessoas solteiras?
  - 11.1 Os solteiros são, em sua maioria, homens ou mulheres?

12. Há possibilidade de o refugiado aprender alemão, como aulas subsidiadas pela organização?
  - 12.1 Como é o aprendizado deles do idioma?
13. Em que eles geralmente trabalham aqui?
14. Como é, em geral, o relacionamento dos refugiados com a comunidade local?
15. Conte-me um pouco sobre os diferentes tipos de atividades de lazer ou lúdicas que eles podem realizar aqui.

**ANEXO C - Termo com as explicações sobre a entrevista apresentado****TERMOS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

1. As perguntas da entrevista serão divididas em dois blocos: um acerca da organização institucional desse centro da Cruz Vermelha, e outro sobre os refugiados que aqui vivem;
2. As perguntas serão feitas em inglês, e o entrevistado pode escolher se responderá em inglês ou alemão. Um papel-guia contendo as perguntas é dado para facilitar o entendimento, caso minha pronúncia não seja muito bem compreendida, já que não é meu idioma nativo;
3. Como já autorizado, gravarei nosso diálogo para uma posterior transcrição. Porém, se em algum momento houver desconforto, a gravação poderá ser cessada;
4. Caso não se sentir a vontade de responder alguma das perguntas, podemos passar para uma próxima;
5. É importante salientar que somente eu, Juliê Makumbi Pontes Zola, e a orientadora de mestrado, Dr<sup>a</sup> Maria Catarina Chitolina Zanini, teremos acesso a essa entrevista. Johannes Franziskus Müller, voluntário na instituição, poderá ter acesso a alguns trechos para eventuais auxílios sobre o idioma.